

Identidade Europeia: *demoicracia* e sentimento de pertença

Diana Margarida Moreira Ribeiro

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações
Internacionais na vertente de Estudos Europeus**

Setembro de 2021

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre
em Ciência Política e Relações Internacionais na vertente de Estudos Europeus, realizada sob a
orientação científica da Professora Doutora Catherine Bernadette Yvonne Moury.

Aos meus pais, Maria e António Ribeiro

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação foi para mim uma viagem particularmente desafiante, em que não tão poucas vezes me julguei à deriva. Valeram-me todas as pessoas que, direta ou indiretamente, não permitiram que este navio se afundasse e sempre me foram relembrando da prometida sublimidade do destino final. Dedico-lhes, por isso, este muitíssimo merecido conjunto de agradecimentos.

Em primeiro lugar, às minhas âncoras de todas as horas, *aos meus pais*, sem os quais nunca teria tido sequer coragem de abandonar o cais. A eles (e *ao Oyak* e *ao Nero*) que foram uma ajuda incondicional desde o primeiro minuto e que tantas expectativas, frustrações e alegrias viveram comigo. A eles que me ajudaram a superar todos os monstros marinhos que se me foram apresentando e que sempre batalharam a meu lado, jamais duvidando das minhas capacidades de perseverança e superação.

À minha frota familiar e, em especial, *à minha tia, madrinha e amiga*, Teresa Ribeiro, por sempre ter uma palavra de ânimo e incentivo quando mais dela precisei. Por todas as jornadas percorridas e por todas as que ainda estarão por vir. Juntas.

Aos três mosqueteiros que me acompanharam desde a primeira semana da licenciatura, João Gaio e Silva, Pedro Nunes e Lúcio Hanenberg. Por tanto me terem estimulado intelectualmente e por sempre me inspirarem a fazer mais e melhor. Por todas as conversas, risos e exasperações académicas partilhadas.

Às minhas queridas amigas, Mariana Peça e Inês Ramos. Por terem liderado pelo exemplo e por serem para mim grandes inspirações daquilo em que se consubstancia uma mulher de sucesso, em todas as vertentes. Por todas as conversas, paciência e carinho.

Por fim, mas não menos importante, *à Professora Doutora Catherine Moury*, por me ter resgatado de um momento de grande frustração e me ter altruisticamente acolhido enquanto sua orientanda. Por todo o seu conhecimento, sinceridade e pragmatismo. Esta dissertação não teria sido possível sem si.

A todos eles e na esperança de ter valido a pena, obrigada por aturarem as minhas congeminações, lirismos e vacilações, jamais me deixando marear este caminho sozinha.

Por todos os desafios ainda por conquistar e por todas as ondas ainda por navegar.

Identidade Europeia: *demoicracia* e sentimento de pertença

Diana Margarida Moreira Ribeiro

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: Identidade; Identidade Europeia; *Demoicracia*; Sentimento de Pertença.

Partindo da questão “como é que o sentimento de pertença e a *demoicracia* poderão contribuir para a construção de uma identidade europeia?”, procuro aqui substantificar uma investigação aprofundada sobre os fatores que poderão justificar o caminho percorrido até hoje e as prospeções futuras no âmbito da identidade europeia. Assim, com o Construtivismo Social como pano de fundo ontológico, realizo uma reflexão detalhada sobre o conceito de *identidade* e seus derivados destacando, em particular, a identidade social e a identidade coletiva. Analisando a história da UE e aplicando as noções gerais de identidade à realidade europeia, chego à conclusão de que não se poderá afirmar que exista, na atualidade, uma identidade europeia no seu sentido pleno. Para sustentar esta noção, optei por recorrer ao sentimento de pertença e à *demoicracia* como principais eixos problemáticos, refletindo criticamente sobre a evolução do sentimento de pertença na UE, a vertente social da Europeização e a aplicabilidade das premissas da *demoicracia* ao contexto europeu; caracterizando, correlacionando e sistematizando estes fatores. Neste seguimento, o meu principal argumento é de que, caso no futuro se deseje efetivamente construir uma identidade europeia no seu sentido mais pleno, será então fundamental que se respeite a natureza *demoicrática* da UE e que se crie condições para um aprofundamento do sentimento de pertença europeu. Para melhor suportar este argumento e a correspondente análise teórica e literária, recorri a dados estatísticos do Eurobarómetro e do “*Perceive Project*” referentes à variação das atitudes e perceções dos cidadãos europeus relativamente à sua pertença à UE.

EUROPEAN IDENTITY: *demoicracy* and sense of belonging

Diana Margarida Moreira Ribeiro

ABSTRACT

KEY WORDS: Identities; European Identity; *Demoicracy*; Sense of Belonging.

With "how can the sense of belonging and *demoicracy* contribute to the construction of a European identity?" as the main research question, I hereby seek here to substantiate a thorough investigation on the factors that may justify the path taken so far and the future prospects in the field of European Identity. Thus, with Social Constructivism as an ontological background, I here conduct a detailed reflection on the concept of *identity* and its derivatives, highlighting, in particular, social identity and collective identity. By analyzing the history of the EU and applying the general notions of identity to the European reality, I've arrived to the conclusion that it cannot be said that a European identity, in its full sense, actually exists today. To support this notion, I've selected sense of belonging and *demoicracy* as the main problematic axes, critically reflecting on the evolution of the sense of belonging in the EU, the social feature of Europeanization and the applicability of the premises of *demoicracy* to the European context; characterizing, correlating and systematizing these factors. Hereafter, my main argument would be that, if, in the future, one wishes to effectively build a European Identity in its fullest sense, it will be absolutely vital to respect the *demoicratic* nature of the EU and to create the conditions for a deepening of the European sense of belonging. To better support this argument and the corresponding theoretical and literary analysis, I've used statistical data from Eurobarometer and the "Perceive Project" on the variation in the attitudes and perceptions of European citizens regarding their belonging to the EU.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
Metodologia	9
 CAP. I – IDENTIDADE.....	12
1.1. O Conceito de Identidade: Psicologia, etimologia e origens históricas	12
1.2. A identidade e a Literatura.....	15
1.3. A identidade na literatura científica	17
Contributos das várias áreas do saber	17
O “Self”	19
Identidade Pessoal	22
Outras abordagens ao tema da identidade.....	24
1.4. Construtivismo social e identidade	31
Emergência nas Relações Internacionais	31
Principais pressupostos	32
Introdução ao Construtivismo na UE.....	32
1.5. Identidade social e identidade coletiva	33
Definição de identidade social	33
Teoria da identidade social (simples VS complexa).....	34
Complexidade da identidade social (<i>social identity complexity</i>).....	34
Introdução à identidade social na União Europeia	34
Definição de identidade coletiva.....	34
Relação entre as camadas das identidades individuais e coletivas	35
1.6. Identidade: pontos-chave	35

CAP. II – SENTIMENTO DE PERTENÇA	37
2.1. Identidade, grupos e pertença	37
Definição de grupos e pertença	37
Grupos primários VS grupos secundários	37
Grupos de pertença VS grupos de referência	38
2.2. Definindo “sentimento de pertença”	38
Principais definições disponíveis na literatura.....	38
Psicologia Social	40
Apresentação de uma definição de trabalho	41
2.3. Instrumentos de medição da pertença.....	42
Instrumento do Sentimento de Pertença (SOBI).....	42
Conexão Social e Garantia Social.....	44
Escala da Necessidade de Pertencer (NTBS).....	44
Comparação entre o SOBI e a NTBS.....	45
2.4. Sentimento de pertença na UE: cidadania europeia e identidade	45
Tratado de Maastricht e a Cidadania Europeia	46
Sentimento de pertença nacional VS sentimento de pertença europeu	47
Identidade Cívica e/ou identidade nacional	48
Tradição do Estado-nação moderno.....	48
Impacto da criação da UE no(s) sentimento(s) cívico(s).....	48
Cidadania e identidade	49
Cidadania pós-moderna	50
Papel da pertença na relação entre cidadania e identidade	51
Balanço da literatura mais recente.....	52
2.5. Símbolos da UE.....	52
Definição de símbolo	52

Bandeira.....	54
Hino	54
Dia da Europa.....	54
Divisa europeia.....	54
O Euro (moeda única)	55
2.6. Análise de variáveis	57
2.6.1. Perceção dos cidadãos da sua voz na União Europeia	57
2.6.2. Emoções associadas à União Europeia	65
2.6.3. Atitudes dos cidadãos perante a União Europeia.....	69
2.6.4. Sentimento de união dos cidadãos europeus.....	77
2.7. Sentimento de pertença: pontos-chave	79
 CAP III – DEMOICRACIA	81
3.1. Conceções da ordem política europeia: <i>demoicracia</i> como “terceira via”	81
Introdução à tese da <i>demoicracia</i> por K. Nicolaïdis.....	81
Definição de “ <i>demoicracia</i> ”	81
Principais premissas	82
Aplicação da <i>demoicracia</i> ao contexto da UE	82
3.2. Outras perspetivas sobre a <i>demoicracia</i>	84
F. Cheneval e F. Schimmelfennig (défice democrático na UE)	84
M. Ronzoni (crítica à <i>demoicracia</i> de Nicolaïdis).....	85
3.3. Análise de variáveis	85
3.3.1 Conceção da ordem política europeia	85
A <i>demoicracia</i> e a partilha de identidades	85
3.3.2. Impactos sociais da adesão à União Europeia	86
Europeização (vertente social).....	86
Fluxos de interação (horizontais e verticais)	87
Cidadania Europeia.....	88

3.3.3. Envolvimento em atividades políticas por parte dos cidadãos europeus	91
Envolvimento cívico e participação cívica.....	91
O Parlamento Europeu.....	92
Análise de dados do Eurobarómetro e do “ <i>Perceive Project</i> ”	93
3.4. <i>Demoicracia</i> : pontos-chave	96
 CAP IV – EM BUSCA DE UMA IDENTIDADE EUROPEIA	101
4.1 Identidade: um conceito desafiante	101
A identidade e o sentimento de pertença	102
Identidades sociais.....	102
Identidades coletivas	102
Transformações sociais e a <i>demoicracia</i>	103
4.2. Principais correntes do debate sobre a identidade europeia.....	103
4.2.1. Universalismo VS Particularismo.....	103
4.2.2. Cosmopolitismo	105
4.3. Existirá realmente uma identidade europeia?	108
Apresentação de argumento final sobre a identidade europeia	108
 CONCLUSÃO.....	110
Argumento final	110
Resumo dos principais contributos teóricos da investigação	111
Reflexão final e prospeções	114

« *Who in the world am I? Ah, that's the great puzzle.* »

Alice em “*Alice’s Adventures in Wonderland*” por Lewis Carroll (1865)

INTRODUÇÃO

“A identidade é um daqueles termos que assombraram a imaginação sociológica por serem extremamente vagos (...), mas que ao mesmo tempo parecerem captar dimensões tão importantes da vida social.” (Kohli, 2000, p.114).

“Quem sou eu?”; “Onde pertenço?”; “Quem és tu?”; “Onde encaixamos nós?”. Estas, bem sabemos, são algumas das sempiternas questões que assolam a existência do ser humano e, em particular, a sua vida em sociedade. A perpetuidade destas perguntas sustentar-se-á na subjetividade inerente ao caminho de descoberta das respostas que lhes poderão servir. Se uns encaram estas questões como tendo uma raiz fundamentalmente individual e pessoal, outros relevam a centralidade das dinâmicas sociais e políticas na sua compreensão. Ora, o ponto de convergência – e aquela que será a parede mestra desta investigação – é a convicção de que estudar identidade(s) é estar um passo mais próximo de desvendar o mistério existencial que encobre estas interrogações tão íntimas quanto universais.

Para quem reside no tempo e no espaço da UE (União Europeia), a este espólio de indagações acresce um novo nível. “Quem sou eu na UE?”; “o que significa para mim ser português¹ na UE?” “como me relaciono com a UE?” “em que nível me identifico (ou não) como cidadão europeu?”. Estes são exemplos de questões cujos mais recentes desenvolvimentos políticos e sociais vieram impor nas mentes dos integrantes desta União e que estão intimamente ligadas ao tópico da *identidade*. Todavia, sendo a UE uma construção em quase tudo ímpar e incomparável, será natural que, mesmo estudando as suas identidades, se deva ter em consideração elementos também eles ímpares e profundamente adaptados àquele que é o caso europeu. Nesta linha – e de acordo com conexões teórico-práticas que irei adiante detalhar – irei, neste estudo, partir da seguinte

¹ Ressalvo que serviria o propósito do exemplo qualquer outra nacionalidade pertencente a um dos Estados-Membros.

pergunta de investigação: como é que o sentimento de pertença e a *demoicracia* poderão contribuir para a construção de uma identidade europeia?

Ora, de facto, ao longo do tempo, ainda que com diferentes percepções e propósitos, muito se tem escrito sobre questões ligadas à identidade, pelo que será justo questionar qual a relevância de o continuar a fazer. Começaria, desde já, por salientar a minha firme crença de que quando se abordam tópicos abstratos como este, é precisamente através da proliferação de análises e expressão de pontos de vista fundamentados que se poderá encontrar aspetos de convergência concretos que permitam delimitar algo naturalmente amorfo como a *identidade*. Neste sentido, e ao trabalhar o caso específico da identidade na UE, será precisamente um novo ponto de vista sobre esta matéria com o qual procurarei aqui contribuir e desejavelmente abrir a debate. Prestarei especial à ligação entre as grandes questões e as idiossincrasias associadas ao caso europeu, pois considero “a exigência de reconhecimento da própria identidade” (Fukuyama, 2018, p.10) como um aspeto essencial no entendimento das dinâmicas políticas da atualidade e do qual a União Europeia não se poderá demarcar perante quem dela faz parte.

O debate sobre o conceito de identidade, apesar de já bastante antigo no seu sentido mais lato, é ainda relativamente recente no seu âmbito coletivo e praticamente embrionário na sua ligação à União Europeia. Tal justifica-se, naturalmente, não só por derivações académicas, mas pela própria evolução da linha temporal que acarretou uma transformação social e geopolítica da cena internacional que, por sua vez, deu à luz novos atores e, em particular, novas e reestruturadas interações entre eles, que relevam a reavaliação do seu impacto no complexo identitário nacional e transnacional. São estas transformações que vão renovando a relevância do estudo deste conceito que “de cada vez que é proclamado morto, é rapidamente reanimado” (Kohli, 2000, p.115). Acredito que a construção de novas configurações de organização sociopolítica – de que a UE é inequívoco exemplo – tenha fornecido grande parte da energia deste desfibrilhador académico que veio revitalizar a pertinência das identidades sociais e da respetiva dinâmica entre camadas.

Nesta linha, alguns investigadores defendem a ideia de que as pessoas e os grupos têm uma identidade através do posicionamento em relação a outras pessoas/grupos (Eder, 2009, p. 428) funcionando esta, portanto, como uma construção social. Ora, o quadro do Construtivismo Social, que terei como principal quadro teórico, suporta esta visão e tem

adquirido um papel de destaque no tratamento de questões ligadas à identidade, tendo sido até apontado (T. Risse, 2003, p.158) como tendo respaldo empírico no estudo da identidade europeia. Em termos gerais, a literatura tem vindo a aflorar novas abordagens à questão da identidade europeia, todavia, a grande porção destes estudos foi realizada numa época prévia ao Tratado de Lisboa (que veio aprofundar a integração política europeia) e que, portanto, a meu ver, carece de uma atualização ao contexto político e social atual. Neste sentido e tendo em consideração que os processos identitários são geralmente processos de longa duração, porém estando condicionada pelos dados disponíveis, concentrarei o meu estudo num período posterior ao Tratado de Maastricht (1992) e essencialmente me focando nas primeiras décadas do séc. XXI.

O conceito de identidade suscita, então, diversas interpretações consoante o contexto de estudo aplicável e encontra-se ainda longe de possuir uma definição absolutamente consensual no seio da academia. A sua etimologia e origens históricas são evidência de um percurso já longo, porém conturbado e alvo das influências de várias áreas do saber. A Filosofia veio colocar no centro de algumas das grandes questões da humanidade o sentido de “ser” e distinguir entre o seu sentido predicativo e a identidade. Também a Psicologia e, em particular, a Psicanálise e o estudo da identidade pessoal forneceram importantes contributos para o entendimento daquelas que são as bases da construção da identidade, nomeadamente a partir de um ponto de vista pessoal. Teve-se, neste sentido, em especial consideração a noção de *self* e a relação entre o *eu* e o *outro*, tendo alguns autores proposto, a partir daí, critérios de identidade e avançado com outros conceitos derivados de identidade, tais como a identidade vaga, a identidade contingente e a identidade através de “mundos possíveis”. Não se poderá também ignorar a expressão da identidade na literatura, tendo esta surgido como *topos* literário e como peça essencial no estudo da relação entre escritor e leitor. Todas estas abordagens fornecem pistas fundamentais no estudo da identidade, pelo que as irei em maior detalhe explorar adiante.

Neste sentido, a aplicação direcionada do conceito que me proponho a fazer à realidade social e comunitária europeia obriga à tomada de alguns posicionamentos teóricos que, naturalmente, terão por base a literatura disponível associada a uma reflexão crítica. Proponho que a análise da hipótese da construção de uma identidade europeia seja feita em associação com a conceção de sentimento de pertença no seio da UE e em associação com a tese que concebe a UE como uma *demoicracia* (K. Nicolaïdis, 2004); que servirá como principais eixos problemáticos. Esta opção de trabalho tem por base vários fatores,

tendo mais peso exercido o facto de estes serem tópicos que permitem uma análise longitudinal e direcionada da evolução da realidade política e social europeia, convidando a uma reflexão mais ampla (sem perder de vista o detalhe) daqueles que poderão ser elementos cruciais na construção de uma identidade social e coletiva.

O sentimento de pertença, sendo um conceito francamente menos estudado e que se encontra geralmente associado (e até fundido) a questões ligadas à identidade, carece de uma clarificação concetual e de uma definição satisfatória ao nível da UE. Este tende a ser abordado pela academia de uma forma mais essencialista (Kohli, 2000, p.117) e, ao ser frequentemente sobreposto ao conceito de identidade, acaba por conceder espaço a eventuais ambiguidades e simplificações excessivas. Não obstante, mais recentemente tem-se vindo a avançar a ideia de que os cidadãos poderão desenvolver um sentimento de pertença igualmente forte a mais do que uma comunidade, sem terem necessariamente de optar por somente uma delas enquanto a sua identificação primária (Risse, 2009, p.151); algo que explorarei em maior detalhe no segundo capítulo.

Primeiramente terei, então, como primordial objetivo fazer um levantamento da literatura disponível e sobre ela exercer uma reflexão crítica que me permita apontar uma definição de trabalho para este termo e que me permita sobre ela construir uma definição aplicável ao contexto europeu e identificar as suas expressões práticas. Seguidamente, e tendo em conta que, a nível europeu, o que de mais familiar existe neste sentido é o sentimento de pertença a uma comunidade nacional, considero relevante partir deste confronto e tentar compreender até que ponto é que se poderá estabelecer um paralelismo, assinalando as dissemelhanças essenciais e procurando, então, justificá-las. Neste seguimento, refletirei também sobre a identidade cívica e/ou nacional e noção de cidadania pós-moderna. Apresentarei os principais instrumentos de medição da pertença existentes e prestarei particular atenção aos elementos simbólicos da UE (bandeira, o hino, a moeda única, entre outros), refletindo sobre o seu papel na integração europeia e na construção de um sentimento de pertença europeu. Decomporei este primeiro eixo em variáveis como a perceção dos cidadãos da sua voz na UE, as emoções que associam à UE, as atitudes que têm perante a UE e o próprio sentimento de união dos cidadãos europeus. Para o estudo

de cada uma destas variáveis analisarei vários indicadores e descritores, tendo alguns por base as plataformas estatísticas do Eurobarómetro² e do *Perceive Project*³.

A tese delineada por Kalypso Nicolaïdis (2004) e que concebe a ordem política europeia como uma *demoicracia*⁴ será também alvo de extensa atenção, sendo-lhe dedicado o terceiro capítulo desta dissertação. Contrariamente ao anteriormente abordado conceito de sentimento de pertença – cuja delimitação se torna mais desafiante por não ter uma definição consensual no seio da academia – a tese de Nicolaïdis, por ter sido por si originalmente trabalhada e erguida de raiz bem como, desde logo, associada ao caso europeu, torna-se relativamente mais fácil de balizar e nela isolar as vertentes que se poderão revelar úteis para o entendimento da construção de uma identidade europeia.

Esta teoria tem por base a noção da coexistência de vários *demos* (um *demoi*) no seio da UE e da irredutibilidade do pluralismo interno europeu. Nicolaïdis (2004, p.76) aponta desde cedo aquele que ela encara como o problema de certas abordagens à integração europeia: “a tirania das dicotomias”. Para combater esta tendência, a autora propôs-se a encontrar uma “terceira via”, que permitisse melhor compreender uma Europa (então recentemente ampliada a leste) num mundo pós-Guerra Fria com novas (e, em alguns casos, inéditas) dinâmicas políticas e sociais. Como resultado da sua pesquisa e reflexão, apresenta a UE como “uma união de povos que governam juntos, mas não como um só”, sendo desta premissa que parte para justificar determinadas transformações no seio da União, nomeadamente no que concerne a(s) sua(s) identidade(s). Esta lógica foi mais tarde por si revista e atualizada, tendo sido alvo de uma vasta atenção académica por parte de diversos investigadores nos anos subsequentes, tais como Francis Cheneval e Frank Schimmelfennig (2011) e Miriam Ronzoni (2016).

Considero que em matérias como esta é vital que se consiga visualizar as áreas cinzentas e que sobre elas se reflita e se procure teorizar. É precisamente nesta riqueza intelectual que eu julgo residir o valor da tese de Nicolaïdis que, na sua inovação teórica, abre espaço a novos entendimentos das interações políticas e sociais da UE, nomeadamente avançando com a noção da evolução para uma partilha de identidades. Por ser significativamente mais compreensiva e inovadora, considero esta última noção

² Disponível em <https://europa.eu/eurobarometer/>.

³ Disponível em <https://www.perceiveproject.eu/>.

⁴ O termo '*demoicracia*' deriva de '*demoi*' (ἄῤῖῃ) em grego antigo é a forma plural de ἄῤῖῃ, que significa povos, e *kratos* (Κράτος), que significa poder - ou governar-se a si próprio com força (Nicolaïdis, 2013b).

absolutamente crucial na compreensão do caminho da construção e transformação da(s) identidade(s) na UE e, portanto, debruçar-me-ei sobre ela com maior atenção.

Nesta linha, tomarei a *demoicracia* como o segundo grande eixo problemático e, à semelhança do que foi já descrito no âmbito do primeiro eixo, irei também decompor este segundo eixo em diversas variáveis que identifiquei como pertinentes e cuja substância será também, em parte, suportada pela análise de dados das plataformas *online* do Eurobarómetro e do *Perceive Project*. Entre estas variáveis encontrar-se-ão, naturalmente, a conceção da ordem política europeia, em que a tese de Nicolaïdis funcionará como principal descritor; mas também o impacto social da adesão à UE e o envolvimento em atividades políticas por parte dos cidadãos europeus.

No contexto desta penúltima variável e atentando na sua relação de proximidade não só com o eixo onde se insere, mas também com a própria formação do sentimento de pertença europeu, utilizarei como descritor a vertente social da Europeização. Fá-lo-ei com vista a explorar as origens das mudanças político-sociais que subjazem as premissas da *demoicracia* aqui em estudo. Aliás, julgo que a própria noção de *demoicracia* poderá ser particularmente útil na sua relação com a vertente social da Europeização pois, ao reconhecer a possibilidade de existência de uma união de sujeitos normativos (Estados e cidadãos) que governam juntos, mas não como um só, prevê-se uma maior margem de manobra no âmbito da adaptação e tolerância identitária, sem que tal implique, necessariamente, uma assimilação.

A Europeização surge como um dos conceitos base do Construtivismo Social no âmbito da sua aplicação ao processo de integração europeia, sendo geralmente entendido como seu produto. Não obstante, este termo tem sido utilizado de acordo com diversas variantes: J. P. Olsen (2002) faz referência às suas “várias faces”, destacando cinco usos distintos, sobre os quais S. Bulmer (2008) mais tarde voltaria a refletir. Todavia, não será sobre este debate que mais me debruçarei, sendo que prestarei mais atenção à sua vertente social e aos seus princípios gerais que contemplam a importância das interações sociais e das suas variações, tendo a socialização como principal veículo transformador. Reconhecendo que a Europeização é por alguns vista como uma teoria em si mesma e, por outros, como um fenómeno cujas teorias da integração europeia procuram explicar, indico, desde já, que, para efeitos da presente investigação e em coerência com a supramencionada variável que albergará este descritor, assumirei este último

posicionamento, definindo “Europeização” como o impacto que a adesão à UE tem nos Estados-membros. Para melhor entender as origens e ramificações sociais deste impacto, bem como as mudanças que lhe subjazem, terei em consideração os fluxos de interação horizontais (entre Estados-membros e entre cidadãos) e verticais (entre UE e Estados-membros e entre a UE e os cidadãos) na UE. Dedicarei também especial atenção à relação entre estes fluxos, nomeadamente através de uma breve reflexão sobre a Cidadania Europeia.

Finalmente, averiguarei, então, a partir da literatura disponível e da minha reflexão crítica, se as premissas da *demoicracia* são realmente aplicáveis ao contexto europeu e quais as suas implicações no sentimento de pertença dos cidadãos, nas suas perceções políticas e no entendimento da construção de uma identidade europeia que, por ser uma matéria tão relevante quanto complexa e fluída, contempla ainda muitas indeterminações.

No capítulo subsequente, retomarei a reflexão sobre o conceito de identidade, desta feita já tendo em consideração os elementos fornecidos pela análise dos capítulos anteriores e com enfoque na realidade da UE, procurando começar, a partir daí, a extrair as primeiras conclusões. Confrontarei as várias visões do debate sobre a identidade europeia, analisando a sua aproximação a modelos de pendor mais universalista ou particularista e destacando o modelo do cosmopolitismo avançado por G. Delanty (2002) que, aliás, creio poder ser verdadeiramente crucial para o desenho do argumento final, tal como procurarei demonstrar através da sua explicação e, nomeadamente, do esclarecimento da sua ligação à Europeização e à lógica da *demoicracia*.

Finalmente, após refletir sobre as diversas correntes e modelos anteriormente mencionados, e tendo em consideração as conclusões provenientes do estudo dos eixos problemáticos, descreverei e explicarei aquele que é o meu argumento relativamente ao estado atual da construção de uma identidade europeia (ainda em curso) e apontarei algumas prospeções. Para este efeito, argumentarei que, no futuro, caso se deseje, será efetivamente possível construir uma identidade europeia no seu sentido mais pleno, desde que se respeite a natureza *demoicrática* da UE e se crie condições para um aprofundamento do sentimento de pertença europeu. Contudo, este caminho, tal como demonstrarei ao longo desta dissertação, é extremamente sensível e subjetivo e, por isso, deverá ser perseverantemente tratado com rigor, tenacidade e capacidade de adaptação da vertente concetual aos diversos contextos sociais e políticos emergentes.

Assim, de acordo com os objetivos aqui traçados e a reflexão exposta considero a pergunta “como é que o sentimento de pertença e a *demoicracia* poderão contribuir para a construção de uma identidade europeia e as suas ramificações no âmbito dos Estudos Europeus como pertinentes, pois no contexto de uma Europa progressivamente plural e matura já não são somente as questões comerciais e financeiras que adquirem toda a ponderação mediática e académica. Ao invés disso, a União tem sofrido uma politização e uma complexificação social cada vez mais veementes, concedendo ao indivíduo e às suas dinâmicas sociais uma proeminência inédita no projeto europeu, o que justificará a conveniência de uma análise mais profunda e sistematizada do seu quadro identitário, que aqui me proponho a realizar.

Ademais, a par de Jacobs e Maier (1998, p.13) defendo que a complexidade da estrutura identitária europeia só poderá ser entendida tendo em conta todas as incertezas, ambiguidades e contradições que lhe subjazem. Daí que, por fornecerem elementos-chave – previamente aludidos e seguidamente explorados – julgo justificar-se a introdução e a sistematização do contributo da *demoicracia* e da evolução do sentimento de pertença na construção de uma identidade europeia, pelo que, tendo em mente todas as dúvidas que estas matérias suscitam e a necessidade de lhes atribuir uma atualizada resposta, será este caminho de investigação que irei percorrer deste ponto em diante.

Finalmente, remetendo à citação de M. Kholi que inaugurou esta introdução, asseguro que me dedicarei a esta tarefa – idealmente – não permitindo que potenciais obstáculos práticos se sobreponham ao propósito teórico, procurando ultrapassá-los da forma mais prolífera possível e, desejavelmente, evitando, assim, que o percurso desta investigação se assombre pelas agruras e frustrações que poderão da abstração advir e focando-me na luz que o exemplo europeu poderá fazer incidir sobre este tópico.

METODOLOGIA

Com vista a responder à pergunta de partida e a cumprir os objetivos traçados, realizarei, essencialmente, um estudo qualitativo (aliado a alguns elementos de análise quantitativa) com base no debate sobre o conceito de identidade e nos dois principais eixos problemáticos (sentimento de pertença e *demoicracia*), tendo como quadro teórico central o Construtivismo Social e aplicando esta análise ao período posterior ao tratado de Maastricht (1992), com especial enfoque nas primeiras décadas do séc. XX.

Decomporei estes eixos problemáticos em diversas variáveis e analisá-los-ei de acordo com alguns dos indicadores e descritores que, respetivamente, considere como mais apropriados. Com isto em vista, procederei a uma análise conceptual aprofundada e a uma reflexão teórica crítica sobre a literatura existente. Fá-lo-ei a partir do ponto de vista do Construtivismo Social e analisarei, em particular, o conceito de identidade e as suas peculiaridades, tanto no primeiro capítulo, como no último. Para este efeito, refletirei sobre os seus conceitos derivados de identidade social e identidade coletiva, bem como sobre a sua etimologia, origens históricas, papel no contexto literário e, claro, as suas aplicações às várias áreas do saber, com especial destaque para a sua ligação ao *self*.

No âmbito do segundo eixo problemático, definirei o que entendo por “sentimento de pertença”, trabalhando a sua aplicação à UE e estabelecendo uma comparação com a identidade nacional. Abordarei brevemente os principais instrumentos de medição da pertença desenhados pelos vários investigadores, não recorrendo ao uso direto dos mesmos. Refletirei, qualitativamente, sobre os símbolos da UE e, previamente, procederei à análise dos dados quantitativos de cada uma das variáveis previstas para este eixo, farei sucintas introduções à pertinência e significado de cada um dos seus indicadores, concluindo com uma reflexão qualitativa sobre os resultados observados em articulação com a teoria. Transportarei esta mesma lógica de inclusão de pequenas reflexões introdutórias também para o segundo eixo, onde, evidentemente, trabalharei em profundidade a tese da *demoicracia* cunhada por Kalypso Nicolaïdis. Irei descrevê-la e compará-la com as perspetivas de outros autores (Schimmelfennig & Cheneval, Ronzoni, entre outros), utilizando-a como descritor para a primeira variável, correspondente à conceção da ordem política europeia. Examinarei qualitativamente, no contexto da segunda variável deste eixo, os impactos sociais da adesão à UE, a vertente social do conceito de Europeização, bem como o conceito de Cidadania Europeia.

Apesar de, num quadro geral, a análise se centrar em elementos qualitativos, por reconhecer a importância da empiria (não obstante a sua escassez neste domínio), terei também em consideração, no tratamento de algumas das variáveis, indicadores provenientes de estatísticas do Eurobarómetro e do *Perceive Project*. Optei por recorrer a estas plataformas pois, não sendo plataformas perfeitamente completas, considero serem mutuamente complementares, bem como as mais satisfatoriamente estruturadas e credíveis, procedendo a inquéritos que abordam especificamente alguns dos tópicos que me proponho a investigar. O *Perceive Project* (PP) foi um projeto de investigação europeu desenvolvido ao longo de três anos (2016-2019), com o propósito de investigar quanto e de que forma é que os cidadãos se sentem europeus⁵. Por sua vez, o Eurobarómetro, plataforma à qual recorrei com maior frequência, foi criado em 1973 e disponibiliza sondagens de opinião do Parlamento Europeu, centradas no estudo da perceção e das expectativas dos cidadãos face à ação da UE, bem como dos principais desafios com que esta é confrontada. Ressalvo, também, que o Parlómetro⁶ só disponibiliza dados online a partir de 2009⁷ e alguns dos seus indicadores (aos quais irei recorrer) só mais tarde ainda foram incluídos de forma explícita nos relatórios destas sondagens, pelo que as análises dos resultados estarão por isso necessariamente constrangidas.

Numa nota importante, convirá ainda assinalar que os inquéritos aqui analisados a partir destas plataformas são essencialmente provenientes de estudos conduzidos pelas próprias instituições da UE, pelo que reconheço que terão, manifestamente, uma determinada agenda em vista. Sublinho que, por exemplo, a forma como algumas das questões são colocadas – através de frases afirmativas – será, desde logo, evidência da tendenciosidade revelada por estes inquéritos. O Eurobarómetro, sendo uma plataforma de sondagens criada pela UE, terá naturalmente interesse em obter resultados que transpareçam uma imagem de união e prosperidade, daí que se construam os inquéritos de modo a que os inquiridos tendam a responder de forma mais positiva, visto que é quase sempre mais fácil concordar do que ter de justificar (nem que seja no momento do raciocínio) um ponto de vista de discórdia. Será, portanto, justo que, designadamente no âmbito do Parlómetro,

⁵ Em particular, em que medida tal está relacionado com a implementação da Política de Coesão Europeia.

⁶ Um dos tipos de sondagens desenvolvidas pelo Eurobarómetro.

⁷ Ressalvo que só existem relatórios disponíveis online a partir de 2011 e somente desde 2009 até à atualidade estes dados foram recolhidos no âmbito do Parlómetro e, ainda assim, houve anos em que não foram disponibilizados dados para todas as variáveis aqui em discussão, tal como especificarei adiante.

se questione a agenda do Parlamento Europeu na condução destes inquéritos, uma vez que este órgão não é, de todo, independente da realidade que se propõe a analisar.

Além disso, o próprio conteúdo dos inquéritos do Eurobarómetro tende a ser focado na “identidade coletiva tal como experimentada e expressa pelos cidadãos individuais” (Kohli, 2000, p.122), centrando-se mais na aferição do ponto até ao qual estes têm em si integrada a *ideia de Europa*, acabando por não nos dizer muito sobre o verdadeiro conteúdo da identidade europeia dos cidadãos (Haquinet & Savage, 2011, p.8). Apesar de isto ser particularmente perigoso ao falhar na aceção da complexidade do conceito de identidade europeia, procurarei colmatar este facto com uma análise baseada na perspetiva dos eixos em questão (e não diretamente nas conclusões fornecidas pelos relatórios) e na literatura que lhes corresponde.

Tendo tudo isto em mente, apesar de reconhecer a desejabilidade de incluir neste lote uma maior variedade de dados quantitativos e até, idealmente, uma recolha de dados empíricos inédita, tal não será viável, uma vez que, por um lado, não tenho à minha disposição o tempo, nem os recursos necessários à realização de uma investigação independente e que, por outro, este tipo de estudos não existe ainda de forma tão extensiva e sistematizada como aquela disponibilizada pelos projetos de investigação da UE. Ainda assim reforço que, no âmbito de futuros projetos de investigação, seria, claramente mais conveniente que fosse exequível a condução de inquéritos mais compreensivos e específicos ao tema da identidade europeia ou que, no mínimo, se pudesse partir de novas plataformas de auscultação da população, cuja independência de conteúdo esteja à partida mais assegurada. Deste modo seria possível fazer um contraponto mais justo com a literatura existente, bem como com a própria narrativa transparecida pelas instituições europeias neste sentido. Não obstante, ressalvo que a análise que aqui farei dos dados fornecidos pelo Eurobarómetro e pelo *PP* será sempre feita a partir de um ponto de vista crítico e em contraponto com a literatura disponível sobre os tópicos em questão.

CAPÍTULO I – A IDENTIDADE

1.1. O Conceito de Identidade: Psicologia, etimologia e origens históricas

Tendo em mente o caráter desafiante da análise de um conceito tão complexo como o de “identidade”, gostaria de começar este capítulo – a este termo dedicado – por constatar que, apesar de o conceito de identidade não possuir uma definição absolutamente consensual no seio da academia, na minha perspetiva, tal não deverá ser encarado como fundamentalmente nocivo, uma vez que o debate em seu torno possibilita uma maior adaptabilidade conceptual e absorção de novos contributos na sua permanente construção, enriquecendo-o e versatilizando-o. Não obstante, esta falta de clareza e consenso concetual tornam o seu estudo consideravelmente mais sensível, tal se agravando quanto mais abstrata for a dimensão em que se pretende trabalhá-lo.

Para melhor se compreender o fundamento destas flutuações, julgo ser vital que se recue, primeiramente, àquilo que é a base do estudo da identidade. Ora, considero seguro afirmar que este conceito foi primordialmente associado à Psicologia e à noção do *self*⁸. Surgia, então, como parte da resposta a algumas das grandes questões da humanidade: “Quem sou eu?” “onde é que eu pertenço?” (Oyserman, 2001, p.499). Questões estas que, ainda hoje, se encontram por responder, em grande parte devido à sua fluidez e subjetividade inerentes, que impossibilitam uma resposta absoluta e/ou consensual. Não obstante, no seguimento da sua exploração e estudo, estas encontram-se, atualmente, um pouco mais desconstruídas e compartimentadas, permitindo o desvelamento de algumas das suas diversas vertentes e perceções.

Este processo de descoberta conduziu, nomeadamente, à exaltação da incontornável vertente social deste tópico. Note-se que, mesmo atentando exclusivamente nas questões anteriores, torna-se desde logo evidente a importância que a relação entre o *eu* e o *outro* tem no estabelecimento da base deste conceito, exercendo tal também um substantivo impacto no processo de construção do *self* – que irei adiante explorar em maior detalhe. Deste modo, fez, desde cedo, sentido acrescentar uma perspetiva social a esta análise e, portanto, procurar mais aprofundadamente compreender o seu processo de formação –

⁸ Optei por não traduzir do inglês, pois considero que esta palavra capta melhor a noção de “o eu”, de “ego” e de “próprio” na sua relação.

ou, aliás, aquele fundamentalmente encaro, como um processo de construção – bem como todas as suas derivações.

O termo “identidade” tem origem no Latim, tendo-se formado a partir do adjetivo “idem” (com o significado de “o mesmo”) e do sufixo “-dade” (indicador de um estado ou qualidade)⁹. Através da análise etimológica da palavra, torna-se imediatamente evidente a sua relação com uma lógica de semelhança que possa ser observada de forma reiterada e que permita, portanto, estabelecer uma ligação de continuidade e adjetividade. Daphna Oyserman (2012) definiu identidades como “os traços e características, relações sociais, papéis e *membership*¹⁰ em grupos sociais que definem quem se é”, apontando, desde logo, a centralidade das relações sociais neste âmbito.

Na Antiguidade Clássica despontava já o interesse sobre aqueles que – ainda nos dias de hoje – constituem alguns dos principais mistérios existenciais para o ser humano. Num dos berços do pensamento filosófico, a Grécia Antiga, notáveis pensadores como Sócrates e Platão reservaram uma porção dos seus estudos à exploração da *identidade*. Como se sabe, ambos se dedicaram ao estudo de uma vastidão de questões filosóficas, entre elas se encontrando o próprio sentido do verbo “ser”. Creio que ter mais dúvidas do que certezas é um dos pontos de honra sobre o qual qualquer investigação que se pretenda honesta e compreensiva se deveria erguer. Sócrates e Platão, apesar de muitas teorias afirmativas, tinham também um substantivo conjunto de dúvidas prévias e subsequentes à formulação destas teorias; algo que confere um maior dinamismo, adaptabilidade e até credibilidade, arrisco afirmar, às suas doutrinas. Parte deste questionamento assentava na crítica mútua e a exploração do sentido de “ser” não foi exceção. Sócrates defendia que o verbo “ser” poderia ser entendido de acordo com dois sentidos: o sentido predicativo, como em “Sócrates é humano”, e o sentido de identidade, como em “Sócrates é o marido de Xanthippe” (Mates, 1979, p.29). Platão, por sua vez, foi por alguns criticado por não contemplar esta distinção, tendo os seus defensores ripostado com a ideia de que Platão estava ciente desta distinção e que as declarações alegadamente “auto-predicativas” deveriam ser entendidas como afirmações de identidade.

⁹ Adaptado de <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/identidade/>

¹⁰ Optei por não traduzir do inglês, pois considero que “filiação” ou “adesão” não captariam fielmente aquela que é a abrangência de “*membership*”.

Ora, destas perspectivas julgo importante reter a diferenciação entre auto-predicação e identificação. Se entendermos por predicação a atribuição de uma propriedade¹¹, ou seja, de um atributo, podemos definir auto-predicação como a atribuição de uma propriedade ao próprio. Por sua vez, o termo “identificação” poderá ser entendido de uma forma mais abrangente, sendo de uso mais comum e estando, portanto, mais suscetível a variações de significado. Por este motivo, considero importante que se distinga entre os significados que derivam de “identificar” enquanto um verbo transitivo e enquanto um verbo pronominal. Na aceção de “identificação” enquanto termo derivado de um verbo transitivo, pode entender-se este conceito como o ato de tornar idêntico, o ato de provar ou reconhecer a identidade ou, ainda, como o ato de absorver em si. Enquanto derivação de verbo pronominal este termo contempla alguns dos significados menos usuais, tais como identificação enquanto o ato de se (con)fundir, compenetrar-se do sentimento/pensamento alheio ou, ainda, de se conformar¹².

Posto isto, a partir da anterior reflexão etimológica e gramatical e definições fornecidas, salientaria também o entendimento de identificação, na sua vertente pronominal, enquanto o ato de se (con)fundir. Esta noção de que a identidade traduz coincidência de uma substância consigo mesma, surge na linha de base da visão metafísica de Platão e do seu “mundo das ideias”¹³, um mundo de permanência e estabilidade, em que as ideias se fundem com a identidade. Apesar desta noção de fusão, Platão aponta uma distinção entre “ομοιότητα”¹⁴ (noção de extensa semelhança) e “identidade”, afirmando que a primeira precede conceptualmente a última (Gerson, 2004, p.311), assumindo, portanto, que uma ideia será primeiramente semelhante e só depois coincidente. A partir deste ponto tornar-se-á possível melhor compreender o sentido pronominal que por vezes é atribuído ao processo de identificação, isto é, o sentido de substituição do nome (do substantivo) e, portanto, de substituição de algo que designa o ser.

Na verdade, acabamos por, no nosso quotidiano, não tão raramente utilizar o termo neste sentido Platónico, na medida em que o aplicamos a situações em que identidade surge

¹¹ Adaptado de "predicado", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [online], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/predicado> [consultado em 21-02-2021].

¹² Adaptado de "identificação", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [online], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/identificacao> [consultado em 21-02-2021].

¹³ *eidōs/idea* em grego.

¹⁴ “*Sameness*” em inglês. Em português poderá compreender diversas traduções, tais como “similaridade”, “semelhança” ou “uniformidade”, pelo que optei por manter a palavra em grego, de modo a não a desvirtuar do seu sentido original.

como substituto de próprio (ou de uma parte do sentido de próprio). Exemplo disso foi a escolha de “Bilhete de Identidade”¹⁵ para a designação do documento de identificação civil português, que vigorou como documento de identificação nacional até, mais recentemente, ser substituído pelo “Cartão de Cidadão”¹⁶. Este último constitui um documento mais abrangente, cuja nomenclatura revela a aplicação de um termo mais específico direcionado para uma vertente mais específica da identidade: a vertente civil. Esta observação levanta um outro conjunto de questões relacionadas com as camadas de identidade e a possibilidade de um indivíduo se identificar com mais do que um nível político ao mesmo tempo, questões estas que expandirei nos capítulos subsequentes.

1.2. A identidade e a Literatura

Antes ainda de ser aprofundado pela investigação científica, o termo “identidade” foi recorrentemente empregado no âmbito literário, como tema de escrita e, mais tarde, como elemento de estudo do imaginário literário e do próprio processo de leitura. Enquanto *topos*¹⁷ literário, a identidade surge frequentemente associada à necessidade de conhecimento da origem¹⁸, outra das grandes questões da humanidade. Se refletirmos, por exemplo, sobre o percurso da História de Portugal e sobre o conteúdo literário que lhe é associado, não será particularmente difícil conceber uma ligação com a busca pela definição de uma identidade coletiva nacional. Desde o período dos Descobrimentos (séc. XV/XVI), ao processo de colonização, passando pela decadência associada ao Ultimato Britânico (1890) e estendendo-se até à mais recente conformação com um Portugal geograficamente confinado às suas fronteiras europeias; muitos foram os aspetos que foram moldando a perceção de nação e de pátria e, claro, da sua respetiva identidade.

Não pretendendo, nesta fase, ingressar já numa análise meticulosa sobre a relação abstrata entre nação/pátria e identidade, julgo importante, ainda no âmbito do papel da identidade no texto literário, referir também aquele que encaro como o expoente moderno desta ligação na literatura portuguesa: o Quinto Império concebido por Fernando Pessoa. Este

¹⁵ O Bilhete de Identidade (B.I.) deixou de ser emitido a 31 de dezembro de 2018.

¹⁶ O Cartão de Cidadão (C.C.) foi estabelecido a 5 de fevereiro de 2007 pela Lei n.º 7/2007 em Diário da República (consultar <https://data.dre.pt/eli/lei/7/2007/02/05/p/dre/pt/html>), tendo a sua emissão iniciado no ano subsequente (2008).

¹⁷ Com o significado de “tema recorrente em obra literária”.

¹⁸ Adaptado de <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/identidade/>

futuro profetizado pelo autor para Portugal, nomeadamente na sua obra *Mensagem*¹⁹, ilustra o desejo de construir um novo império civilizacional imaterial. Desejo este que, na sua escrita, Pessoa exporta à vontade de toda uma nação, que este acredita que se deverá reerguer após um período de “intenso sofrimento patriótico”²⁰. Esta necessidade de reerguimento da pátria conjecturada por Pessoa acaba por ser sintoma de uma prolongada indefinição identitária e, consequentemente, da busca por uma clarificação daquele que será o caminho para a dissolver e que, neste caso, o autor aponta como o diálogo linguístico e cultural.

A partir desta interpretação do texto literário gostaria de apontar e enfatizar a noção de que uma identidade deverá ser encarada como algo fluído, alvo de um processo de construção, e não um conjunto de atributos pré-adquirido e/ou imutável. Conquanto se possa verificar um tronco comum ou um conjunto de traços dominantes, há usualmente espaço para variações e recriações de uma versão de realidade, de acordo com a percepção social de cada um e consoante alterações circunstanciais ou até mesmo contextuais à sua realidade, que possam influir na construção de identidade. Uma compreensão profunda deste ponto é para esta investigação vital, uma vez que o seu cerne deriva de um dos princípios-base do Construtivismo Social: a assunção de que é a interação social que gera a construção das identidades.

No que diz respeito à relação entre leitura e identidade, existem diversas teorias, tais como a Teoria Psicanalítica²¹ e a Teoria da Resposta do Leitor²². Para além destas teorias escolheria destacar a Crítica Fenomenológica²³, em que se assume a existência de uma componente de intervenção pessoal associada ao processo de leitura, que, naturalmente, depende fortemente do sujeito e que acaba por torná-lo participante na criação de uma visão de entendimento do objeto literário. Tal acontece porque a produção de um texto literário implicará um processo de revelação do autor enquanto “eu” sujeito de pensamento, pelo que aquilo que é transposto para o texto é resultado de sucessivas

¹⁹ Obra publicada em 1934.

²⁰ Via Arquivo Pessoa (consultar www.arquivopessoa.net/textos/2779). Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação. Fernando Pessoa. (Textos estabelecidos e prefaciados por Georg Rudolf Lind e Jacinto do Prado Coelho.) Lisboa: Ática, 1966: 7.

²¹ Esta teoria (trabalhada por Norman Holland) parte dos conceitos de igualdade e de diferença para explicar a identidade de um dado sujeito e as variações que nela ocorrem pelo confronto com novas questões.

²² No âmbito desta teoria (trabalhada essencialmente por Wolfgang Iser) o termo identidade encontra-se associado à questão da identificação de um estatuto da literatura, partindo-se das características que, no texto literário, se mantêm iguais ao longo do tempo.

²³ Modalidade da crítica literária que privilegia as experiências humanas no estudo do texto literário. Para uma explicação mais detalhada consultar: <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/critica-fenomenologica/>.

formas de construção do *cogito* do autor²⁴, que nem sempre surgem sem conflito interno. Deste modo, a identidade do leitor e a identidade do autor – atinentes aos contextos específicos de leitura e produção escrita, respetivamente – entram em confronto, permitindo, a cada leitura, a construção de um novo sentido de texto, produto da interpretação do leitor face à consciência e linguagem que o autor transpôs.

Assim, o processo de leitura, poderá surgir como um meio de revelação de certos aspetos da identidade do leitor, uma vez que a interpretação das indeterminações inevitavelmente associadas a um texto produzido por outrem revela traços específicos de entendimento pessoal de uma determinada realidade descrita. Este ato poderá ser mais ou menos consciente, levando o leitor a refletir sobre as suas próprias pressuposições a partir das disjunções do seu *cogito* com o do autor e, por conseguinte, acabando quase sempre por implicar um processo de autodescoberta e a revelação ou recriação de uma parte da sua identidade. No texto científico, estas dinâmicas entre escritor e leitor não serão de menor importância, pelo que será particularmente útil analisar aquele que foi o percurso de evolução do tratamento do conceito de identidade no seio da Academia e, então, procurar compreender de que forma os seus diversos entendimentos, nomeadamente num sentido evolutivo, a partir de validações e críticas mútuas, se alcançou o atual estado da arte.

1.3. A identidade na literatura científica

O termo “identidade” começou por ser abordado na Filosofia da Antiguidade e desde então, tendo em consideração a sua frequente ambiguidade e fluidez, muitas foram as áreas que tentaram abraçar o seu estudo, tendo, consoante a sua perspetiva específica, atribuído diferentes ênfases e interpretações à sua utilidade prática e científica. Destas áreas, destacaria a Psicologia e a Sociologia, tendo a Ciência Política adquirido maior realce aquando do nascimento do estudo da Política das Identidades²⁵. Acredito que todas estas perspetivas poderão fornecer contributos úteis à compreensão da identidade enquanto tema geral, bem como da identidade europeia enquanto tema específico.

Em meados do século passado, um conjunto de autores pertencentes à corrente interacionista desenvolveram uma conceptualização essencialmente sociológica da

²⁴ Adaptado de <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/identidade/>

²⁵ Tradução livre de “*Identity Politics*”.

identidade pessoal e social. Nesta linha, E. Erikson, ligado à tradição psicanalítica e à teoria da *ego identity* (1956), chama a atenção para o – ainda não tão raro – irrefletido uso da palavra “identidade” (Erikson, 1966), tendo sido dos primeiros a conceber os vários níveis de identidade como respostas de reequilíbrio às crises e desafios associados ao crescimento humano. A necessidade destes reequilíbrios face a eventuais “resistências” ilustra, nomeadamente, a dificuldade associada ao conhecimento do *self* e à adaptação à frequente volatilidade dos contextos políticos e sociais.

Erikson (1966) escreveu numa época em que as teorias de desenvolvimento de personalidade – nomeadamente a Psicanálise²⁶ – estavam particularmente em voga e despertavam o interesse de vários técnicos e académicos. Este foco no inconsciente ilustra a curiosidade humana, que começava então a despertar, relativamente ao funcionamento daquilo que é externo à sua consciência. Neste sentido, várias teses foram desenvolvidas, tendo-se sobretudo destacado os contributos de Sigmund Freud à área. Destes destacaria os conceitos de Ego e Superego²⁷, introduzidos por Freud na sua segunda reestruturação teórica da composição do psiquismo humano. A noção de ego surge então como um componente do superego e é definido como a parte da psique que contacta com a realidade²⁸, tendo como principais funções a regulação das tendências instintivas e a comprovação da realidade²⁹.

Este controlo do comportamento do qual, na teoria freudiana, o próprio tem consciência, serviu de base para a pesquisa de Erikson sobre aquilo que definiu como o “sentido de identidade³⁰”. Este conceito é por ele inicialmente trabalhado a partir de uma descrição do filósofo William James³¹ daquilo que seria o “caráter” de uma pessoa, envolvendo esta

²⁶ Depois das tentativas de Théodore Ribot, Pierre Janet e Jean-Martin Charcot, a psicanálise foi primeiramente introduzida de forma fundamentada à comunidade científica pelo neurologista Sigmund Freud que, no seguimento desta teoria, desenvolveu também a Psicoterapia, tornando-se célebre pelo seu método alternativo de exploração da mente humana.

²⁷ O superego corresponde à “formação inconsciente, consecutiva à identificação da criança com os seus pais, que exerce a função de censura apesar dos impulsos do instinto, dirigindo-os para os objetos substitutivos”. “*superego*”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [online], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/superego> [consultado em 01-03-2021].

²⁸ *psicanálise* in Infopédia [online]. Porto: Porto Editora, 2003-2021. [consult. 2021-03-01 16:13:49]. Disponível online: [https://www.infopedia.pt/\\$psicanalise](https://www.infopedia.pt/$psicanalise)

²⁹ *ego* in Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa [online]. Porto: Porto Editora, 2003-2021. [consult. 2021-03-02 09:22:21]. Disponível online: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/ego>

³⁰ Tradução livre de “*sense of identity*”.

³¹ Defensor do Pragmatismo e do princípio do funcionalismo na Psicologia. Afirmava que o significado das ideias é encontrado apenas em termos das suas possíveis consequências. *William James* in Infopédia [online]. Porto: Porto Editora, 2003-2021. [consult. 2021-03-02 10:10:38]. Disponível online: [https://www.infopedia.pt/\\$william-jame](https://www.infopedia.pt/$william-jame)

descrição um reconhecimento discernível do *eu* num momento de “tensão ativa”³² em que o próprio se reconhece mental e moralmente. A esta descrição Erikson acrescenta uma componente de inconsciência e inconstância que altera fundamentalmente o sentido atribuído por W. James e que se relaciona com aquela que aponta como uma permanente variação de circunstâncias do qual o próprio poderá não ter consciência. Segundo o autor, tal leva a que, mesmo quando uma pessoa aparenta ter-se encontrado a si mesma, possa estar simultaneamente a “perder-se em novas tarefas e filiações” (Erikson, 1996, p.151), consequentemente implicando a, já anteriormente aludida, necessidade de “reequilíbrios”.

Assim, este “sentido de identidade” teorizado por Erikson conduziu a uma abordagem da identidade – não enquanto algo totalmente estanque e conscientemente discernido pelo próprio, mas – enquanto um estado de “unificação interna” pré-consciente, isto é, acessível apenas a reflexões em momentos de especial consciência (Erikson, 1966, p. 151), estando, com efeito, geralmente reservado ao plano do inconsciente. Tal prevê que a identidade seja algo menos acessível, logo, menos compreensível, inevitavelmente gerando, na ótica do autor, “resistências”³³, que só poderão ser compreendidas à luz da teoria psicanalítica e cujo reequilíbrio pressupõe um processo de médio/longo termo. Este avanço teórico foi particularmente relevante, na medida em que Erikson foi o primeiro a utilizar sistematicamente o termo “identidade” no âmbito de uma teoria do desenvolvimento pessoal ao longo da vida. Este posicionamento demonstra, ainda, a adoção de uma perspetiva mais prudente no que toca à definição de identidade, reconhecendo as suas sofisticações e abrindo espaço à evolução da sua relação com a Psicologia, bem como a novas reflexões e interpretações do tópico. Proliferaram, desde então, várias investigações neste sentido, nomeadamente ligadas à identidade pessoal³⁴.

Antes ainda de mergulhar mais aprofundadamente neste tópico de investigação, e para que dele se possa construir uma mais assertiva análise, julgo que fará sentido que primeiramente se retome o conceito de *self*, introduzido no princípio deste capítulo e que, a par do termo “identidade”, abrange também uma grande variedade de definições,

³² Uma tensão que deve criar um desafio “sem garantia”, ao invés de um que se possa dissipar numa busca por certezas (Erikson, 1966, p.147).

³³ Segundo E. Erikson, uma “resistência” consiste num “problema técnico” encontrado no processo de indução do indivíduo ao reconhecimento da natureza da sua doença, expressão dos seus pensamentos livremente e aceitação das interpretações que lhe são fornecidas (Erikson, 1966, p.151).

³⁴ Tradução livre de “*personal identity*”.

derivações e interpretações, sendo que destacarei somente aquelas que mais úteis considero para o propósito da presente dissertação. Na sua obra *Princípios da Psicologia* (1890) William James elaborou uma destas definições, tendo destacado a distinção entre os termos “Eu”³⁵ e “Mim”³⁶, enquanto dois tipos de entendimento do “self”. Esta distinção tinha por base a ideia de “Eu” refletir o *self* enquanto sujeito de uma experiência e “Mim” corresponder ao *self* enquanto objeto de uma experiência. Algumas décadas depois, L. Wittgenstein veio rever esta distinção considerando – ao invés de James – que tanto o “Eu” como o “Mim” pertencem ao plano fenomenológico do *self*, deslocando, portanto, o “Eu” do plano metafísico. Dentro deste deslocamento, subdivide o “Eu” em dois tipos de uso: o “Eu” enquanto sujeito³⁷ e o “Eu” enquanto objeto³⁸. Nos anos subsequentes, partindo desta divisão, a ciência cognitiva³⁹ veio tradicionalmente analisar o *self* enquanto uma questão do plano fenomenológico, assim se seguindo, portanto, a linha de pensamento de Wittgenstein. Mais recentemente, esta distinção entre o “Eu” e o “Mim”, bem como a posterior controvérsia sobre qual o plano onde se deverá encaixar o “Eu”, foram retomadas por vários investigadores⁴⁰.

Ora, o contraste entre o “Eu” e o “Mim” foi apenas um dos muitos contrastes que vieram a ser explorados no estudo do *self*, porém a sua importância não deverá ser descurada, nomeadamente no mais amplo contexto da identidade. No quadro das ciências cognitivas, Ulric Neisser veio defender que as pessoas têm acesso a cinco diferentes tipos de informação sobre si mesmas, cada um especificando diferentes aspetos sobre o indivíduo (Neisser, 1993, p.3) e cada um definindo, essencialmente, um diferente tipo de *self*: o *self* ecológico, o interpessoal, o estendido, o privado e o concetual.

Desta tipologia gostaria de destacar o *self* concetual⁴¹ que, na definição de Neisser, se concretiza como o modo como as pessoas se percecionam a si mesmas, partindo de uma

³⁵ Tradução livre de “I”.

³⁶ Tradução livre de “me”.

³⁷ Exemplos fornecidos pelo autor: “Eu tento levantar o meu braço”, “Eu acho que vai chover” (Wittgenstein, 1958, p.67).

³⁸ Exemplos fornecidos pelo autor: “Eu cresci 15 cm”, “Eu tenho um galo na testa” (Wittgenstein, 1958, p.66).

³⁹ Ciência que estuda e descreve a estrutura (formas) e o funcionamento (processos) da mente e do conhecimento humanos. Adaptado de *cognitivo* in Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa [online]. Porto: Porto Editora, 2003-2021. [consult. 2021-03-10 10:39:13]. Disponível online: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/cognitivo>

⁴⁰ Mateusz Woźniak foi um deles, opondo-se, em parte, à visão de Wittgenstein e colocando a consciência no centro do debate sobre o *self*, argumentando que o “Eu” fenomenológico pode ser entendido simplesmente como uma componente de ordem superior do “Mim” fenomenológico (Woźniak, 2018, p.2).

⁴¹ Na literatura original designado como “*conceptual self*” ou “*self-concept*”.

rede de suposições e teorias de base social que vão criando ao longo da vida. Neste tipo de *self* é também destacada a importância da percepção de cada um sobre a sua cultura, papéis sociais (e avaliações que sobre eles faz), bem como dos atributos pessoais que, no seu conjunto, vão moldando o entendimento do indivíduo sobre si mesmo e criando um conceito de *self*. Neisser encara, então, o *self*, não como uma parte especial da pessoa ou da sua mente, mas como uma pessoa no seu todo percecionada a partir de um particular ponto de vista. Assim, esta “capacidade de pensar explicitamente sobre si próprio” (Neisser, 1993, p.5) – ou o *self* concetual – ilustra a percepção de um ser humano sobre si mesmo a partir do seu próprio ponto de vista⁴². Estas noções parecem-me particularmente úteis no entendimento daquilo que significa ter um *self*, mas também no entendimento daquelas que são as questões mais profundas que concernem o tópico da presente investigação: a(s) identidade(s). Quer seja pela exploração da vitalidade das perspetivas e percepções, como pela análise daquelas que são as suas componentes e variações, começa-se, deste modo, a aflorar aquilo que nos surge mentalmente quando nos tentamos concetualizar ou identificar a nós mesmos.

Conquanto (a par de grande parte dos conceitos neste domínio) não exista atualmente uma definição absolutamente consensual sobre aquilo que significa ter um *self*, muitos foram os académicos – incluindo os anteriormente mencionados – que procuraram refletir neste sentido e criar teorias em seu torno. Desde o trabalho de M. M. Bakhtin (1973) sobre os diferentes posicionamentos epistemológicos que cada um tem relativamente ao seu *self* e ao outro⁴³; passando pela teoria narrativa da identidade pessoal de Dan P. McAdams (1990) que defende que o *self* é aquilo que acontece quando o “eu” encontra o “mim”; até ao estudo do psicólogo holandês H. Hermans⁴⁴ (1992) sobre o *self* dialógico⁴⁵ e a noção de “sociedade da mente”.

Esta breve viagem sobre o estudo do *self* teve como propósito introduzir aquela que aponto como uma noção fundamental no entendimento do mais abrangente conceito de “identidade pessoal”. Mas como é que se interligam o *self* e a identidade? Ora, tendo em

⁴² Como é notório, as percepções ocupam um lugar de destaque na teoria de Neisser, sendo que este as encara como a primeira forma de autoconsciencialização, ainda que não como a única (Neisser, 1993, p.4).

⁴³ Implicando que nunca se possa compreender a atividade do outro da mesma forma compreendemos a nossa própria atividade (Barresi, 2002, p.244).

⁴⁴ Juntamente com Harry Kempen e Rens van Loon e inspirado pelas ideias originais de William James e Mikhail Bakhtin, Hubert Hermans foi quem escreveu a primeira publicação no âmbito da Psicologia sobre o *self* dialógico.

⁴⁵ Definido pelo autor como “uma multiplicidade dinâmica de posicionamentos do Eu nas paisagens da mente” (Hermans, 2002, p.147).

consideração toda a informação anterior sobre a índole das questões associadas à descoberta do *self*, a relação entre estes dois conceitos torna-se, a meu ver, muito próxima e verdadeiramente crucial para que se compreendam as raízes, questões e fundamentos teóricos que subjazem a noção de identidade e, em particular, a noção de identidade pessoal. A identidade pessoal está, então, intimamente ligada com o conceito de *self* e com a investigação filosófica e psicológica. Na verdade, nas últimas décadas, grande parte do debate sobre a identidade tem-se desenrolado em torno deste subtópico e, em particular, em torno do desenvolvimento da identidade pessoal ao longo do tempo. A identidade pessoal, tal como o próprio termo indica, representará uma vertente da identidade mais associada à pessoa e à sua própria perspectiva, fazendo, portanto, sentido, associá-la às noções de *self*, consciência e introspeção.

Ao longo da vida, vamo-nos levantando a nós mesmos uma série de questões sobre o que significa estarmos vivos, sermos seres conscientes ou termos uma representação física tangível. “O que sou?”; “quem sou?” “de onde venho?” ou “para onde vou?” são alguns exemplos das mais frequentes – ainda que nada básicas – questões que costumam surgir neste lote indagativo. Estas indagações têm sido alvo de reflexão desde as origens da filosofia ocidental e são – em particular, as duas primeiras – frequentemente associadas ao tópico da identidade pessoal. Isto porque se tende a acreditar que, se para elas se encontrar uma resposta viável será, então, possível encontrar a chamada “identidade individual”. Nesta linha, a identidade pessoal funcionaria como o conjunto de atributos que tornam alguém único enquanto indivíduo e, por conseguinte, diferente dos demais (Olson, 2002, p.352) a partir do seu próprio ponto de vista, o que poderá ou não corresponder à realidade percebida pelos outros. Assim, uma vez mais, surgem aqui como vitais as noções de perspectiva e percepção.

Colocada de forma simples, a identidade pessoal é a vertente da identidade que lida diretamente com as questões filosóficas que nos surgem sobre nós mesmos em virtude de sermos pessoas (Olson, 2002). Ora, dada a vastíssima amplitude das questões que a esta definição poderão ser associadas – bem como de posições que, em seu seguimento, poderão ser adotadas – foram bastantes as visões que, neste sentido, foram proliferando. Uma das distinções apontadas por H. Noonan (2011) foi a diferenciação entre “visões

simples”⁴⁶ e “visões complexas”⁴⁷, cujas definições foram sendo alvo de contestação por parte de E. Olson, tendo mais tarde sido retomadas por Noonan, depois novamente por Olson e assim sucessivamente até ao ponto de não existir atualmente um grande consenso sobre no que, de facto, consistirão uma visão simples e uma visão complexa. Não obstante, forneci a descrição explicativa anterior com vista a alertar para a importância da noção de variação ao longo do tempo daquilo que é a perspectiva de alguém sobre aquilo em que consiste a sua pessoa (que poderá ser entendido como o *self* a partir de um ponto de visto interno) e em como as aqui designadas “restrições” podem afetar essa perspectiva. Acredito que a linearidade é uma ilusão no que diz respeito à análise deste tipo de abstrações, dada a sua suscetibilidade às mais pequenas variações contextuais ou circunstanciais, que se podem ir multiplicando (de forma mais ou menos consciencializável) e que têm potencial para gerar produtos mentais substancialmente diferentes ao longo do tempo. Tudo isto porque, no fundo, a nossa percepção pessoal da identidade não representará uma unidade estável (Windt-Val, 2012, p.275), logo, assumindo que a percepção do que significa para nós mesmos *ser pessoa* se encontra no cerne da questão anterior, a mesma lógica estender-se-lhe-á.

Do trabalho de Olson sobre a identidade pessoal gostaria ainda de salientar alguns aspetos essenciais. A questão “quem sou eu?” surge primordialmente como uma questão filosófica (Olson, 2002, p.352), todavia, nomeadamente de acordo com explicações anteriormente fornecidas, esta estende-se a uma maior variedade de áreas, estando intimamente ligada à temática da identidade. Tome-se, por exemplo, o facto de esta questão estar frequentemente na génese das vulgarmente designadas “crises de identidade”; que frequentemente se concretizam numa insegurança profunda relativamente ao modo como alguém se vê e caracteriza a si mesmo. No âmbito da identidade pessoal ao longo do tempo, Olson (2002) reflete, particularmente, sobre o conceito de persistência. Quotidianamente utilizamos este vocábulo com os mais diversos sentidos, todos acolhendo no seu *core* a ideia de que algo que persiste é algo que se mantém ao longo do tempo⁴⁸. Ora, em termos filosóficos, a esta questão é atribuído um sentido mais profundo, na medida em que serve de mote à reflexão sobre o que é que leva

⁴⁶ Consiste na formulação do “ser pessoa” (Tradução livre de *personhood*) com base na assunção de que todas as restrições diacrónicas são efetivamente triviais, redundantes e envolvem a identidade.

⁴⁷ Concretiza-se na existência de (pelo menos uma) restrição diacrónica não trivial, não redundante e que não envolva a identidade ao “ser pessoa”.

⁴⁸ Podendo estar mais ou menos associado à ultrapassagem de obstáculos, consoante a proximidade à noção de “perseverança” do sentido específico atribuído.

a mesma pessoa a existir em tempos diferentes, ou seja, como é que um ser passado, presente e futuro se identifica como um só. O autor dá o exemplo de uma situação em que olhamos para uma fotografia nossa antiga tirada na escola e que, perante essa imagem, afirmamos ser nós quem ali é retratado. Terá a pessoa ali visualmente exposta elementos suficientes em comum com a pessoa atual que justifiquem afirmar ser a mesma? Existirão, naturalmente, respostas biológicas que poderão esclarecer, em parte, a vertente física desta questão, no entanto esta questão adensa-se quando a analisamos de um ponto de vista filosófico ou psicológico. Tal acontece pois reconhecer e compreender o que é que persiste em algo essencialmente abstrato como a identidade, representará um desafio de maior escala, uma vez que implica uma reflexão mais ampla sobre a questão da identidade pessoal ao longo do tempo e sobre se, apesar das variações circunstanciais, esta persiste como uma ou se existirá algum limiar qualitativo ou temporal que a torne múltipla.

A identidade pessoal surge, assim, como um tema bastante vasto e complexo, nomeadamente por – à semelhança de grande parte dos tópicos aqui abordados – ser fundamentalmente abstrato e lidar com questões atinentes a várias áreas do saber. Não obstante, na minha perspetiva, a sua exploração surge como absolutamente imprescindível para que se logre compreender os alicerces do estudo da identidade, uma vez que fornece uma reflexão aprofundada sobre a forma como o ser humano se percebe e a constrói a si mesmo. A sua ligação com o conceito de *self* é de grande proximidade e, de acordo com algumas teorias, até mesmo de coincidência. Ademais, frequentemente a “identidade pessoal” é entendida como o conjunto de atos sintéticos através dos quais a pessoa atinge um sentido de coerência e continuidade para si própria (e para os outros), tanto sincronicamente⁴⁹ como diacronicamente⁵⁰, isto é, o termo “identidade” acaba por se tornar um equivalente sociológico para o conceito psicológico de *self* e para o conceito psicanalítico de “Eu” (Kohli, 2000, p.115), ambos anteriormente mencionados e explicados.

Nos tempos mais recentes, para além da questão da identidade pessoal, têm-se multiplicado as abordagens e perspetivas sobre a temática da identidade em geral e em particular. De acordo com H. Noonan e B. Curtis (2018), as mais proeminentes têm-se prendido principalmente com: a procura de um critério de identidade; a análise da identidade ao longo do tempo; a noção de identidade através de “mundos possíveis”; a

⁴⁹ Através dos seus múltiplos campos de atividade e envolvimento social.

⁵⁰ Através das mudanças temporais do curso da vida.

ideia de identidade contingente; a análise da semelhança (ou coincidência) entre relações de identidade e relações de composição; e a noção de identidade vaga.

A tentativa de estabelecimento de um ou vários critérios de identidade não se tem revelado tarefa fácil devido às complexidades lógicas que tal envolve. Esta possibilidade foi primeiramente introduzida na terminologia filosófica por G. Frege, que criou um amplo conjunto de axiomas matemáticos com o intuito de resolver alguns dos “puzzles” da identidade, a partir de declarações de identidade⁵¹. Esta possibilidade foi também explorada por Wittgenstein (1958) no âmbito da identidade pessoal, bem como por Williamson (1990) e E. J. Lowe (1989) que, por sua vez, procederam à distinção entre critérios de identidade de um e dois níveis, tendo Lowe sido um vigoroso crítico da teoria geral de Frege. Estas investigações vieram impulsionar marcantes desenvolvimentos, nomeadamente nos campos da filosofia da linguagem e do estudo da metafísica. Das sofisticações lógicas e matemáticas que destas teorias advêm convirá reter a dificuldade em extrair lógica de relações que são frequentemente irregulares, subjetivas e, por conseguinte, pouco lógicas. Um caminho para melhor navegar estas dificuldades será através do estudo da semiótica e da linguagem associada a certos termos, pelo que adiante retomarei e explicarei em maior detalhe este tópico.

Os exemplos fornecidos anteriormente têm por base critérios de identidade sincrónicos, isto é, que procuram apurar se dois objetos coexistentes são partes de um mesmo objeto de um determinado tipo e se estarão, portanto, em sincronia. Há quem defenda que estes critérios se distinguem radicalmente dos critérios diacrónicos de identidade, ou seja, dos critérios de identidade ao longo do tempo. Todavia, tal só faria sentido afirmar caso se suponha que a identidade diacrónica e a identidade sincrónica são tipos diferentes de identidade e que, por isso, exigiriam diferentes critérios de identidade; algo que Lowe (2012, p.137) identifica como um erro. Ademais, o conceito de identidade diacrónica será em si mesmo controverso, dado que a passagem do tempo sempre acarreta um qualquer tipo de mudança, cujas implicações dependerão da perspetiva de quem as analisa.

Um dos debates frequentemente exportados para o âmbito da identidade diacrónica tem sido o de “*perdurantism* VS *endurantism*” (Lewis, 1986), que poderá ser livremente traduzido como aquilo que perdura VS aquilo que resiste, respetivamente. De acordo com a noção

⁵¹ Exemplos de declarações de identidade: “ $117+136=253$ ”; “Bill é o pai de Debbie.”. Frege defende que todas estas declarações têm a forma de “ $a = b$ ”, onde “ a ” e “ b ” são nomes ou descrições que denotam indivíduos, assumindo, naturalmente, que “ $a = b$ ” só é verdade se o objeto “ a ” for idêntico ao objeto “ b ”.

da *perdurance*, há quem defenda que os objetos materiais persistem por terem “partes temporais” (ou fases) que existem em tempos diferentes e que, por isso, deverão ser distinguidos consoante esses tempos em que existem. Por outro lado, a teoria da *endurance* nega esta ideia e afirma que quando um objeto existe em diferentes tempos, não tem “partes temporais”, apenas “partes espaciais” e que, por isso, está totalmente presente em todos esses momentos (Noonan & Curtis, 2018), logo, resiste. Ora, esta discussão poderá, naturalmente, ser também exportada para o campo da identidade, visto que, mesmo não constituindo a identidade um objeto tangível, poder-nos-emos questionar sobre se a identidade de alguém poderá estar também sujeita a estas “partes temporais”. Para os defensores da teoria da *endurance*, a resposta seria negativa, visto defenderem a ideia de que, por exemplo, certos “sacrifícios” só fazem sentido se a pessoa do presente for idêntica à sua pessoa do passado e à sua pessoa do futuro, não sendo, portanto, possível a existência de partes temporais diferentes na identidade de alguém. Porém, para os defensores da teoria da *perdurance*, a resposta seria afirmativa, uma vez que creem na existência de várias partes temporais, pelo que, no caso das pessoas, se verificaria uma relação de proximidade entre as suas várias partes temporais que, no seu todo, exerceriam então as atividades que, por sua vez, levam, por exemplo, à realização de sacrifícios ou à tomada de outro tipo de decisões que poderão não se afigurar sensatas se meramente vistas à luz da “parte” presente.

Outro tema explorado no domínio da identidade e, em particular, no âmbito da interpretação do discurso modal, tem sido a noção de identidade através de “mundos possíveis”. Todavia, para que mais adequadamente se compreenda esta abordagem, será imprescindível que se atente sobre o estudo da linguagem e dos seus símbolos e, nomeadamente sobre as premissas bases da semiótica. Ora, a semiótica, ou o estudo dos signos, é um dos vários domínios particulares da comunicação e introduz-nos a questões muito pertinentes sobre os indícios, símbolos e ícones com que nos vamos deparando no quotidiano. Este termo foi introduzido por John Locke (1689), tendo sido posteriormente adaptado por Charles Peirce ao estudo lógico dos signos⁵². Em meados do século passado, a semiótica ganhou grande projeção no âmbito dos estudos culturais, nomeadamente através do trabalho de Roland Barthes, que veio questionar as definições mais tradicionais ao entender a semiologia como uma translinguística que estuda qualquer sistema de

⁵² *Semiótica* in Infopédia [online]. Porto: Porto Editora, 2003-2021. [consult. 2021-03-23 08:10:01]. Disponível online: [https://www.infopedia.pt/\\$semiutica](https://www.infopedia.pt/$semiutica)

signos⁵³ (Chandler, 1994, p.9). “Mas o que serão, afinal, os signos? E qual a sua importância para o estudo da identidade?” poderão estar, justamente, a indagar-se. Ora, na língua portuguesa temos uma distinção entre signos e sinais, podendo, consoante o contexto em que são empregues, ter significados assaz diferentes. Os sinais – cuja amplitude de utilização se estende desde os sinais da pele, aos sinais de trânsito, ao sinal da cruz ou ao sinal de pagamento para uma casa, por exemplo – podem parecer, à partida, desconexos, no entanto, haverá necessariamente alguma matriz comum que atribua sentido ao facto de todos partilharem um mesmo termo. Segundo António Fidalgo (1999), esta matriz será o facto de todas constituírem, de uma forma ou de outra, marcas distintivas. Assim, todas as palavras são sinais; isto porque a própria linguagem depende de signos e sinais para se consubstanciar, alargando-se, assim, a noção de sinal a tudo o que é expressão, comunicação. Os signos são mais utilizados enquanto termo técnico, representando “sinal” um termo mais vasto, imperando, portanto, o uso de “signo” na linguagem científica (Fidalgo, 1999, p.12) da semiótica.

Ora, uma parte considerável dos obstáculos associados ao estudo da identidade prende-se com questões de linguagem e a linguagem não existe sem signos ou sinais, daí reconhecer utilidade à semiótica no contexto da presente investigação. Na linguística e, de acordo com a distinção apontada por Saussure, os signos são compostos por um significante e um significado. O significante⁵⁴ é a imagem acústica ou gráfica de uma palavra⁵⁵ e o significado⁵⁶ consiste no conceito ou ideia por detrás de um signo⁵⁷; juntos constituindo uma unidade significativa. Poder-se-á, portanto, considerar que o signo é a relação entre um conceito e a sua representação, não se podendo um apartar do outro.

Assim, partindo destas informações, torna-se agora um pouco mais acessível o estabelecimento da ligação entre linguagem e identidade, nomeadamente na medida em que a identidade depende fortemente de ligações entre símbolos, representações e os seus conceitos – isto é, de sistemas de signos – para se formar, podendo-se, portanto, encarar

⁵³ Tudo poderá constituir sistemas de significação: imagens, gestos, sons musicais, objetos e as suas complexas associações (Barthes, 1967, p.9).

⁵⁴ Do latim *significante*-, «idem», particípio presente de *significāre*, «indicar; dar a entender»

⁵⁵ *significante* in Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa [online]. Porto: Porto Editora, 2003-2021. [consult. 2021-03-24 09:00:53]. Disponível online: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/significante>

⁵⁶ Do latim *significātu*-, «idem»

⁵⁷ *Semiotics* in *Encyclopedia Britannica* [online]. Disponível em: <https://www.britannica.com/science/semiotics> [Acedido a 24 de março de 2021].

a construção de uma identidade como a construção de uma unidade significativa. Esta relação revelar-se-á particularmente útil no estudo da identidade social e coletiva, que adiante explorarei em maior detalhe. Ademais, o significante atribuído a um objeto ou a uma pessoa pode variar de significado diacronicamente e consoante o contexto, o que, naturalmente, acresce instabilidade ao processo de construção de uma identidade e que, por conseguinte, ajuda na compreensão de alguns dos obstáculos que lhe são adjacentes.

Após esta leve – porém fundamental – introdução a alguns aspetos da linguística, retomo agora novamente uma das vertentes que mais tem sido explorada no âmbito da identidade: a identidade segundo mundos possíveis. Tal como previamente mencionado, este tema está estreitamente relacionado com a interpretação do discurso modal, tendo por base a noção de que uma proposição só será possivelmente verdade se for verdade em algum “mundo possível” (Cresswell, 2006, p.307). Esta visão encontra as suas raízes no Realismo Modal, uma teoria substancialmente trabalhada por David Lewis no início do séc. XX e que, na sua aceção, postula a existência de uma vasta pluralidade de mundos, cada um dos quais constituindo um sistema espaço-temporalmente fechado, separado de todos os outros⁵⁸. Esta opção enfrentou diversas objeções epistemológicas, tendo sido sugeridas algumas abordagens mais moderadas, que visavam proteger a semântica dos “mundos possíveis”, excluindo alguns dos custos lógicos do Realismo mais estreito de Lewis, tais como a tese da homogeneidade⁵⁹ e o ficcionalismo⁶⁰.

Justapondo esta linha de pensamento à identidade, poderemos chegar a algumas proposições interessantes. A semântica dos “mundos possíveis” levanta uma série de questões, nomeadamente no que diz respeito à diversidade linguística, uma vez que as escolhas empregadas na descrição destes “mundos” variam segundo diversos fatores, tais como, por exemplo, os operadores de possibilidade existentes numa determinada língua⁶¹ (Cresswell, 2006, p.323). Também a identidade se encontrará suscetível à modalidade do discurso, estando, portanto, fortemente dependente dos recursos expressivos da língua em que é descrita. Assim, se o discurso modal for interpretado segundo a lógica dos “mundos

⁵⁸ Incluindo estes espaços a sua própria coleção distintiva de itens particulares concretos, repleta de todas as suas propriedades e relações entre si.

⁵⁹ Crença de que todos os mundos (mesmo que só meramente) possíveis são entidades do mesmo tipo que o mundo real.

⁶⁰ Visão de que a teoria dos mundos possíveis é, apesar de útil, falsa.

⁶¹ Podendo até não existir de todo um vocábulo que transmita a noção de “possibilidade” numa determinada língua, estando, portanto, todas as frases à mercê das capacidades expressivas de cada língua (Cresswell, 2006, p.323).

possíveis” tornar-se-á natural encarar uma declaração que atribui uma propriedade modal a um indivíduo, como algo que define, em parte, a identidade desse indivíduo nos vários “mundos” (Noonan & Curtis, 2018), tal como por exemplo: “O João podia ter sido milionário”. Nesta visão assume-se que há um mundo possível onde existe uma versão do João que é milionário, sendo essa uma parte da sua identidade.

Desta base de pensamento emana, ainda, a noção de “identidade transmundo”⁶², que consiste na crença de que um mesmo objeto existe em mais do que um mundo possível⁶³. Este assunto tem-se revelado altamente controverso, tendo sido alvo de várias críticas e contrapontos, dos quais é exemplo a “teoria da contraparte” de David Lewis⁶⁴, que sugere uma relação mais fraca (de mera semelhança) entre mundos, afirmando que cada indivíduo existe somente num único mundo, todavia que este tem contrapartes suas noutros mundos, excluindo desta relação a lógica da identidade (Mackie & Jago, 2006). Esta teoria é também significativa no que diz respeito ao tópico anteriormente abordado da identidade ao longo do tempo, uma vez que desenvolve a ideia da existência de contrapartes temporais que contemplam determinados atributos de um indivíduo, em oposição à existência de um tempo passado ou futuro no qual existiria um ser totalmente idêntico variando somente num determinado atributo. Todas estas suposições são questionáveis e dependem, primeiramente, da crença em mundos possíveis – algo ainda longe de ser consensualizado. Todavia, fiz-lhes referência, pois este exercício de pensamento assente na cenarização me parece útil para compreender alguns dos muitos planos (temporal, espacial, etc.) em que a conceção de identidade pode variar.

Noonan e Curtis (2018) fazem também referência à noção de identidade contingente, que lida com o signo de identidade e com o que Saul Kripke (1972) designou como “designadores rígidos”⁶⁵ que acompanham as declarações de identidade⁶⁶. Allan Gibbard (1975) prosseguiu com este debate, fornecendo exemplos ilustrativos da distinção entre objetos/seres idênticos e objetos/seres contingentes. Não obstante, a partir desta informação, gostaria de, nesta fase, sobretudo salientar a incontornável interdependência

⁶² Tradução livre de “*transworld identity*”.

⁶³ Sendo o mundo real retratado como um destes mundos possíveis.

⁶⁴ Teoria explorada no contexto do Realismo Modal e através da sua obra “*On the Plurality of Worlds*” (1986).

⁶⁵ Referente aos termos que flanqueiam o signo de identidade.

⁶⁶ Conectivamente, Kripke argumentou que a identidade e a distintividade eram elas próprias relações necessárias: se um objeto é idêntico a si mesmo é necessariamente assim, e se é distinto de outro é necessariamente assim.

que todos estes tópicos partilham. Tal é observável se tivermos em consideração que, por exemplo, somente se a possibilidade de identidade contingente for assegurada – pela teoria da contraparte (Lewis) ou alguma outra explicação ligada à (re)modalidade⁶⁷ – poderá a teoria da *perdurance*, enquanto descritor da teoria identidade ao longo do tempo, ser sustentada.

A última das abordagens contemporâneas ao tópico da identidade que gostaria aqui de fazer referência específica é a de “identidade vaga”. Esta possibilidade foi avidamente debatida por diversos autores ao longo dos anos e está intimamente relacionada com as noções de identidade anteriormente descritas, tal como irei explicitar a seguir. Harold Noonan e E. J. Lowe foram críticos mútuos neste âmbito, tendo ambos refletido e acrescentado ao trabalho inicial de Gareth Evans⁶⁸ (então ainda mais direcionado para “objetos vagos”). Uma vez mais teremos de recuar aos fundamentos linguísticos para podermos compreender esta hipótese, visto que esta lida com os designadores de signo enquanto base. Para que se concebam declarações vagas de identidade será necessário que pelo menos um dos termos que flanqueiam o signo de identidade seja um designador impreciso, o que poderá tornar estas declarações (mais do que vagas) indeterminadas. Esta ideia poderá ser também acomodada na teoria da *perdurance*, uma vez que esta contempla uma assimilação da identidade ao longo do espaço com a identidade ao longo do tempo, podendo a última conter este tipo de imprecisões (Noonan e Curtis, 2018).

Em suma, no que diz respeito à construção do conceito de identidade e às abordagens que lhe têm sido feitas, pouco ou nada é objetivo e/ou consensual. A dificuldade em se encontrar conceitos de base amplamente consensualizados torna particularmente desafiante que se logre desenvolver teorias mais avançadas pois, de acordo com o descrito anteriormente, tal dependerá, regra geral, de uma dinâmica de interdependências. Não obstante, creio que todas estas reflexões e debates vieram impulsionar o aprofundamento do conhecimento que se detém sobre a identidade e fornecer pistas importantes para a exportação deste tópico para outras áreas do saber, alargando, deste modo, o escopo da sua compreensão além das visões tradicionais.

⁶⁷ Que não recorra diretamente à tese dos “mundos possíveis” como ferramenta interpretativa da predicação modal.

⁶⁸ Consultar “*Can There Be Vague Objects?*” (1978).

Com a emergência das identidades complexas (ou pós-convencionais)⁶⁹, tornou-se possível analisar as declarações de identidade a partir de um mais vasto leque de pontos de vista, permitindo ter contextos específicos em consideração e, em vista disso, realizar uma mais minuciosa avaliação da legitimidade destas declarações. Assim, para além da anteriormente desenvolvida noção de “identidade pessoal” – essencialmente trabalhada pela Psicologia e que poderá (discutivelmente) ser definida como o conjunto de atos sintéticos através dos quais alguém atinge um sentido de coerência e continuidade para si mesmo (e para os outros)⁷⁰ – surgem também, entre outros, equivalentes sociológicos. Nesta linha, o “*self*” e o “Eu”, respetivamente enquanto conceitos psicológico e psicanalítico, tornam-se, para a Sociologia, equivalentes de identidade.

1.4. Construtivismo Social e identidade

Estas ligações teóricas e conceptuais servirão como ponte para uma outra importantíssima vertente da identidade, a identidade social. Porém, dada a sua iminente indispensabilidade nesta próxima fase e antes ainda de mergulharmos mais aprofundadamente neste tópico, irei, em primeiro lugar, introduzir e sucintamente explicar aquela que é a minha base teórica: o Construtivismo Social. Ora, esta metateoria⁷¹ tem vindo a adquirir uma maior proeminência académica no mundo pós-moderno e, em particular, no tratamento de questões essencialmente abstratas, tal como a identidade. Thomas Risse (2003, p.158) introduziu, no início do século, o estudo da identidade europeia como ilustração empírica desta teoria, fornecendo importantes pistas sobre o seu entendimento, o que dará desde já uma ideia geral sobre a pertinência do Construtivismo Social no âmbito da presente investigação.

O Construtivismo Social surge como uma das mais recentes perspetivas sobre as RI (Relações Internacionais), contemplando alguns pontos de substancial dissemelhança face às tradicionais escolas do Realismo e do Liberalismo, desde logo começando pelo facto de se apresentar como uma metateoria crítica ao Racionalismo. Esta posição é particularmente disruptiva, na medida em que, até à sua emergência nos anos 1990, o

⁶⁹ Fruto dos diversos avanços teóricos.

⁷⁰ Sincronicamente, através dos seus múltiplos campos de atividade e envolvimento social. Diacronicamente, através das mudanças temporais associadas ao curso da vida.

⁷¹ Uma teoria cujo assunto é outra teoria. *Metatheory* in *Encyclopedia Britannica* [online]. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/metatheory> [Acedido a 6 de abril de 2021].

paradigma das RI se encontrava centrado na lógica racionalista, estando a análise das dinâmicas políticas e internacionais direcionada para termos mais objetivos, tais como a gestão de negociações e a análise custo-benefício. Por sua vez, o Construtivismo foca-se na exploração de fatores imateriais, tais como as normas, as ideias, o conhecimento e a cultura, atribuindo particular destaque ao papel desempenhado por ideias coletivas ou intersubjetivas sobre a vida social (Finnemore & Sikkink, 2001, p. 393). Todos estes aspetos revelar-se-ão como essenciais ao estudo da identidade, uma vez que grande parte dos seus componentes serão também eles dependentes de estruturas imateriais e ideacionais que, até então, se encontravam essencialmente à margem das restantes teorias das RI.

O Construtivismo veio contradizer muitos dos preceitos neorrealistas e neoliberais, adotando uma perspetiva sociológica sobre a política internacional e atribuindo destaque ao papel da identidade (Price & Reus-Smit, 1998, p. 259), nomeadamente através do foco na reflexividade da sociedade e do *self*. Assim, esta abordagem veio também oferecer um novo ponto de vista sobre a anarquia⁷² e sobre a relação agente-estrutura⁷³, desafiando o individualismo metodológico e as visões mais centradas no agente⁷⁴ ao assumir que agentes e estruturas são mutuamente construídos e que, portanto, existirão, na verdade, várias “anarquias”⁷⁵. Alexander Wendt e Peter Katzenstein foram autores-chave no estabelecimento dos pressupostos anteriores, bem como na atribuição de um papel de destaque à(s) identidade(s) no seio da teoria construtivista⁷⁶, demonstrando a sua relevância no estudo das RI e, nomeadamente, destacando a sua função na formação de interesses, preferências e comportamentos dos Estados. Em suma, a lente construtivista veio permitir encarar a realidade como socialmente construída, vendo a interação entre os vários atores como algo não pré-determinado e, conseqüentemente, questionando os paradigmas vigentes, abrindo, deste modo, espaço para a importância das estruturas ideacionais e, claro, das identidades no estudo das dinâmicas internacionais.

Reconhecendo-se que a União Europeia constitui um ator com uma configuração absolutamente ímpar no mundo e que se encontra em permanente construção, estando

⁷² Contrário à visão neorrealista que interpreta a anarquia enquanto sistemas de *self-help*.

⁷³ Estruturas como socialmente construídas pelos diversos atores.

⁷⁴ Tradicionalmente adotadas pelo neorrealismo e pelo neoliberalismo.

⁷⁵ Ideia trabalhada por Alexander Wendt que assume que “as anarquias só adquirem lógica em função da estrutura que lhe colocamos dentro” (1999, p.249), isto é, que a anarquia será o que fizermos dela.

⁷⁶ Apesar de apresentarem entre si substantivas diferenças, nomeadamente no que diz respeito à influência designada aos atributos internacionais VS atributos domésticos na constituição das identidades estatais.

fortemente dependente das interações entre os seus diversos agentes e estruturas; torna-se, nesta fase, relativamente acessível compreender a utilidade que o Construtivismo Social poderá ter no seu estudo. Esta abordagem revelou-se particularmente relevante no estudo do processo de integração europeia e da “Europeização”, visto que ambas demandam uma análise multinível que permita compreender a complexidade da rede de interações que lhes está subjacente, bem como o potencial efeito transformador da UE. Dada a sofisticação e, acima de tudo, imprescindibilidade deste ponto para o propósito desta investigação, irei posteriormente desenvolvê-lo em maior detalhe, nomeadamente no contexto da *demoicracia*.

Creio estar, desta forma, justificada a pertinência da adoção do Construtivismo Social como base teórica sobre a qual ergo o presente estudo, reiterando o facto de esta ser, de facto, a única abordagem que atribui ao plano ideacional e imaterial a necessária atenção para que se torne possível estudar algo tão abstrato quanto a identidade e as suas ramificações, nomeadamente no contexto da UE. Assim, após esta reflexão e justificação, julgo encontrarmo-nos, neste momento, em condições de retomar a análise do (previamente introduzido) conceito de “identidade social”, bem como da noção de “identidade coletiva”.

1.5. Identidade social e identidade coletiva

Ora, tal como a própria designação indica, a identidade social está intimamente relacionada com a vida em sociedade e o seu estudo faz parte do alargamento do termo “identidade” a outras áreas científicas, tal como a Sociologia, neste caso. Encontra-se usualmente associada ao “processo de interação no qual as pessoas identificam os outros e são por eles identificadas” (Kohli, 2000, p.115) sendo, portanto, algo dependente de percepções mútuas e construções sociais. Kohli (2000) argumenta, ainda, que este processo se torna na base da identificação do *self*, o que julgo que poderá fornecer uma importante pista na compreensão da conexão entre identidade pessoal e identidade social. Partindo destes aspetos será vital que se compreenda que, nomeadamente tendo em conta a natureza pluralista das sociedades modernas, esta “identidade social” é também ela quase sempre plural. Fará, portanto, sentido que se fale em “identidades sociais” e que se aceite a sua incontornável multiplicidade com base na assunção de que cada indivíduo ocupa várias posições sociais, estando envolvido em diferentes campos de atividade e sendo

membro de diferentes grupos sociais, tudo ao mesmo tempo. Não se poderá, deste modo, apartar diacronicamente a multiplicidade de identidades sociais que cada um poderá integrar. Não obstante, tal não significará necessariamente que este seja um processo isento de conflito.

A teoria da identidade social tem percorrido um longo caminho, tendo exercido influência sobre a área da Psicologia Social e suscitado diversas reflexões no âmbito da Sociologia comportamental, bem como da Linguagem e Comunicação (Giles & Maass, 2016). A identidade social⁷⁷ de alguém poderá variar em complexidade (Brewer & Pierce, 2005; Roccas & Brewer, 2002), podendo esta ser considerada como “simples” se a pessoa tiver várias sobreposições de identidades sociais que partilham muitos atributos compatíveis ou congruentes e como “complexa” se a pessoa tiver múltiplas identidades sociais distintas que não partilham muitos atributos (Abrams, Brewer & Hogg, 2017, p.571). A partir desta distinção foi introduzido o conceito de “complexidade da identidade social”⁷⁸ que se refere à representação subjetiva de um indivíduo das inter-relações entre as suas múltiplas identidades de grupo, refletindo o grau de sobreposição que perceciona existir entre elas (Roccas & Brewer, 2002). Este conceito será progressivamente mais profícuo à medida que o número e diversidade de grupos aos quais pertencemos vai aumentando e a vida em sociedade se vai complexificando. Exemplo disto mesmo é a introdução da União Europeia na vida dos seus cidadãos e o adjacente desafio imposto pela natureza única deste projeto à tarefa de encaixar este novo elemento na identidade de cada um, podendo variar significativamente a perceção que cada um terá sobre o seu grau de sobreposição (ou não) aos restantes grupos que integram.

Convirá também, nesta fase, esclarecer o conceito de identidade coletiva que tem sido, nas últimas décadas, alvo de uma maior atenção académica, nomeadamente no contexto da integração europeia. Esta noção deverá, à semelhança da identidade social, ser encarada numa perspetiva de pluralidade. Checkel e Katzenstein (2009) apontam o entendimento das identidades enquanto representações partilhadas de um eu coletivo e defendem que as identidades coletivas terão por base a ideia de que um grupo de pessoas poderá aceitar existir uma semelhança fundamental e consequential entre si que, por sua vez, as leva a sentir um sentido de solidariedade mútua (Checkel e Katzenstein, 2009, p.134). Desta definição será possível extrair, por exemplo, a ideia que a identidade

⁷⁷ Enquanto balanço entre todas as identidades sociais de um indivíduo.

⁷⁸ Tradução livre de “*social identity complexity*”.

nacional poderá ser uma forma de identidade coletiva, uma vez que os nacionais de um país poderão encontrar entre si semelhanças legais, linguísticas, culturais, entre outras; que lhes permitirão adquirir um sentido de identificação e solidariedade mútua. Será possível adaptar esta mesma lógica para uma identidade europeia?

A restante literatura sugere que a relação entre as várias camadas das identidades individuais e coletivas é essencialmente dinâmica e, ademais, a noção desta multiplicidade, nomeadamente ao nível das identidades sociais (tal como explicitado anteriormente), tem adquirido um razoável consenso na Academia (Risse, 2003, p.2). Saliento que tal surgirá adiante como fundamental na compreensão da aplicação destes conceitos de identidade às peculiaridades associadas ao caso da União Europeia.

1.6. Identidade: pontos-chave

Nesta fase será, então, fundamental reter a importância das interações sociais e das perceções mútuas e pessoais nas construções de identidade; não nos abstraindo das transformações sociais infligidas pelo mundo pós-moderno à realidade de cada um de nós e que vieram, em grande medida, afetar os processos de construção de identidades. As questões “quem sou eu?”, “quem és tu?” e todas as suas derivações direcionadas para o campo da identidade encontram-se, na sua essência, ainda por responder e, muito provavelmente assim permanecerão; pelo que, apesar de, para efeitos da presente investigação, basear-me na supramencionada definição mais geral de “identidades” de Oyserman, julgo que seria substancialmente insensato apontar uma definição única de identidade⁷⁹. Não obstante, mediante as ferramentas extraíveis das informações e reflexões anteriormente apresentadas tornar-se-á, doravante, um pouco mais acessível analisar como é que toda esta abstração se poderá aplicar ao exemplo concreto (e ímpar) da União Europeia.

Para este efeito será crucial que se tenha em consideração fatores históricos e sociológicos que possibilitem alcançar conclusões mais gerais, mas também aspetos simbólicos e mitológicos que permitam analisar marcadores de identidade específicos da UE. Por conseguinte, recorrei, naturalmente, a muitas das definições apresentadas anteriormente e à estrutura teórica do Construtivismo Social, mas dedicarei especial atenção aos dois eixos problemáticos que servem de base a este estudo, precisamente por acreditar estes

⁷⁹ Não creio existir uma única definição de identidade ou identidades que pudesse ser suficientemente abrangente e compreensiva para permitir a sua extrapolação para todos os ramos do seu estudo.

que se poderão revelar particularmente úteis na exploração da identidade no contexto concreto da UE: o sentimento de pertença e a *demoicracia*. O próximo capítulo terá já como principal assunto este primeiro eixo que, embora se encontre relativamente pouco desenvolvido na Academia, acredito ter potencial para funcionar como um conceito-chave no estudo da identidade europeia e do seu plano mais emocional e simbólico (não tão raramente desconsiderado pela literatura científica existente).

CAPÍTULO II – SENTIMENTO DE PERTENÇA

2.1. Identidade, grupos e pertença

Ao longo da nossa vida, de uma forma mais ou menos voluntária e/ou consciente, todos nós vamos integrando grupos sociais. Estas filiações surgem como uma parte incontornável da vida em sociedade e refletem muito daquilo que é a sua organização, mas também muito daquilo que é a perceção de cada um sobre o seu lugar na sociedade. Ora, a grande maioria de nós, seres humanos, ter-se-á, em diversas ocasiões, deparado com a necessidade emocional de pertencer a um determinado grupo e de por ele ser aceite, sendo esta necessidade frequentemente associada ao conceito de “pertença”⁸⁰. Este conceito resulta de uma derivação regressiva do verbo “pertencer”⁸¹ e concretiza-se numa propriedade, num domínio, numa atribuição ou em “fazer parte” de alguma coisa⁸². À vista disso, o “sentimento de pertença” será o sentimento associado à pertença a um determinado grupo contemplando, portanto, uma forte componente emocional.

Antes ainda de melhor refletir sobre este sentimento e sobre a sua ligação à saúde mental de cada um, releva que se defina aquilo em que efetivamente consistirá um grupo. Na sua formulação mais simples, um grupo é composto por número de pessoas ou coisas que formam um todo, constituindo um conjunto ou um agrupamento de algum tipo⁸³. Assim, a sua definição levará a que um “grupo” seja necessariamente um “grupo social”, dadas as inter-relações sociais que lhe estão adjacentes. É um conceito muito vasto, uma vez que poderá ser utilizado para designar muitos tipos de agregações humanas, podendo em si compreender as mais diversas escalas e conteúdos, estendendo-se desde a pertença à espécie humana até à pertença a um grupo de coro escolar, por exemplo.

No início do séc. XX, C. H. Cooley foi um dos primeiros académicos a apresentar uma classificação de grupos, distinguindo entre grupos primários e secundários⁸⁴. O autor

⁸⁰ Tradução livre de “*belongingness*”.

⁸¹ Do latim *pertinescere*, frequentativo de *pertinere*, «referir-se; dizer respeito a».

⁸² *pertença* in Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa [online]. Porto: Porto Editora, 2003-2021. [consult. 2021-04-07 10:36:30]. Disponível online: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/pertença>

⁸³ Adaptado de “*grupo*”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [online], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/grupo> [consultado em 07-04-2021].

⁸⁴ Na sua obra *Human Nature and the Social Order* (1902).

apontava como grupos primários os grupos associados a relações pessoais diretas, relativamente permanentes e íntimas, como por exemplo a família ou um grupo de amigos próximos (Cooley, 1902, p.32) e como grupos secundários⁸⁵ aqueles que se encontram associados às restantes relações interpessoais, destacando os grupos de trabalho ou outros onde se verificam vínculos formais. Mais tarde, outros académicos vieram expandir esta e outras distinções, tendo, por exemplo, Talcott Parsons (1951) apontado cinco fatores para a diferenciação entre grupos primários e secundários e Ferdinand Tönnies (1887) cunhado a distinção entre comunidade e sociedade/associação⁸⁶, estando estas associadas a outras tipologias desenvolvidas anteriormente, por Henry Maine (1861)⁸⁷ e, mais tarde, por Roberto Redfield (1930)⁸⁸, entre outros. Outras sugestões de distinção da relação do indivíduo com os diferentes grupos foram sendo propostas, todavia praticamente todas acabavam por ser contíguas à distinção entre grupos primários e grupos secundários.

Não obstante, destacaria, ainda, a distinção da Sociologia que divide os grupos entre grupos de pertença – nos quais um indivíduo se insere por partilhar com os restantes membros um certo conjunto de valores, comportamentos, etc. – e grupos de referência – com os quais um indivíduo se identifica e a partir dos quais infere normas, valores, comportamentos a seguir, etc.⁸⁹. Este último tem gerado alguma controvérsia, visto que um grupo de referência poderá ser interpretado, de acordo com a distinção anterior, como um grupo cujos valores, normas e atitudes servem meramente como pontos de referência para o indivíduo, não existindo um desejo individual de nele se imiscuir, mas também, por outro lado, como um grupo no qual o indivíduo aspira efetivamente vir a ser membro, isto é, a pertencer. Por conseguinte, e para que se mantenha a coerência, será importante realçar que estes grupos não surgem como mutuamente exclusivos.

2.2. Definindo “sentimento de pertença”

Os grupos são uma parte muitíssimo importante da sociedade e somente assimilando os seus pressupostos de base e algumas das suas ramificações será possível compreender o

⁸⁵ Expressão não diretamente utilizada por Cooley, mas que mais tarde veio a ser associada à sua descrição.

⁸⁶ Respetivamente, “*Gemeinschaft*” e “*Gesellschaft*” na versão original.

⁸⁷ Sociedades de *status* VS sociedades de contrato.

⁸⁸ Sociedades populares (“*folk societies*”) VS sociedades urbanas.

⁸⁹ *grupo* in Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa [online]. Porto: Porto Editora, 2003-2021. [consult. 2021-04-07 10:57:13]. Disponível online: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/grupo>

papel da pertença na vida social. Nos anos 1990, Bonnie M. Hagerty, em conjunto com outros colegas, explorou a importância do sentimento de pertença na Psicologia e, em particular, no âmbito da saúde mental. Um dos seus principais contributos consistiu no desenvolvimento de uma teoria base dos relacionamentos humanos com foco no sentimento de pertença, tendo inclusive projetado um instrumento para medir este conceito, designado como *SOBI*⁹⁰ e que irei, adiante, apresentar. Nesta linha, Hagerty (Hagerty et al., 1992) define sentimento de pertença como a experiência de envolvimento pessoal num sistema ou ambiente que leva a que as pessoas se sintam parte integrante desse mesmo sistema ou ambiente. A partir desta definição será possível extrair duas componentes que considero como verdadeiramente fundamentais: a experiência e o sentimento.

As visões sobre o sentimento de pertença são frequentemente associadas a uma componente de “necessidade”, todavia acredito que, através de uma mais fina observação, este constituirá uma emoção mais elaborada, na medida em que, ainda que por vezes este sentimento seja, efetivamente, resultado de uma necessidade ou de um desejo individual, noutras ocasiões surgirá como uma inevitabilidade e/ou como um processo menos consciente. Para justificar esta afirmação, recorrerá à previamente apresentada distinção entre grupos de pertença e grupos de referência. Ora, se um grupo de referência estará, quase sempre, associado a um processo mais consciente, o mesmo não se verificará necessariamente para um grupo de pertença, na medida em que, divergindo um pouco da definição de Hagerty, este poderá ser encarado separadamente do sentimento, isto é, da emoção. Nesta linha, colocaria desde já uma questão mais orientada para o propósito desta investigação: encararão os cidadãos europeus a UE como um grupo de pertença no sentido descrito por Hagerty (um grupo com o qual partilham um conjunto de valores, atitudes, comportamentos, etc.) ou meramente enquanto um grupo ao qual inevitavelmente pertencem (e com o qual poderão ou não partilhar estes elementos)?

Para tentar responder a esta questão será necessário que se reflita um pouco mais aprofundadamente sobre aquilo que significa pertencer a um grupo e sobre as emoções que lhe poderão (ou não) estar associadas. Ora, a natureza das interconexões entre pessoas e as suas perceções relativamente a isso estão indubitavelmente no centro do estudo sociológico, mas têm-se também tornado áreas importantes de investigação no âmbito da

⁹⁰ Sigla em inglês para “*Sense of Belonging Instrument*” (1995).

Psicologia Social. Tal acontece porque uma das principais preocupações humanas é ir mantendo este tipo de conexões e relacionamentos com os outros (Kohut, 1977), através dos quais se vão desenvolvendo pessoal e socialmente. Esta noção foi adquirindo proeminência académica através de diversos estudos que foram chegando à conclusão de que um dos principais componentes da ligação do indivíduo ao tecido de pessoas, locais e coisas que o rodeiam é, precisamente, o sentimento de pertença (Hagerty et al., 1992, p.173).

Ao longo da segunda metade do séc. XX, a pertença foi por alguns encarada como uma necessidade básica humana (Maslow, 1954; Thoits, 1982), tendo Santokh S. Anant (1966) –previamente a Hagerty – destacado a sua ligação conceptual à saúde mental e apontando-a como essencial na compreensão da doença mental numa perspetiva relacional/interacional. Esta ligação é sustentada por Hagerty (Hagerty et al., 1996, p.235) com base na ideia de que a natureza e qualidade da relação de uma pessoa com os outros afeta os processos bio-psico-sociais que influenciam o comportamento e promovem ou prejudicam a saúde. Assim, considero que as redes sociais e os grupos no qual cada indivíduo se insere poderão acabar por ter uma muito maior relevância de “fora para dentro” do que aquela que se poderia inicialmente imaginar, na medida em que não só o estado mental do indivíduo terá impacto nos grupos onde este se insere, como os próprios grupos (numa lógica de aceitação/integração) terão impacto no estado mental do indivíduo. Também esta questão será exportável para o domínio da União Europeia, sendo possível que nos questionemos sobre o impacto que a pertença a este grupo terá, não só na vida social dos seus membros, como na sua saúde mental.

Conquanto se verifique uma notória ausência de uma análise sistemática do conceito de sentimento de pertença, à medida que os tipos e níveis de interações sociais e de formulações de grupo se vão diversificando, torna-se cada vez mais premente que se aprofunde o estudo deste tema sob novas perspetivas. Em termos psicológicos, a pertença poderá ser mais proximamente associada ao sentimento e às emoções, podendo ser entendida como a experiência de uma pessoa se sentir valorizada perante um referente externo, sentindo um “encaixe”⁹¹ entre si e esse mesmo referente. Em termos sociológicos, a pertença implicará ser membro de grupos ou sistemas, podendo ser observada e descrita segundo referentes comportamentais⁹², que acabam por ser sinais

⁹¹ Tradução livre de “*fit*”.

⁹² Tais como ser membro de determinados grupos e redes sociais.

“físicos” de pertença. Por fim, se tratarmos este tópico em termos espirituais, a pertença poderá retratar uma relação metafísica com um ser ou lugar que exista a um nível universal (Hagerty et al., 1992, p.174). A meu ver, todas estas perspetivas fornecem contributos importantes e não necessariamente exclusivos para o aprofundamento do estudo científico da pertença e contribuirão para uma análise mais abrangente e compreensiva deste conceito.

Anant (1966, p.21) definiu o sentimento de pertença como um “sentido de envolvimento pessoal num sistema social para que as pessoas se sintam parte integrante e indispensável do sistema”. Esta definição acaba por combinar elementos das perspetivas acima descritas, ressaltando, novamente, a importância da experiência social e do sentimento, tornando-se particularmente difícil estudar a pertença sem que a eles se recorra. A partir desta e das noções anteriormente abordadas, irei, para efeitos da presente investigação, adotar como definição de trabalho para sentimento de pertença “o sentimento resultante da experiência social num determinado grupo ou sistema social, que se traduz numa perceção de encaixe face a um referente externo, observável através de referentes comportamentais e discursivos”.

Ainda assim, o sentimento de pertença não deixa de ser um conceito ainda algo “verde” na cena científica e cuja complexidade se têm adensado a par da transformação pessoal e social observável num período mais recente na Europa. Desde então que a pertença foi utilizada como peça importante no estudo da saúde mental a partir de uma perspetiva interpessoal (Anant, 1966), na análise dos fatores que ajudam a explicar quadros depressivos (Choenarom et al, 2005) e tinha, já numa época anterior, a sua privação sido apontada por Durkheim (1897/1963) como causa de depressão severa e até de ideação suicida. Assim, apesar de pertencer a um plano notavelmente abstrato e de somente a partir dos anos 1990 ter emergido como uma construção de importância teórica central (Malone et al., 2011, p.311), começaram a surgir as primeiras tentativas para medir a pertença, desde logo a partir de meados do século passado, tentando-se atribuir uma vertente mais lógica e concreta ao seu estudo.

2.3. Instrumentos de medição da pertença

O desenvolvimento de instrumentos de medição empírica da pertença e do sentimento que lhe está associado não tem, efetivamente, recebido o mesmo tipo de atenção que o sentimento de pertença enquanto uma construção explicativa no âmbito da Psicologia e, em particular, da saúde mental. Ainda assim, existem algumas medidas de pertença disponíveis, na sua generalidade dirigidas a necessidades específicas de pertença relacionadas com família, amigos, colegas de trabalho, desporto e escola (Malone et al., 2011, p.311). Em estudos mais antigos, Anant (1966; 1967) tentou ainda propor uma medida de pertença, todavia o próprio acabou por reconhecer que a sua proposta seria, porventura, mais adequada à medição da dependência do que propriamente da pertença.

Tabela 1 - "SOBI Factors with Factor Structure Item Loadings"

ITEM NUMBER	ITEM	FACTORS	
		I	II
1	wonder if I really fit	.73	
3	not sure if I fit with friends	.75	
5	describe myself as a misfit	.73	
7	people accept me	.57	
8	piece of a jigsaw puzzle	.85	
10	what I offer is valued	.48	
11	feel like an outsider	.81	
13	have no place in this world	.82	
15	I could disappear for days	.62	
16	mainstream of society	.63	
18	observe life rather than participate	.62	
19	few people would come to my funeral	.58	
20	feel like a square peg	.81	
22	I don't really fit	.76	
23	background and experiences are different	.57	
24	not see or call friends	.59	
25	feel left out	.81	
27	not valued or important	.70	
2	important to be valued by others		.53
4	have felt valued in the past		.44
6	important that I fit		.54
9	I have qualities		.52
12	working on fitting in		.67
14	want to be part of things		.52
17	important that my opinions are valued		.60
21	others recognize strengths		.48
26	make myself fit		.42

Fonte: Hagerty & Patusky (1995, p.11)

Em 1995, B. Hagerty e K. Patusky tentaram, finalmente, desenvolver um instrumento que permitisse medir o sentimento de pertença num plano mais geral que designaram como “instrumento do sentimento de pertença”⁹³ (SOBI). Para este projeto definiram a experiência associada ao sentimento de pertença com base no que diz respeito ao

⁹³ Tradução livre de “Sense of Belonging Instrument”.

envolvimento valorizado⁹⁴, encaixe⁹⁵ e antecedentes⁹⁶. Os dois primeiros elementos (ao contrário das expectativas teóricas das autoras) acabaram por se fundir num só⁹⁷, produzindo o “instrumento do sentimento de pertença – experiências psicológicas” (SOBI-P). Por sua vez, o último elemento concretizou-se na escala do “instrumento do sentimento de pertença - antecedentes” (SOBI-A), que representava os antecedentes⁹⁸ propostos para o sentimento de pertença, isto é, os itens que tocavam o desejo e a capacidade de desenvolver o sentimento de pertença.

Para fazerem os primeiros testes psicométricos recorreram a dois grupos de amostra: estudantes universitários norte-americanos⁹⁹ e pessoas diagnosticadas com depressão¹⁰⁰. Nestes testes incluíram 49 itens tendo, mais tarde, ao estudar um novo grupo de amostra, um grupo de freiras católicas romanas reformadas¹⁰¹, reduzido o instrumento para 27 itens de estudo. Estes itens (ver tabela 1) incluíam afirmações como “as pessoas aceitam-me” ou “eu não tenho lugar neste mundo” e, como um dos métodos de análise¹⁰², recorreu-se a uma análise de fator¹⁰³, tendo-se, a partir daí, criado as duas escalas com base nestes mesmos fatores, SOBI-P e SOBI-A.

Estes testes revelaram uma maior consistência na primeira escala (SOBI-P), que representa o estado psicológico do sentimento de pertença do que na segunda (SOBI-A) que representa os antecedentes¹⁰⁴. A validade destes resultados foi analisada segundo

⁹⁴ Exemplo fornecido pelas autoras: "Se eu morresse amanhã, muito poucas pessoas viriam ao meu funeral" (Hagerty & Patusky, 1995, p.10).

⁹⁵ Tradução livre de “fit”.

Exemplo fornecido pelas autoras: "Será que há algum lugar na terra onde eu realmente me encaixe?" (Hagerty & Patusky, 1995, p.10).

⁹⁶ Exemplo fornecido pelas autoras: "É importante para mim ser valorizado ou aceite pelos outros" (Hagerty & Patusky, 1995, p.10).

⁹⁷ “Os itens agrupados nesta escala incluíam aqueles que tocavam as dimensões propostas de envolvimento valorizado e encaixe.” (Hagerty & Patusky, 1995, p.11)

⁹⁸ Ou percursos (Hagerty & Patusky, 1995, p.11).

⁹⁹ 379 estudantes de “community college” nos EUA, escolhidos pela sua heterogeneidade e facilidade de acesso (Hagerty & Patusky, 1995, p.10-11).

¹⁰⁰ 31 pessoas em tratamento para depressão profunda, escolhidas com base na experiência clínica das autoras que indicava que as relações interpessoais e o sentimento de “conexão” se tornam mais difíceis quando se sofre de um quadro depressivo (Hagerty & Patusky, 1995, p.10).

¹⁰¹ Grupo de 37 freiras de um convento local (Hagerty & Patusky, 1995, p.10).

¹⁰² As autoras recorreram, ainda, à análise do contraste entre grupos e à análise da correlação como medidas de construções semelhantes (Hagerty & Patusky, 1995, p.11).

¹⁰³ Tradução livre de “factor analysis”.

¹⁰⁴ “(...) os antecedentes podem ser vitais no desenvolvimento inicial de um sentimento de pertença de uma pessoa, mas menos eficazes no que diz respeito à experiência atual de sentimento de pertença.” (Hagerty et al, 1996, p.243).

diversas categorias¹⁰⁵, tendo-se concluído que a idade, género, estado civil, educação e etnia não surtem uma diferença significativa nos resultados das duas escalas (Hagerty et al, 1996, p.242). Não obstante, este estudo de amostra revelou pontos interessantes como, por exemplo, a noção de que o sentimento de pertença será um conceito potencialmente útil no âmbito da exploração dos funcionamentos psicológico e social e que poderá ser clinicamente relevante na assistência de pacientes com problemas no foro da saúde mental. Assim, não sendo esta escala perfeita, tal como as próprias autoras reconhecem, a sua projeção inspira novos estudos¹⁰⁶ e lança para a discussão alguns dos parâmetros e condições sob os quais o sentimento de pertença se desenvolve e que poder-se-ão revelar particularmente úteis no estudo de funcionamento pessoal e social dos indivíduos e dos impactos que tal poderá surtir na formulação das suas identidades.

No mesmo ano, também Richard M. Lee e Steven B. Robbins tentaram definir um instrumento de medição do sentimento de pertença, por sua vez com três fatores¹⁰⁷, tendo os resultados, à semelhança do estudo anteriormente apresentado, acabado por produzir duas escalas distintas: a escala da Conexão Social¹⁰⁸ e a escala da Garantia Social¹⁰⁹ (Lee & Robbins, p.232). Outro instrumento de medição que acabou até por adquirir mais popularidade no meio científico foi a Escala da Necessidade de Pertencer (NTBS), desenvolvida em 2006 por quatro investigadoras norte-americanas¹¹⁰ e que avalia a motivação para se ser aceite pelos outros e evitar ser rejeitado/a. Tal como a própria designação indica, esta escala foca-se mais numa lógica de necessidade, tendo sido, então, desenhada de forma a avaliar diferenças individuais na “força do desejo de aceitação e pertença” (Leary et al., 2013, p.610). Um dos principais argumentos desta investigação é o de que os indivíduos que apresentam valores elevados nesta escala, se preocupam frequentemente com a aceitação e pertença nos seus círculos sociais e que, por conseguinte, procuram um grande número de relacionamentos e se esforçam por mantê-los. Esta perspetiva permite abarcar aspetos subjacentes a esta necessidade, tradicionalmente vistos como positivos, tais como o incremento da motivação para os indivíduos se comportarem de uma forma mais consensualista e ordeira, de forma a serem

¹⁰⁵ Idade, género, educação, rendimento, preferências religiosas, etnia, funcionamento social e funcionamento psicológico.

¹⁰⁶ Ver, por exemplo, a avaliação psicométrica do SOBI com adultos iranianos mais velhos (Allen et al., 2021).

¹⁰⁷ Companheirismo afiliação e conexão (“*connectedness*”) (Lee & Robbins, 1995, p.232)

¹⁰⁸ Tradução livre de “*social connectedness*”.

¹⁰⁹ Tradução livre de “*social assurance*”.

¹¹⁰ Mark R. Leary, Kristine M. Kelly, Catherine A. Cottrell e Lisa S. Schreindorfer.

mais facilmente aceites e preservarem as suas relações interpessoais; e aspetos vistos como negativos, tais como as inseguranças que poderão advir deste esforço para se consensualizar (Pillow et al., 2014, p.259) e, no limite, conduzir a depressões, ansiedade e até mesmo distúrbios de personalidade.

Esta escala (NTBS) distingue-se do SOBI, na medida em que o SOBI procura criar um instrumento que permita avaliar os vários aspetos da pertença, bem como o seu efeito no funcionamento pessoal e social. Por sua vez, a NTBS pretende avaliar, de certa forma, não só os efeitos antecedentes (desejos), como também os efeitos posteriores (associações positivas e negativas) da pertença já “adquirida”, assumindo-a não só como um sentimento, mas como uma necessidade. Outros estudos foram feitos de forma a tentar, por exemplo, correlacionar o SOBI-A com a NTBS (Pillow et al., 2014), abrindo espaço a abordagens mais expansivas e interativas que permitam compreender todo o espectro de aplicabilidade da noção de pertença e dos seus conceitos derivados e associados, tal como é o caso da identidade. Ressalvo, contudo, que apesar de não lhes poder deixar de fazer referência, estas escalas não serão diretamente utilizadas enquanto variáveis ou indicadores deste eixo problemático.

Como é notório, o estudo da pertença e das emoções a si associadas é importantíssimo no entendimento da dinâmica social e, tal como Hagerty e Patusky observaram na reflexão sobre a sua escala, também no entendimento do funcionamento pessoal, impactando-se mutuamente. Ademais, como tem vindo a ser demonstrado, o sentimento de pertença torna-se numa componente vital das relações de identidade (Kestenberg & Kestenberg, 1988). Deste modo, aplicando o conhecimento disponível sobre o sentimento de pertença, analisando os símbolos da UE, e algumas variáveis tais como as perceções, ou as atitudes, irei procurar, seguidamente, analisar o sentimento de pertença na UE, de acordo com a estrutura de variáveis, indicadores e descritores enunciados na introdução.

2.4. Sentimento de pertença na UE: cidadania europeia e identidade

Com a referência aos instrumentos de medição concluída e já com uma definição geral de sentimento de pertença apresentada, tornar-se-á nesta fase um pouco mais acessível a compreensão da expressão deste conceito no contexto da União Europeia. Tendo em mente que a UE é um projeto relativamente recente e que envolve diversos Estados e

nações, nem sempre se revela fácil estudar os sentimentos dos membros da UE enquanto indivíduos sem que se tenha em consideração a sua nacionalidade. Não obstante, a índole do projeto europeu tem vindo a sofrer substantivas mudanças, aprofundando cada vez mais a sua componente política e social, além das tradicionais vertentes comercial e económica e além da ligação de “*um cidadão e um Estado-nação a uma identidade nacional dominante*” (Olsen, 2008, p.40). Estas mudanças têm-se verificado essencialmente a partir do Tratado de Maastricht (1992) e estendendo-se significativamente com o marco introduzido pelo Tratado de Lisboa (2009), daí ter optado por adotar o período desde Maastricht até a atualidade como janela de análise.

O Tratado de Maastricht¹¹¹ veio estabelecer os principais pilares da União Europeia e implicou transformações muitíssimo significativas no seu funcionamento, tendo, nomeadamente, lançado as bases para a criação de uma moeda única e reformado as possíveis e expectáveis interações entre as várias instituições da UE em determinados domínios, introduzindo o processo de codecisão. Outras medidas foram previstas, tais como a implementação de políticas externas e de segurança comum ou a maior cooperação em questões ambientais e de política social. Todas estas mudanças tinham por base um aprofundamento do vínculo entre Estados-membros e um estreitamento da sua cooperação. Ainda assim, de todas as mudanças instituídas, tendo em consideração a utilidade que alguns dos seus princípios base poderão conferir ao estudo da identidade europeia e, por conseguinte, à presente investigação, optarei por aqui destacar o estabelecimento da Cidadania Europeia (art.º 8¹¹²).

A Cidadania Europeia é, não tão raramente, utilizada como sinónimo próximo de identidade europeia, porém creio que esta aceção é demasiado simplista e falha no tratamento de determinados aspetos formais e abstrações que não lhes serão comuns, nomeadamente não prestando a devida atenção a fatores que considero cruciais nestas matérias, tal como o sentimento de pertença. Relevará, portanto, refletir sobre aquilo em que tem historicamente consistido o conceito de Cidadania Europeia, com vista a, não só identificar aspetos que poderão fornecer pistas importantes para a definição de uma identidade europeia, como também a evitar fusões teóricas excessivamente simplistas entre os dois conceitos. Algo que irei explorar em maior detalhe no próximo capítulo

¹¹¹ Também designado como “Tratado da União Europeia” (TUE).

¹¹² Jornal Oficial nº C 191 de 29/07/1992 p. 0001 - 0110

dedicado à *demoicracia*, no âmbito da reflexão sobre a conceção da ordem política e social da UE e do seu potencial impacto na construção de uma identidade europeia.

Se atentarmos na vertente inter-relacional do sentimento de pertença, nomeadamente no nível da interação/relação entre as instituições europeias e os cidadãos dos seus Estados-membros, tornar-se-á interessante tentar compreender como é que este relacionamento criou a necessidade de distinguir e formalizar a pertença cívica dos indivíduos à UE, além da *membership*¹¹³ do seu país. Raymond Aron, um realista clássico¹¹⁴, chegou a afirmar que “não existem animais tais como ‘cidadãos europeus’. Existem apenas cidadãos franceses, alemães ou italianos” (Aron, 1974, p.653), rejeitando, portanto, a noção de uma cidadania europeia. Esta visão teria manifestamente uma maior validade na época em que foi apresentada, visto que, nos anos 70, a UE¹¹⁵ existia em moldes muito diferentes dos atuais, encontrando-se ainda em período de indefinição política e geográfica. Ainda assim, já nesta época se começava a verificar uma tendência para o aumento dos poderes atribuídos ao Parlamento Europeu (PE); algo muitíssimo importante para a reflexão em causa, dado que esta é a instituição europeia concebida precisamente com vista a representar diretamente os cidadãos e é, desde 1979, o único órgão diretamente eleito.

Desta breve abordagem ao conceito de cidadania europeia, gostaria de, nesta fase, destacar o paralelismo que terá incontornavelmente sido realizado com a noção de cidadania nacional ao desenhar este novo nível de cidadania. Como sabemos, a conceção tradicional de cidadania encontra-se quase sempre associada a um Estado e/ou a uma nação, havendo não só implicações legais naturalmente a isso associadas, como também um conjunto de emoções e sentimentos que a tal precedem e que, posteriormente, daí advêm. Assim, se encararmos o sentimento de pertença como parte da expressão deste último ponto, fará sentido que se exporte a mesma lógica comparativa para a análise do sentimento de pertença europeu. Nesta linha, apesar de haver muito mais a explorar no âmbito da cidadania europeia – algo que procurarei fazer em maior detalhe no próximo capítulo – irei agora focar-me em procurar compreender como é que o sentimento de pertença ao nível nacional se poderá refletir e implicar no sentimento de pertença europeu.

¹¹³ Optei por não traduzir do inglês, pois não existindo uma tradução direta para o português, tal poderia comprometer o sentido que pretendo atribuir a esta frase, que será, neste caso, o de “*membership*” enquanto a noção de um país ser membro da União Europeia.

¹¹⁴ Segundo a teoria das Relações Internacionais.

¹¹⁵ Então ainda designada como CEE (Comunidade Económica Europeia).

Como demonstrado, o sentimento de pertença é um elemento fundamental na construção das diversas vertentes da identidade de cada um pelo que, nesse sentido, será também fundamental na construção de uma identidade cívica e/ou nacional. Ora, frequentemente a identidade nacional e a identidade cívica acabam por ser teoricamente fundidas, negligenciando-se os impactos das transformações do modelo de Estado-nação moderno. Durante muito tempo, a cidadania nacional tornou-se efetivamente na norma na Europa moderna, estando a pertença definida na sua relação com várias características culturais, étnicas e linguísticas, mitos comuns e memórias históricas partilhadas (Tambini, 2001, p.196). O civismo estava então praticamente reduzido à esfera nacional estando, portanto, o sentimento de pertença cívica também a esta esfera confinado. Todavia, nos tempos mais recentes sabemos que a cena política e social europeia evoluiu significativamente, tendo introduzido novos elementos não só políticos e sociais, como também simbólicos, mitológicos e emocionais à construção social de pertença de cada um.

A criação da União Europeia veio, então, seriamente complexificar a definição de uma identidade cívica única para os cidadãos dos seus Estados-membros. Por conseguinte, numa primeira fase, poder-nos-emos, justamente, questionar sobre se “residir num país da UE implica que se prescindia da cidadania ou da identidade nacional?”. A minha primeira resposta seria “não”, por razões legais, práticas e formais; todavia, existem algumas derivações e sofisticações associadas a esta questão que merecerão alguma atenção. Mesmo sabendo que, formalmente, a cidadania europeia surge como complementar à cidadania nacional, a verdade é que este grau de complementaridade se tornará muito subjetivo e relativo à experiência de cada um enquanto cidadão, não só do seu país de origem, como também da União Europeia. Não se verificando, portanto, uma lógica substitutiva ou mutuamente exclusiva entre a cidadania europeia e a cidadania nacional¹¹⁶ acredito que tal não se poderá afirmar com tanta facilidade para algo menos formal e burocrático como a identidade. Será precisamente no esclarecimento deste ponto que creio que a análise do sentimento de pertença se poderá revelar particularmente útil.

Se a premissa comunitária de manutenção da soberania de cada Estado ainda se mantém na atualidade em termos formais, a realidade é que se tem verificado uma tendência cada vez mais notória para a transferência de poderes da esfera nacional para a europeia. Ainda que tal possa passar relativamente despercebido para o cidadão comum em muitas

¹¹⁶ Em coerência com a atual fase de integração, tratados e outros documentos oficiais não o preveem.

ocasiões, existem domínios em que estas transferências se tornam incontornavelmente notórias como, por exemplo, no âmbito da União Económica e Monetária (UEM)¹¹⁷ que, nos países que à zona Euro aderiram, se torna em algo visível no quotidiano de todos os cidadãos que transacionam a moeda (que se pretende um dia vir a ser totalmente) única. Ora, com a livre circulação e com todo o aprofundamento social e político que se tem incorporado na integração europeia, geraram-se incontornáveis mudanças na perceção política, social e até espacial dos cidadãos europeus sobre o contexto em que vivem. Estas mudanças implicam um nível mínimo de tolerância, aceitação e confiança entre Estados-membros e, por extensão, entre as suas populações (Besselink, 2010, p.37) o que, naturalmente, surte um impacto nos sentimentos dos cidadãos uns sobre os outros e, principalmente, sobre a União Europeia como um todo.

A formalização da cidadania europeia surge, portanto, como uma expressão contratual importantíssima desta evolução do pendor político e social da integração europeia e dos sentimentos cívicos que daí advêm. Tal acontece, visto que o estabelecimento do estatuto de cidadania gera um laço bidimensional entre os indivíduos e as autoridades de uma determinada comunidade política (neste caso, a UE), bem como uma afiliação entre os membros desta comunidade (Rostek & Davies, 2006, p.5), refletindo o seu modelo de interação. Assim, ainda que a cidadania europeia só tenha sido formalmente instituída pelo T. de Maastricht em 1992, esta surge como o resultado de um longo período de aproximação da comunidade e veio conferir aos cidadãos europeus novos direitos¹¹⁸ e novas estruturas de representação além do nível nacional (Tambini, 2001, p.201) que, por conseguinte, vieram (pelo menos na sua teoria) impulsionar uma relação mais direta entre o cidadão e as instituições europeias. Poderão, então, estas novas estruturas interferir com os sentimentos de pertença dos indivíduos e, por conseguinte, com a sua identidade? “Sim e sim”, arriscaria responder.

Tal como previamente mencionado, a cidadania nacional foi durante um vasto período temporal, praticamente o único modelo de civismo associado ao território europeu, pelo que será natural que a introdução deste novo nível de cidadania tenha gerado alguma

¹¹⁷ Resultado de uma integração económica progressiva da UE.

¹¹⁸ Os direitos aqui em questão são os direitos já previamente mencionados e dispostos pelo T. de Maastricht, tais como o direito à livre circulação e residência na UE; o direito à proteção diplomática num país terceiro onde o cidadão não esteja representado; o direito de voto e de elegibilidade nas eleições europeias e municipais; o direito de petição ao Parlamento Europeu, e o direito de apresentar queixas formais ao Provedor de Justiça Europeu.

apreensão entre os Estados-membros e que com ele se estabeleçam paralelismos. Não obstante, a formalização deste estatuto, ao refletir e acarretar mudanças significativas nas perceções cívicas, veio amplificar a noção de pertença a uma outra comunidade política que, não coincidindo com a nacional, não se poderá dela apartar. Por este motivo, surgiram diversas propostas de uma noção de cidadania pós-moderna, sociologicamente e historicamente construída, constantemente reinterpretada e baseada numa noção fluida de identidade (Ivic, 2011, p.14). Este conceito teria, com efeito, conteúdo suficiente para ser mais extensamente debatido, todavia, para o presente propósito de investigação, pretendo, nesta fase, destacar sobretudo a noção da fluidez de identidade.

Por não pressupor uma componente legal, a identidade não é algo tão facilmente declarável e/ou delimitável como a cidadania. Não obstante, tendo em consideração a vertente mais abstrata daquilo que significa – não só em termos práticos, como também emocionais – ser cidadão de qualquer tipo de comunidade, julgo ser seguro afirmar que a identidade e a cidadania são mutuamente influenciáveis. A cidadania tem como um dos seus objetivos acentuar o sentimento de pertença (Rostek & Davies, 2006, p.4), atribuindo aos indivíduos, numa ótica funcional, um conjunto de direitos e obrigações que para este efeito de acentuação contribuem. Assim, na complexa relação entre cidadania e identidade, também as emoções associadas à pertença desempenham um papel fundamental que, sendo mais evidente no plano nacional, acaba por frequentemente ser desvalorizado ou secundarizado no contexto da União Europeia.

Ao procurar estabelecer um paralelismo entre as noções de sentimento de pertença a nível nacional e a nível da UE – sendo as suas semelhanças¹¹⁹ mais evidentes – será, desde já, importante que se estabeleçam as suas diferenças. Apesar de os sentimentos perante uma comunidade política poderem ser algo voláteis e sensíveis, a perceção sobre a pertença a uma comunidade nacional é algo que, pela tradição que lhe é associada, se torna mais facilmente “encaixável” nas construções sociais e de identidade de cada um. Também a nível legal, a noção de soberania política, legislativa e judicial tende a contribuir para a acentuação do sentimento de pertença a uma comunidade nacional, uma vez que, até certo ponto, as ligações legais podem criar condições para um sentimento de “identidade comum e destino partilhado” (Rostek & Davies, 2006, p.5). Assim, o sentimento

¹¹⁹ Semelhanças tais como, por exemplo, o facto de ambos se desenvolverem perante uma comunidade política, de se estenderem a grandes agrupamentos populacionais e, claro, de ambos contarem com um estatuto de cidadania (e todos os direitos e obrigações a tal associados) subjacente.

resultante da experiência social associada a residir e/ou ser cidadão de um determinado país, traduzir-se-á (para a maioria dos cidadãos) num sentimento generalizado de “encaixe” face a um referente externo e que se expressa, nomeadamente, através do discurso e de atitudes, comportamentos e símbolos específicos que partilharão com os restantes indivíduos nas mesmas condições. No caso da UE, esta experiência social, nomeadamente por constituir algo sem paralelo no mundo que conhecemos, adquire alguns contornos muito particulares e que tornam mais desafiante a validação deste sentimento perante referentes externos, bem como a própria harmonização interna.

Não obstante, sabemos que, mesmo a nível nacional, as transformações políticas e sociais que têm ocorrido nos últimos tempos, associadas, por exemplo, à facilidade de circulação de informação e à introdução de novos paradigmas político-sociais no seio de sociedades progressivamente mais globalizadas¹²⁰, vieram, inevitavelmente, acrescer complexidade a estas construções. Ainda assim, tal não significa necessariamente que estas novas formas de identificação política e os sentimentos que a isso precedem e sucedem tenham necessariamente de colidir. A identidade não terá de ser algo estanque e não existe uma contradição *per se* em nutrir um sentimento de pertença perante organizações funcionalmente diferentes (Checkel & Katzenstein, 2009, p.31). Tendo isto em mente, o facto de os cidadãos europeus poderem, na atualidade, partilhar um sentimento de pertença à UE enquanto comunidade política e social, para além de uma cooperação económica e financeira entre Estados, não terá necessariamente de implicar uma negação ou exclusão dos seus sentimentos perante a comunidade nacional.

Em suma, no mundo pós-moderno, ao serem desafiadas as conceções cívicas tradicionais, estes elementos abstratos e com maior fluidez normativa tornam-se cada vez mais importantes e potencialmente determinantes na compreensão da construção de novos níveis de civismo e da própria transformação ao nível da identidade a isso associada. Ademais, ao se estender as relações internas da UE ao nível individual, torna-se ainda mais importante que se atente sobre os residentes dos Estados-membros na sua individualidade e se procure compreender o que é que para estes significa pertencer a uma comunidade além da nacional, bem como que tipo de atitudes e sentimentos tal desperta e produz. Neste sentido, ao introduzir o sentimento de pertença como um dos principais

¹²⁰ No sentido de cada vez mais se observar e promover um processo mundial de integração ou partilha de informações, de culturas e de mercados. Adaptado de "globalização", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [online], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/globaliza%C3%A7%C3%A3o> [consultado em 22-04-2021].

eixos de investigação pretendo, precisamente, realocar alguma da atenção académica sobre este tópico no plano intangível e informal que, em associação ao estatuto formal da cidadania europeia e às premissas da *demoicracia*, acredito que poderá realmente ajudar a compreender uma eventual base da construção para uma identidade coletiva europeia.

Assim, apesar de a comparação do sentimento de pertença nacional com o sentimento de pertença europeu ser quase inevitável (e sem negligenciar as suas semelhanças), perante as diferenças apresentadas, fará sentido que se tente compreender o sentimento de pertença europeu à luz disto mesmo. Tendo em consideração que, se há 50 anos atrás, R. Inglehart (1970, p.56) nos apresentava a persistência da importância da nacionalidade como algo não surpreendente, a literatura deste século tem vindo a explorar mais aprofundadamente a identificação dos cidadãos com a UE e com os seus símbolos, acrescentando um novo nível de complexidade aos sentimentos de pertença de cada um. Alguns investigadores têm vindo a defender que também o estudo dos marcadores de identidade simbólicos e mitológicos da UE se encontra pouco desenvolvido (Risse, 2003, p.8). Todavia, dada a progressiva abertura do modelo político europeu e do seu papel na estrutura social comunitária, outros estudos mais recentes têm-se dedicado precisamente à análise destes elementos e do seu impacto na formação de um sentimento de pertença e na potencialmente subjacente construção de uma identidade coletiva europeia.

Compreender de que forma é que isto se concretiza na realidade da UE implicará, no entanto, uma abordagem um pouco mais detalhada de alguns elementos mais específicos – aqui, em alguns casos, em associação com a análise de dados recolhidos junto dos cidadãos¹²¹ – que permitam uma aproximação mais concreta tanto aos elementos simbólicos da UE, como às perceções dos cidadãos sobre a sua pertença à UE, através do estudo das suas emoções, sentimentos e atitudes. Deste modo, procurarei, então, através desta análise apurar quais as conclusões extraíveis do estudo do sentimento de pertença no âmbito da construção de uma identidade coletiva europeia.

2.5. Símbolos da União Europeia

A etimologia grega define “símbolo” se refere ao sinal de reconhecimento de duas pessoas que possuem, cada uma delas, pedaços de um objeto quebrado, que serve para, quando se

¹²¹ Nomeadamente através de inquéritos do Eurobarómetro.

juntam, estabelecer uma identidade¹²². Esta visão mais lírica sobre aquilo em que consiste um símbolo, não sendo uma definição científica, permite abordar a noção de completude associada à partilha de algo comum. A construção de uma identidade coletiva implicará também uma partilha de elementos comuns que, ainda que se possam expressar de formas distintas, terão, necessariamente, de congregar pontos de convergência ou, no mínimo, de similitude. Esta similitude é amiúde mais facilmente expressa através de elementos simbólicos que tornam mais concreto algo tão abstrato como um sentimento de pertença que, por sua vez, sustentará uma construção de identidade.

Se aceitarmos que o símbolo nos remete para um plano imaginário desligado da realidade, os acontecimentos ritualizados adquirem mais sentido e é possível que, a partir daí, estabeleçamos associações na comunicação e na interação, permitindo unidades significantes. No caso da UE, tal não será exceção e estas unidades significantes existem enquanto elementos como a bandeira europeia, o hino europeu, o Dia da Europa, o lema/divisa da UE e, ainda, a moeda única¹²³. Estes elementos terão como principal objetivo refletir e fomentar o sentimento de pertença dos cidadãos europeus, pelo que fará, a meu ver, todo o sentido refletir um pouco sobre eles, ainda que naturalmente não como variáveis ou descritores, mas como fatores pertinentes na análise do sentimento de pertença europeu e, por conseguinte, da identidade europeia.

Começaria por assinalar que, não o sendo efetivamente, estes elementos simbólicos se assemelham muito àqueles que costumam ser os símbolos associados a um Estado. Assim, se se encarar a UE como um projeto proto federal, estes elementos deveriam contribuir para robustez deste projeto e facilitar a identificação de elementos comuns entre os cidadãos europeus, que permitam extrapolar um sentimento de pertença cívica partilhado. Todavia, será importante realçar que estes elementos não têm uma importância proporcional entre si e que a sua introdução e desenvolvimento têm percorrido caminhos consideravelmente diferentes no processo de integração europeia.

¹²² *símbolo (sociologia)* in Infopédia [online]. Porto: Porto Editora, 2003-2021. [consult. 2021-04-26 07:37:11]. Disponível online: [https://www.infopedia.pt/\\$simbolo-\(sociologia\)](https://www.infopedia.pt/$simbolo-(sociologia))

¹²³ Ainda que se possa argumentar a existência de diversos outros símbolos (programa Erasmus+, carta de condução, iconografia das instituições europeias, etc.), por uma questão de relevância relativa, optarei por analisar estes cinco elementos enquanto os mais significativos.

Aquela que identificamos atualmente como bandeira da União Europeia foi originalmente, em 1955, adotada como a bandeira do Conselho da Europa¹²⁴, tendo somente em junho de 1985, sido instituída pelo Conselho Europeu como emblema oficial da então “Comunidade Europeia”¹²⁵ (Miller, 2008, p.3). Este símbolo é particularmente importante, não só por ser um dos mais vastamente difundidos, como pela carga simbólica imbuída nos seus elementos. As doze estrelas simbolizam os ideais de unidade, solidariedade e harmonia entre os povos da Europa¹²⁶. Este simbolismo é, desde logo, sintoma de uma busca pela aproximação dos cidadãos europeus e projeta a ideia de uma desejável união mais profunda, podendo interpretar-se como uma alusão ao projeto federal. Esta bandeira é hoje um dos principais símbolos da UE e nasce com o objetivo de atribuir uma componente visual ao sentimento de pertença e de, por conseguinte, tentar impulsionar uma identidade comum. Mas terá a introdução deste símbolo realmente surtido o efeito desejado nos sentimentos dos cidadãos?

O hino europeu foi composto como “Hino à Alegria” por L. V. Beethoven em 1823 e foi, à semelhança do que aconteceu com a bandeira, primeiramente adotado pelo Conselho da Europa (1972) e só depois pelos dirigentes da UE (1985)¹²⁷. Este hino tem como objetivo simbolizar não só a UE, mas a Europa num sentido mais lato, exaltando os ideais europeus da liberdade, paz e solidariedade (Miller, 2008, p.4). Também à semelhança da bandeira, o hino não se destina a substituir os diversos hinos nacionais dos Estados-membros. A principal diferença face à bandeira será a sua importância e reconhecimento por parte dos europeus, algo que aprofundarei um pouco mais adiante.

Também desde 1985 que a 9 de maio se celebra o Dia da Europa. Este dia comemora a data em que foi proferida a marcante Declaração Schuman¹²⁸ e pretende funcionar como mais um símbolo de unidade e de solidariedade, sendo geralmente assinalado por várias iniciativas por parte das instituições europeias, bem como por outras organizações que têm como objetivo a promoção dos valores europeus. Mais tarde, no ano de 2000, começou a ser utilizada a divisa (ou lema) “Unidos na diversidade” ou “Unida na

¹²⁴ Organização composta por países europeus que visa proteger a democracia e os direitos humanos. Não confundir com a instituição da União Europeia “Conselho da União Europeia”.

¹²⁵ Correspondente à atual União Europeia.

¹²⁶ Informação disponível em https://europa.eu/european-union/about-eu/symbols/flag_pt [consultado em 23-04-2021]

¹²⁷ Informação disponível em https://europa.eu/european-union/about-eu/symbols/anthem_pt [consultado em 23-04-2021]

¹²⁸ Célebre discurso apresentado em 1950 pelo então Ministro dos Negócios Estrangeiros de França, expondo a sua visão de uma nova forma de cooperação política na Europa.

diversidade”¹²⁹, escolhida de entre um concurso de propostas lançado aos jovens estudantes europeus (Miller, 2008, p.5). Tem como objetivo evocar a forma como os europeus se uniram e formaram a UE com o objetivo de trabalharem em conjunto em prol da paz e prosperidade, tirando partido da sua diversidade interna¹³⁰.

A introdução do euro como moeda oficial da União Europeia e aspirante a moeda única, foi um passo colossal na integração europeia. Esta moeda foi oficialmente instituída em 2002, mas já desde o final da década de 1960 que esta ideia se conjeturava, sabendo-se que tal não se processaria sem a ultrapassagem de um conjunto de obstáculos políticos e económicos¹³¹. Em 1979 foi lançado o Sistema Monetário Europeu (SME), com base num sistema de taxas de câmbio que limitava o intervalo de variação das moedas participantes, possibilitando uma coordenação sem precedentes das políticas monetárias dos Estados-membros. Surgiu, passado cerca de uma década, o Relatório Delors, que propunha a atualização deste sistema e a realização de uma União Económica e Monetária (UEM)¹³² que, por sua vez implica a coordenação das políticas económicas e orçamentais, uma política monetária comum e, claro, a criação de uma moeda comum: o euro.

Assim, depois de muitas negociações e ponderações, a 1 de janeiro de 2002 doze países¹³³ da UE adotaram o euro como moeda oficial. Até à atualidade mais sete países¹³⁴ se juntaram a este lote, constituindo estes dezanove países aquela que é hoje designada como a Zona Euro. Apesar de estar contratualmente prevista, no âmbito da UEM, a adoção do euro como moeda nacional em todos os Estados-membros, nem todos os países da UE o fizeram ainda, ou porque não cumprem ainda os critérios de convergência¹³⁵ ou, no caso

¹²⁹ Em inglês “*United in diversity*”.

¹³⁰ Informação disponível em https://europa.eu/european-union/about-eu/symbols/motto_pt [consultado em 23-04-2021].

¹³¹ Tais como falta de vontade política, diferendos em matéria de prioridades económicas e períodos de agitação nos mercados internacionais. Ver https://europa.eu/european-union/about-eu/euro/history-and-purpose-euro_pt [consultado em 23-04-2021].

¹³² Consagrada posteriormente pelo Tratado de Maastricht em 1992. Prevê uma expansão do mercado único da UE, com regulamentações comuns dos produtos e a livre circulação de bens, capitais, trabalhadores e serviços. Ver <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/79/a-historia-da-uniao-economica-e-monetaria> [consultado em 23-04-2021].

¹³³ Áustria, Bélgica, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Espanha e Grécia.

¹³⁴ Eslovénia (2007), Chipre (2008), Malta (2008), Eslováquia (2009), Estónia (2011), Letónia (2014) e Lituânia (2015).

¹³⁵ Também designados como “critérios de Maastricht” e que preveem uma taxa de inflação não superior a 1,5% da média dos países da UE com as melhores taxas de inflação; um défice orçamental não superior a 3% do PIB; uma dívida pública que não exceda os 60% do PIB do país; taxas de juro de longo prazo que não ultrapassem os 2% da média dos três países com a melhor estabilidade de preços; e a participação no mecanismo europeu de taxas de câmbio durante dois anos.

da Dinamarca¹³⁶, porque optou pela não participação (*optout*)¹³⁷. Assim, nem todos os países da UE fazem parte da Zona Euro, mas todos fazem parte da UEM¹³⁸, ou seja, todos têm como objetivo comum garantir a estabilidade dos preços, o crescimento económico e mais emprego; objetivos estes que, a serem cumpridos, beneficiarão diretamente os cidadãos da UE.

Note-se que, desde há muito tempo, as elites políticas tendem a utilizar o dinheiro como forma de construir fronteiras sociais e identidades políticas específicas, desempenhando, assim, não só funções económicas, mas operando também a moeda como um símbolo de paz, lealdade e poder (Kaelberer, 2004, p.161), conquanto a sua virtude seja por vezes contestada (Hooghe, 2005, p.880). Muito mais haveria a dizer a respeito da integração económica europeia, mas julgo que a partir desta breve explicação se torna evidente o impacto profundo que esta surte no quotidiano económico, financeiro e laboral dos cidadãos europeus.

Curioso será também o facto de alguns territórios europeus¹³⁹, mesmo não pertencendo à União Europeia, terem decidido aderir ao euro. Além dos incentivos à estabilidade e ao crescimento económicos, a própria facilidade de transação de moeda em vários territórios europeus, facilita o comércio entre eles, nomeadamente incentivando setores como o Turismo (ao excluir o incómodo da conversão cambial), tornando-se, assim, num dos principais símbolos da integração europeia (Risse, 2004, p.255). Esta proximidade afeta, incontornavelmente, o sentimento de pertença dos cidadãos à UE, ao criar mais um elemento prático e simbólico em comum, que ajuda a materializar a ligação entre os indivíduos dos vários países da UEM e, em particular, da Zona Euro.

Torna-se, assim, evidente que estes símbolos foram selecionados de forma a abranger os valores que as instituições europeias desejavam projetar sobre a ideia de Europa, ostensivamente promovendo uma perceção positiva e sedutora do projeto europeu com a qual as pessoas se desejem identificar (Bruter, 2009, p.1503) e que, por conseguinte, expanda o seu sentimento de pertença. Porém, como já referido, não se encontram todos desenvolvidos por igual. Se, por um lado, a generalidade das pessoas consegue identificar

¹³⁶ E também do Reino Unido quando ainda pertencia à UE.

¹³⁷ Podendo reverter esta opção no futuro, se assim o desejar.

¹³⁸ Informação disponível em https://ec.europa.eu/info/business-economy-euro/euro-area/what-euro-area_pt [consultado em 24-04-2021].

¹³⁹ Andorra, Mónaco, São Marino, Saint Pierre et Miquelon e a Cidade do Vaticano, com acordo formal. Linha Verde, Kosovo, Montenegro, São Bartolomeu e Zimbabué sem acordo formal.

a bandeira da União Europeia e vê o euro como um símbolo da integração europeia, o mesmo não se poderá afirmar com tanta facilidade no que diz respeito ao hino europeu ou ao Dia da Europa (Risse, 2004, p.255). Neste sentido, há quem defenda que somente a bandeira da UE, o programa Erasmus¹⁴⁰ e a moeda única terão realmente alcançado o sucesso prático e simbólico pretendido (Checkel & Katzenstein, 2009, p.206).

Para suportar esta ideia, estão disponíveis alguns estudos que foram sendo realizados com recurso a inquéritos e grupos de foco¹⁴¹, nomeadamente por Michael Bruter, que colocando questões sobre a perceção dos cidadãos europeus sobre a UE e sobre os seus símbolos, chegou à conclusão de que existe, no geral, um conhecimento bastante bom sobre aqueles que são os principais símbolos da UE e de que estes símbolos são pelos cidadãos associados com valores de paz, harmonia e cooperação¹⁴² (Bruter, 2004, p.30). Mais tarde, Bruter conclui ainda que os símbolos têm um efeito dominante sobre a componente cultural da identidade europeia dos cidadãos (Bruter, 2009, p.1514) e que este efeito será imediato sobre a identidade europeia e com tendência para se acentuar ao longo do tempo (Bruter, 2009, p.1520). Ainda que por vezes Bruter acabe por assimilar no conceito de identidade aquilo que aqui defino como sentimento de pertença (ilustrando a confusão teórico-concetual a que fiz referência anteriormente), nem sempre distinguindo o domínio das emoções e perceções da componente cívica e formal; a sua investigação suscita questões muitíssimo importantes e fornece dados empíricos sobre o que é que os cidadãos europeus entenderão sobre uma identidade europeia e qual o papel dos símbolos na sua construção.

2.6.1. Perceção dos cidadãos da sua voz na União Europeia

As perceções, crenças e atitudes desempenham um papel fundamental no estudo do sentimento de pertença em geral e têm vindo a adquirir cada vez mais atenção académica no âmbito do estudo da integração europeia, à medida que as suas políticas se vão diversificando (Santana-Vega et al., 2020, p.3). Na literatura tem vindo a ser destacada a multidimensionalidade destes aspetos, distinguindo-se, por exemplo, entre as orientações

¹⁴⁰ Programa europeu que apoia a educação, a formação, a juventude e o desporto, oferecendo oportunidades de mobilidade e cooperação e que também poderá ser considerado como um símbolo da UE.

¹⁴¹ Tradução livre de “*focus group*”.

¹⁴² Valores estes que representaram a primeira “linha” filosófica do projeto europeu na primeira metade do século (Bruter, 2004, p.30).

utilitárias e afetivas das atitudes públicas e incluindo o papel das emoções (Boomgaarden et al, 2011, p.243). Este último, outrora negligenciado pela literatura, tem ultimamente vindo a adquirir preponderância nos estudos sobre o comportamento e atitudes políticas, o que enfatiza a pertinência do seu estudo no âmbito do sentimento de pertença a uma comunidade política, como é o caso da UE.

A primeira variável que proponho analisar no âmbito do eixo problemático correspondente ao sentimento de pertença será a perceção dos cidadãos da sua voz na UE. Terei como principal indicador as respostas dadas à questão “a minha voz conta na UE?” nos inquéritos do Parlómetro, comparando a variação dos resultados no tempo e no espaço. A questão da voz dos cidadãos no seio da UE só começou a ser incluída explicitamente nos relatórios do Parlómetro a partir do ano de 2014¹⁴³, pelo que a janela temporal para análise da mesma é bastante diminuta; ainda assim, será interessante comparar a variação ao longo dos últimos anos e refletir sobre quais os motivos que lhe poderão subjazer.

Enquanto atores cívicos de uma determinada comunidade política é natural que reconheçamos um conjunto de direitos e deveres que nos estão associados. No entanto, tal como tem vindo a ser demonstrado, na realidade pós-moderna tal não é suficiente, visto que há outros planos de interação que dever-se-ão ter em consideração, nomeadamente dentro e entre os vários grupos sociais. No contexto da União Europeia tal torna-se ainda mais importante, sendo essencial que se encontrem formas de fomento de um sentimento de pertença que permita suportar o modelo de integração que se tem seguido nas últimas décadas. Ora, uma das formas de o concretizar é atribuir aos cidadãos mecanismos de proximidade com as instituições, que os façam sentir que a sua voz conta.

Tal poderá parecer óbvio numa primeira análise, todavia sabe-se também que a UE, por ter uma densa complexidade institucional e um processo decisório bastante burocrático, se pode facilmente tornar distante e incompreensível para o cidadão comum. Esta distância poderá, por sua vez, contribuir para uma sensação de desconfiança (e, no limite, de rejeição) face às mediadas adotadas e, por conseguinte, dificultar o desenvolvimento de um sentimento de pertença. Dar mais “voz” aos cidadãos será, portanto, essencial para que se logre colmatar este potencial défice e a tendência para privilegiar as instituições

¹⁴³ Apesar de já ser incluída nos inquéritos do Eurobarómetro desde 2009 e o relatório de 2019 apresentar dados que recuam até 2004 (que não terei aqui sob análise, por falta de termo comparativo).

da UE ou as elites político-burocráticas (Hooghes, 2005, p.874). Relevará, então, questionar: quais terão sido as medidas adotadas pela UE neste sentido? Serão estas medidas suficientes? Terão estas realmente surtido impacto nas percepções dos cidadãos?

Para tentar responder a estas questões, começarei por brevemente descrever os dados fornecidos pelo Parlómetro nos últimos anos relativamente a este tópico (gráficos 1 e 2 dos Anexos). O relatório disponibilizado em 2014¹⁴⁴ revela que, na média da UE, 41% dos inquiridos concordavam com a afirmação “a minha voz conta na UE”, dando continuidade a uma tendência crescente que já se vinha a verificar desde 2012, representando, ainda assim, a minoria dos cidadãos inquiridos. Em 2014 verificava-se uma maior percentagem de inquiridos a concordar com a afirmação anterior nos países nórdicos e da Europa central, destacando-se a Suécia (74%) e a Dinamarca (62%). Por sua vez, os países da Europa do Sul e do Báltico apresentaram percentagens significativamente mais baixas, tendo na Grécia somente 20% dos inquiridos concordado com a afirmação e na Estónia 21%. Portugal incluiu-se neste último grupo com 32%.

No âmbito do separador “as vozes dos cidadãos europeus” foram também colocadas questões relativamente à percepção dos cidadãos da sua voz no contexto nacional, para efeitos comparativos. Em 2014, verificou-se, na média da UE, que 58% dos cidadãos concordavam com a frase “a minha voz conta em (país respetivo)”, um valor bastante mais elevado do que aquele apresentado para a percepção da sua voz contar na UE e verificando também uma tendência de crescimento desde 2012. Uma vez mais, destacam-se os países nórdicos e da Europa central, com percentagens ainda mais elevadas de “concordo”, registando-se 95% na Suécia e 91% na Dinamarca.

Pode estabelecer-se desde já uma correlação entre os resultados encontrados a nível nacional e a nível da UE, na medida em que os países em que os inquiridos mais afirmam concordar com a frase “a minha voz conta na UE” são os mesmos que mais sentem que a sua voz conta dentro do seu próprio país. Visto que 2014 foi ano de eleições, poder-se-á também apontar aquele que é chamado o “efeito das eleições europeias”¹⁴⁵ como possível causa para uma maior sensação de envolvimento entre os cidadãos e os trabalhos da UE, e nomeadamente do Parlamento Europeu, uma vez que o voto lhes concedeu uma

¹⁴⁴ Primeiro ano em que foram disponibilizados pelo Parlamento Europeu dados relativos à voz dos cidadãos. O Parlómetro foi levado a cabo pela *TNS Opinion* nos 28 países da UE, com entrevistas presenciais a 27 801 cidadãos neste ano.

¹⁴⁵ Consultar <https://www.europarl.europa.eu/at-your-service/en/be-heard/eurobarometer/parlemeter-2014>

oportunidade de expressão direta da sua voz na UE, aumentando assim a sua percepção de que a sua voz efetivamente conta, contribuindo, por conseguinte, para um maior sentimento de pertença. Não obstante, por vezes as eleições europeias tendem a ser muito politizadas ao nível nacional, funcionando como campo de discussão de controvérsias políticas internas a cada país (Checkel & Katzenstein, 2009, p.197), o que poderá ter também surtido efeito na tendência de crescimento da percepção dos inquiridos de que a sua voz conta também no contexto interno do seu país.

Para justificar estas tendências temporais, bem como a variação espacial interna na UE, será também importante que se tenha em consideração o contexto socioeconómico que se vivia nesta altura. 2012 foi um ano em que ainda muitos dos países europeus estavam a lidar com as repercussões da crise económica de 2008, alguns deles (em particular na Europa do Sul) enfrentando robustos pacotes de austeridade financeira e com elevados níveis de desemprego – algo que se foi diluindo nos anos seguintes, potencialmente justificando a tendência crescente até 2014. Não obstante, esta conjuntura gerou, naturalmente, descontentamento social e poderá ter contribuído para, na perspetiva dos cidadãos, se criar uma imagem da UE (enquanto face da austeridade) como uma tecnocracia dura e distante, que não dá voz às queixas dos cidadãos, comprometendo, por conseguinte, a evolução positiva do sentimento de pertença dos indivíduos por estas medidas afetados.

Em 2015, apenas 39% dos cidadãos inquiridos afirmaram que sentem que a sua voz conta na UE, contrariando a tendência ligeiramente crescente que se verificara nos anos anteriores e decrescendo ainda mais no ano seguinte para 37%. Esta tendência não foi, contudo, replicada a nível nacional na média da UE, uma vez que a percentagem de cidadãos que consideram que a sua voz conta no seu país subiu de 58% (2014) para 63% (2015) voltando, no entanto, a decrescer significativamente em 2016 para 53%. Pode assim concluir-se que, em traços gerais, os europeus sentiam que a sua voz contava cada vez menos, tanto a nível nacional como a nível europeu; mas que, ainda assim, continuavam a considerar que a sua voz exercia mais peso a nível nacional do que na UE.

Um fator conjuntural que valerá a pena ter em conta, por poder ter contribuído para o desenvolvimento desta percepção por parte dos cidadãos será a questão da Crise Migratória de 2015. O afluxo de pessoas oriundas do Médio Oriente e do Norte de África em direção

à Europa Ocidental em busca de refúgio/asilo¹⁴⁶, tornou-se numa crise por ter atingindo grandes proporções no ano de 2015 e ter exposto a União Europeia a grandes desafios sociais e de segurança, tendo seriamente afetado a vida social e política de vários Estados-membros da UE. Por ter degenerado numa crise humanitária e de segurança, esta situação acabou por trazer à tona muitas questões estruturais e de índole sensível na cena europeia, tais como a imigração ilegal e a divisão de responsabilidades na ajuda humanitária. A Grécia e a Itália, dois dos países que, pela sua posição geográfica, mais diretamente foram afetados por esta crise, registaram alguns dos valores mais baixos¹⁴⁷ nos inquéritos de 2015 e 2016 sobre o peso da sua voz na UE, o que poderá (além de outras motivações mais estruturais) surgir como expressão da sua sensação de descrença na capacidade da UE de prestar atenção a este tipo de problemas mais específicos à condição humana e de, por falta de uma ação concertada e atempada, sentirem que as suas vozes não estariam a ser suficientemente tidas em conta.

Entre 2016 e 2017 verificou-se um aumento significativo da percentagem de inquiridos que concordavam com a afirmação “a minha voz conta na UE”, tendo-se passado, na média da UE, de 37% para 47%. Esta foi a percentagem mais elevada registada neste indicador desde as eleições europeias de 2009 e no pós-crise económica, tendo sido inclusive mote para o título do relatório deste ano: “Uma voz mais forte”. Não obstante, os cidadãos continuam a percecionar que a sua voz conta mais no seu país do que na UE, com exceção da Roménia e da Lituânia. As razões para a subida no nível europeu podem, como em todos os anos, variar consoante o contexto específico de cada Estado-membro, podendo estar ligadas a desenvolvimentos políticos internos ou tomadas de posição a nível europeu que promovam a perceção dos cidadãos de que a sua voz é mais ouvida na UE.

Esta tendência de crescimento da percentagem de inquiridos que acreditam que a sua voz conta na UE manteve-se até junho de 2019, altura em que a média europeia alcançou o seu pico com 56%. Desde então e até à data dos últimos dados disponibilizados¹⁴⁸ que a tendência se tem invertido, verificando-se um decréscimo desta percentagem, que registou uma média de 49% em 2019 e de 45% em 2020. As respostas relativamente ao peso da sua voz no plano nacional, ainda que com percentagens mais elevadas, têm

¹⁴⁶ . Mais de 75% das pessoas que procuraram asilo/refúgio na Europa estavam a fugir do conflito e da perseguição na Síria, Afeganistão ou Iraque (Spindler, 2015).

¹⁴⁷ Grécia: 32% (2015); 13% (2016). Itália: 27% (2015); 20% (2016).

¹⁴⁸ Novembro/dezembro de 2020.

registado uma evolução muito semelhante tendo, na média da UE, também registado o seu pico em junho de 2019, com 65%. A par da tendência face à UE, também a perceção dos cidadãos de que a sua voz conta no seu próprio país tem vindo a diminuir desde então, tendo registado uma média de 59% em 2019 e de 58% em 2020.

Relativamente a este último período, que nos é mais próximo, é possível, desde logo, denotar um padrão de semelhança entre as tendências de resposta sobre a voz dos cidadãos na UE e as tendências de resposta sobre a sua voz no seu país. Esta observação a partir dos dados descritos permite concluir que haverá um impacto mútuo das perceções criadas sobre estas comunidades políticas, o que não é surpreendente, dado que as comunidades nacionais dos Estados-membros se inserem na comunidade europeia e que as suas realidades políticas estão necessariamente profundamente interligadas. Será, também, desde logo, natural que se justifique o pico de junho de 2019 com o já anteriormente definido “efeito das eleições europeias”, uma vez que estas ocorreram em maio deste mesmo ano, potenciando o envolvimento cívico nesta altura e, por conseguinte, aproximando a UE dos cidadãos e de, nomeadamente através do voto, transmitir a sensação de que a sua voz efetivamente conta.

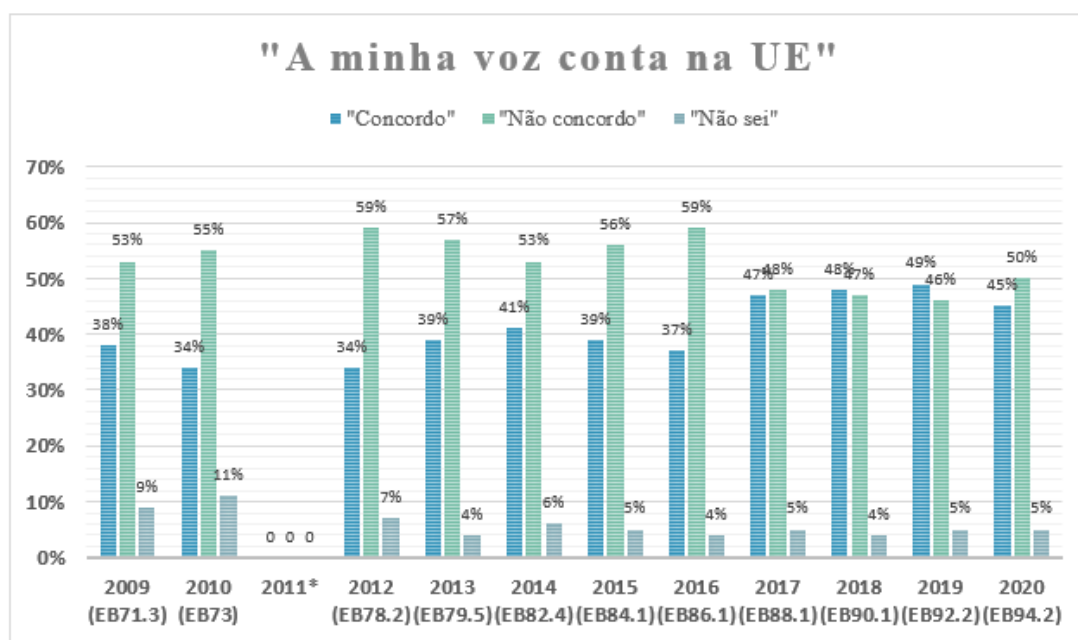
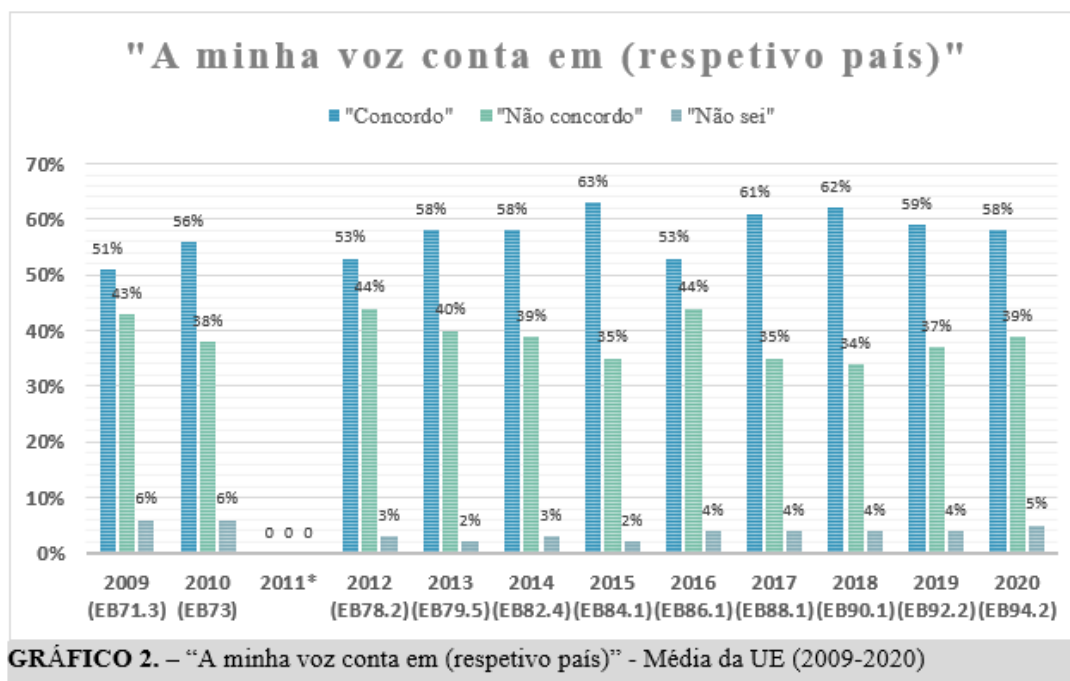


GRÁFICO 1. – “A minha voz conta na UE” - Média da UE (2009-2020)

Fonte: Relatórios do Parlómetro

*em 2011 não foram disponibilizados pelos relatórios do Parlómetro dados relativamente a esta pergunta.

**em 2012, 2017, 2018 e 2019 foram realizadas mais do que uma ronda de inquéritos em cada ano, pelo que, por motivos operacionais, e em prol do efeito comparativo, optei por analisar somente os dados referentes à última ronda realizada em cada um destes anos.



Fonte: Relatórios do Parlómetro

*em 2011 não foram disponibilizados pelos relatórios do Parlómetro dados relativamente a esta pergunta.

**em 2012, 2017, 2018 e 2019 foram realizadas mais do que uma ronda de inquéritos em cada ano, pelo que, por motivos operacionais, e em prol do efeito comparativo, optei por analisar somente os dados referentes à última ronda realizada em cada um destes anos.

Em termos gerais, a partir deste indicador, é-nos permitido extrair algumas conclusões. Primeiramente, o facto de que os cidadãos europeus sentem que a sua voz conta mais no nível nacional do que no nível europeu. É também observável que, na última década, a percentagem de pessoas que respondia com “não sei” relativamente à realidade do seu país foi, na média da UE, bastante diminuta (ver gráfico 2), andando sempre na ordem dos 3%/4%. Relativamente à sua voz na UE verificaram-se valores um pouco mais altos (ver gráfico 1), tendo em 2012 atingido os 7% e descendo nos anos subsequentes para valores na ordem dos 4%/5%. Apesar de estas serem percentagens relativamente baixas, correspondem numericamente a muitas pessoas, pessoas estas que, nomeadamente, poderão não conhecer ou não legitimar a União Europeia o suficiente para emitirem uma opinião relativamente ao peso da sua voz na mesma. Isto poder-se-á tornar preocupante quando associado ao facto de que a tendência para cada vez mais pessoas acharem que a sua voz conta no seio da UE ter vindo a diminuir nos últimos anos, o que poderá ser sintoma de insuficiência e/ou ineficácia das medidas adotadas para tentar aproximar os cidadãos às instituições europeias.

Valerá, portanto, a pena que se reflita brevemente sobre uma das várias iniciativas que foram sendo adotadas pela UE de forma a tentar impulsionar esta aproximação: a Iniciativa de Cidadania Europeia (ICE). Este mecanismo entrou em vigor a 1 de abril de

2012¹⁴⁹ e tem como objetivo permitir que os cidadãos da UE participem mais diretamente no desenvolvimento das políticas da UE¹⁵⁰. Qualquer cidadão poderá espontaneamente decidir apresentar uma iniciativa legislativa à Comissão Europeia, tendo para isso de formar um comité de cidadãos, registar a sua iniciativa e recolher um mínimo de um milhão de assinaturas de cidadãos da UE nacionais de pelo menos um quarto dos Estados-membros. A criação da ICE é teoricamente muitíssimo importante, na medida em que permite ao cidadão que não é funcionário da UE, participar no processo de formulação de políticas europeias, promovendo-se, assim, mecanismos de democracia direta que visam aproximar o cidadão das instituições, dando-lhe voz. Todavia, na prática, surgiram restrições legais, questões técnicas e obstáculos burocráticos¹⁵¹ no design na ICE que vieram complicar a sua aplicação havendo, na realidade, muito poucas iniciativas destas efetivamente bem-sucedidas¹⁵². Assim, aquele que poderia ter sido um mecanismo de incentivo à democracia participativa e à centralidade da voz do cidadão acaba por ser muito pouco conhecido pela população em geral, justificando o pouco impacto que este terá surtido na perceção dos cidadãos do peso da sua voz na União Europeia.

Em suma, a análise desta variável e do seu indicador permitem que se conclua que, apesar da tendência ter vindo a ser de ligeira melhoria nos últimos anos, há ainda uma grande porção de cidadãos europeus que não considera que a sua voz conte na UE. As tendências observadas ao longo do tempo a nível da voz na UE tendem a acompanhar as perceções dos cidadãos face à sua voz no seu país, ainda que os cidadãos geralmente considerem que a sua voz é mais ouvida no seu país do que na UE. Em termos espaciais é possível verificar que nos países nórdicos e da Europa central há uma mais alargada perceção de que a sua voz conta (tanto na UE, como no seu país) o que, por sua vez, contrasta com uma tendência inversa nos países da Europa do Sul e do Báltico. As eleições para o Parlamento Europeu surtem efeito nesta variável, ao promoverem o envolvimento cívico com os assuntos europeus e pressuporem o exercício do voto¹⁵³, o que, por conseguinte, favorece a perceção dos cidadãos de que a sua voz conta. Assim – e, nomeadamente tendo em conta o relativo fracasso da ICE – torna-se evidente que, apesar de ser cada vez mais

¹⁴⁹ Tendo sido introduzido pelo Tratado de Lisboa (2009) e promulgado pelo Regulamento (UE) nº.211/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de fevereiro de 2011, sobre a iniciativa de cidadania. Consultar <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2011:065:0001:0022:en:PDF>

¹⁵⁰ Mais informações disponíveis em https://europa.eu/citizens-initiative/home_pt

¹⁵¹ Cada Estado-Membro tem diferentes requisitos de dados e formulários de assinatura.

¹⁵² Consultar https://europa.eu/citizens-initiative/find-initiative_en?CATEGORY=any&SECTION=ALL

¹⁵³ Expressão participativa direta da vontade dos cidadãos.

alargadamente reconhecida a importância de dar voz aos cidadãos europeus, os esforços conduzidos pelas instituições europeias não se têm revelado suficientemente eficazes. Se considerarmos que o sentimento de pertença dos cidadãos se acentua também através da percepção de que têm uma palavra a dizer nos desenvolvimentos políticos e sociais da comunidade em que se inserem, o facto de uma grande porção destes cidadãos ao nível da UE considerar que a sua voz não conta, levará a que, necessariamente, se sintam menos envolvidos e que, por conseguinte, tenham mais dificuldades em desenvolver a sensação de encaixe associada ao sentimento de pertença.

2.6.2. Emoções associadas à União Europeia

Prosseguindo para a segunda variável, que diz respeito às emoções associadas à UE, recorrerei a um inquérito específico realizado no ano de 2019 pelo Eurobarómetro, intitulado “Emoções e envolvimento político em relação à UE”¹⁵⁴. Este inquérito “*flash*” foi encomendado pelo Parlamento Europeu antes das eleições de 2019 e tem como um dos seus principais objetivos fornecer informações sobre o modo como os cidadãos se sentem em relação à UE. Em coerência com a variável aqui em estudo, terei como

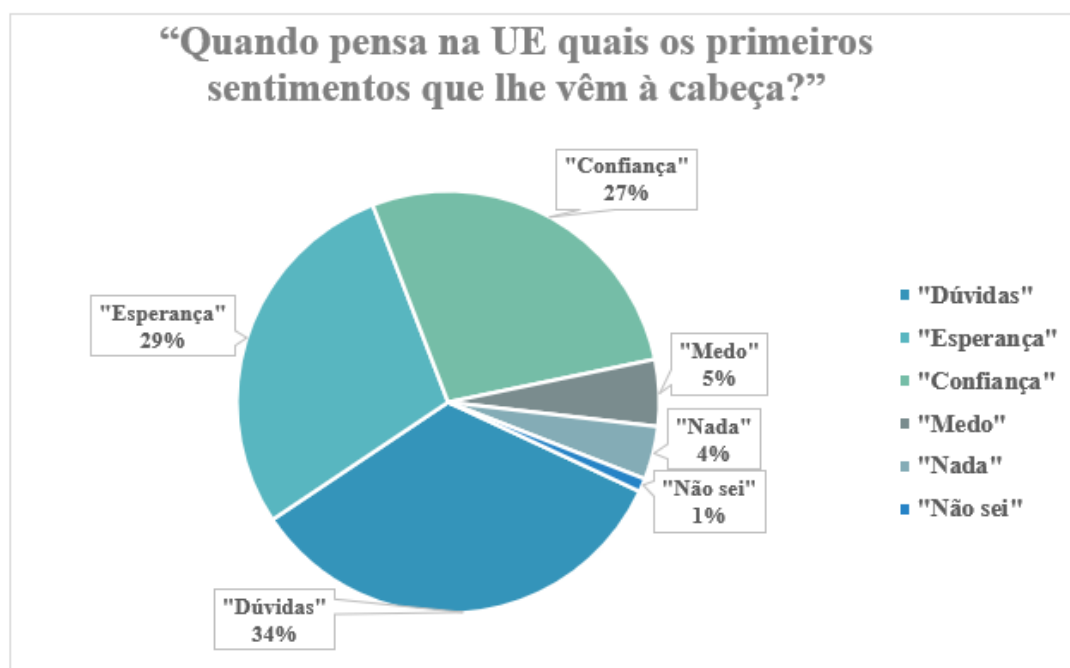


GRÁFICO 3. – “Quando pensa na UE quais os primeiros sentimentos que lhe vêm à cabeça?” – Média na UE (2019)

Fonte: Relatório do Eurobarómetro “Emoções e envolvimento político em relação à UE” (2019)

¹⁵⁴ Disponível em <https://www.europarl.europa.eu/at-your-service/files/be-heard/eurobarometer/2019/emotions-and-political-engagement-towards-the-eu/report/en-flash-2019.pdf>

principal indicador os resultados deste inquérito à questão “quando pensa na UE quais os primeiros sentimentos que lhe vêm à cabeça?”¹⁵⁵.

“Quando pensa na UE quais os primeiros sentimentos que lhe vêm à cabeça?” (%)

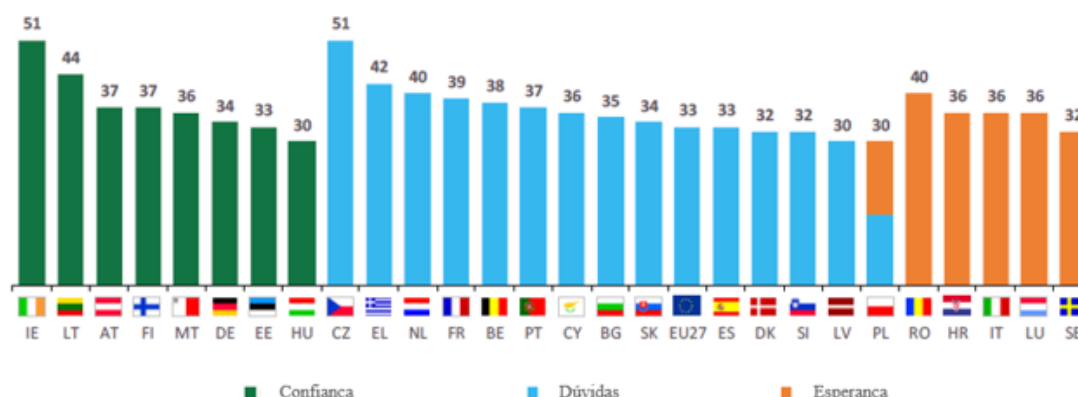


GRÁFICO 4. – “Quando pensa na UE quais os primeiros sentimentos que lhe vêm à cabeça?” (%) – Respostas mais dadas em cada Estado-membro (2019)

Fonte: Relatório do Eurobarómetro “Emoções e envolvimento político em relação à UE” (2019)

Foram inquiridos mais de 25 mil europeus¹⁵⁶ e as hipóteses de resposta a esta questão variavam entre “esperança”; “confiança”; “dúvidas”; “medo”; “nada” e “não sei”. Como é observável no gráfico 3, a grande maioria das respostas dividiu-se entre “esperança”, “confiança” e “dúvidas”, tendo esta última sido a resposta mais dada pelos inquiridos, com 34% na média da UE. Todavia, esta divisão não se revelou, naturalmente, exatamente assim em todos os Estados-membros (ver gráfico 4), registando-se grande variações entre eles. Apesar de “dúvidas” ter sido a resposta mais frequentemente dada em 14 dos países (dos quais se destaca a República Checa com 51%), outros 8 Estados-membros registaram “confiança” como a resposta mais comum (destaque para a Irlanda com 51%) e os restantes 6 apontaram “esperança” como o primeiro sentimento que lhes vêm cabeça quando pensam na UE (destaque para a Roménia com 40%).

Ao contrário da tendência observada no indicador correspondente à variável anterior (voz na UE), não se poderá aqui apontar um mesmo padrão de divisão espacial, uma vez que os países nórdicos e da Europa central não verificaram todos a mesma tendência de resposta, dividindo-se entre “confiança”, “dúvidas” e “esperança”. A título de exemplo,

¹⁵⁵ Tradução livre da pergunta original “When you think of the EU, what feeling first comes to mind?”

¹⁵⁶ 25 258 pessoas, exatamente.

a Finlândia, a Dinamarca e a Suécia, países nórdicos, todos registaram uma diferente resposta como a mais frequente¹⁵⁷. Por sua vez, esta tendência de dispersão não foi diretamente observável entre os países da Europa do Sul, concentrando-se quase todos¹⁵⁸ em torno da resposta “dúvidas” como a mais frequente, à exceção da Itália¹⁵⁹ e de Malta¹⁶⁰. Os países do Báltico dividiram-se entre “confiança” (Estónia e Lituânia) e “dúvidas” (Letónia), não se podendo, portanto, estabelecer uma ligação entre estes dois grupos de países, tal como se tinha feito no indicador da variável anterior.

Considero que estes dados não surgem como surpreendentes, uma vez que a própria natureza inédita e complexa da UE propicia, desde sempre, algum grau de incompreensão e até de desconfiança por parte do cidadão comum, inspirando dúvidas e ansiedade. Ainda assim e apesar de um terço dos inquiridos considerar “dúvidas” como o primeiro sentimento que lhes vem à cabeça quando pensam na UE, mais de metade¹⁶¹ dos inquiridos nutrem sentimentos que se podem considerar como “positivos” relativamente à UE, isto é, esperança e confiança. Somente 5% dos inquiridos, na média da UE, afirmaram sentir medo quando pensam na UE, tendo os países com maiores percentagens sido o Chipre (11%), a Grécia (9%) e a Irlanda (8%). As percentagens de inquiridos que responderam que não sentiam nada ou que não sabiam qual o primeiro sentimento que lhe vinha à cabeça foram relativamente baixas, 4% e 3%, respetivamente.

Teria sido interessante poder observar as variações ao longo do tempo das respostas dadas neste indicador, nomeadamente de modo a se poder tentar, a partir daí, extrapolar previsões de futuro. Isto porque o tempo e, em particular, o *timing* deste estudo não desempenharão um papel irrelevante nesta análise, uma vez que o facto de este inquérito ter sido encomendado pelo Parlamento Europeu, poucos meses antes das eleições europeias, terá uma agenda política em consideração, nomeadamente por se saber (tal como a reflexão sobre a variável anterior demonstrou) que na época em torno das eleições os cidadãos tendem a sentir-se mais envolvidos com os assuntos europeus. Ao se sentirem mais envolvidos e vendo em aproximação a possibilidade de exercer o direito de voto, é natural que uma parte dos cidadãos se sintam mais esperançosos na mudança positiva que daí poderá advir. Também natural será que uma outra parte dos cidadãos reconheçam a

¹⁵⁷ “Confiança” (37%), “dúvidas” (32%) e “esperança” (32%), respetivamente.

¹⁵⁸ Grécia (42%), França (39%), Portugal (37%), Chipre (36%) e Espanha (33%).

¹⁵⁹ Em Itália a resposta mais frequente foi “esperança”.

¹⁶⁰ No Chipre a resposta mais frequente foi “confiança”.

¹⁶¹ 55%: resultantes da soma entre 28% (esperança) e 27% (confiança).

incerteza inerente ao processo eleitoral e à dinâmica de permanente transformação da UE e que tal lhes gere dúvidas sobre como se sentem em relação a esta evolução.

Em termos espaciais, no entanto, é-nos permitido observar as variações entre os vários Estados-membros e, de acordo com o previamente descrito, não existe uma padronização dos grupos de países de acordo com a sua posição geográfica. Note-se, por exemplo, que os três países que mais frequentemente apontaram “dúvidas” como o primeiro sentimento que lhes vem à cabeça quando pensam na UE foram a República Checa (51%), a Grécia (42%) e os Países Baixos (40%) e todos estes têm realidades socioeconómicas assaz diferentes, revelando a sua história interações muito diferentes com a UE. Por sua vez, os países que apontaram como primeiro sentimento a “esperança” foram a Roménia (40%), o Luxemburgo (36%), a Itália (30%) e a Croácia (30%), também países com características muito diferentes, nomeadamente a nível económico. Esta tendência mantém-se nos respondentes de “confiança”, com a Irlanda (51%), a Lituânia (44%), a Áustria (37%) e a Finlândia (37%) a ocuparem os primeiros lugares. Estes resultados surgem para mim como bastante surpreendentes, na medida em que seria de esperar que países como a Itália e a Irlanda, que estiveram sujeitos a severas políticas de austeridade, tivessem tendência para sentir ainda emoções mais negativas ou, pelo menos, dúvidas relativamente à UE.

Assim, a partir desta breve reflexão, é-nos permitido concluir que um dos principais valores do projeto europeu, a esperança, continua ainda fortemente presente nas perceções dos cidadãos. Não obstante, a par desta esperança, são também ainda muitas as dúvidas que substituem na mente dos europeus, o que poderá gerar ansiedade e dificultará a aquisição de uma confiança generalizada no projeto como um todo e que poderá, no limite, comprometer a evolução da integração europeia. Deste modo, apesar de o medo não ser uma resposta comum entre os cidadãos, o facto de uma grande porção destes não confiar imediatamente na UE poderá, a nível individual, diminuir a perceção de encaixe na comunidade de cada um, minando a construção de um sentimento de pertença.

Outras opções de resposta poderiam ter sido incluídas neste inquérito, nomeadamente o entusiasmo e a raiva, que conotam sentimentos e emoções substancialmente distintos dos apontados e que poderiam ajudar a compreender certas dinâmicas emergentes na comunidade, tal como a proliferação de partidos eurocéticos. Os sentimentos de medo e ansiedade (que poderá estar ligada às “dúvidas”) tendem a ser associados a estratégias de

evasão, ao passo que a raiva tende a impulsionar atitudes reativas. Por sua vez, o entusiasmo, tende a ser ligado ao interesse político e à mobilização (Vasilopoulou & Wagner, 2017, p.401), o que é fundamentalmente diferente de um sentimento de “confiança”, que se pode traduzir numa atitude passiva. Assim, as emoções funcionam como uma espécie de antecâmara das atitudes e comportamentos adotados pelos indivíduos, logo as conclusões observáveis no âmbito desta variável estarão intimamente ligadas com as da próxima variável aqui em estudo, correspondente às atitudes.

2.6.3. Atitudes dos cidadãos perante a União Europeia

As atitudes dos cidadãos perante a UE são um tópico cada vez mais analisado no Estudos Europeus, pois é realmente essencial que, em associação ao estudo das emoções, se compreenda como é que estas se traduzem nos comportamentos dos cidadãos europeus, nomeadamente enquanto expressão do seu sentimento de pertença (ou da sua ausência). Assim, a opinião pública sobre a UE tem estado no centro dos debates sobre o presente e o futuro da integração europeia, sendo importantíssimo o seu estudo na compreensão de matérias como, por exemplo, o comportamento eleitoral dos cidadãos europeus (Boomgaarden et al., 2011, p.242). Estas atitudes serão, naturalmente, muitíssimo vastas e transcenderão aquelas que será aqui viável analisar, ainda assim, em coerência com as variáveis e indicadores anteriores, terei em consideração dados disponibilizados pelo Parlómetro.

Para o estudo desta variável recorrei a dois indicadores associados às respostas dos europeus às seguintes questões do Parlómetro: “tendo tudo em consideração, diria que o seu país beneficiou ou não de ser membro da UE?”¹⁶² e “de uma forma geral, considera que o facto de o seu país fazer parte da UE é...”¹⁶³. Em associação com os dados disponibilizados pelo Eurobarómetro, terei ainda em consideração como descritores uma das principais conclusões do *Perceive Project* sobre o perfil dos indivíduos que têm uma

¹⁶² Tradução livre da pergunta original “*Taking everything into account, would you say that (OUR COUNTRY) has on balance benefited or not from being a member of the EU?*” com as seguintes hipóteses de resposta: “*benefited*”; “*not benefited*”; “*don’t know*” que aqui traduzo como “beneficiou”; “não beneficiou” ou “não sei”.

¹⁶³ Tradução livre da pergunta original “*Generally speaking, do you think that (OUR COUNTRY)’s membership of the EU is...*?” com as seguintes hipóteses de resposta: “*a good thing*”; “*a bad thing*”; “*neither a good thing nor a bad thing*”; “*don’t know*” que aqui traduzo como “uma coisa boa”; “uma coisa má”; “nem uma coisa boa, nem uma coisa má” e “não sei”.

percepção mais negativa da UE, bem como um dos relatórios¹⁶⁴ disponibilizados pelo PP que aborda os determinantes da percepção e identificação dos cidadãos da UE dos quais, nomeadamente, as atitudes.

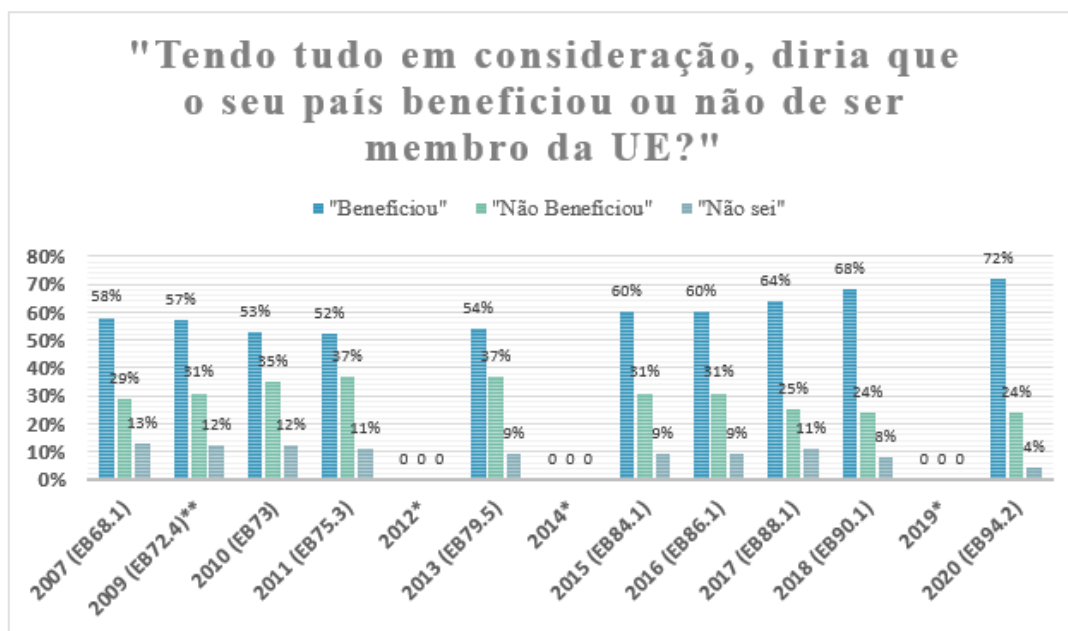


GRÁFICO 5. – "Tendo tudo em consideração, diria que o seu país beneficiou ou não de ser membro da UE?" - Média da UE (2007-2020)

Fonte: Relatórios do Parlómetro

*em 2012, 2014 e 2019 não foram disponibilizados pelos relatórios do Parlómetro dados relativamente a esta pergunta.

**em 2009 e 2018 foram realizadas mais do que uma ronda de inquéritos em cada ano, pelo que, por motivos operacionais, e em prol do efeito comparativo, optei por analisar somente os dados referentes à última ronda realizada em cada um destes anos.

Começando pelos indicadores do Parlómetro, será importante, desde já, ressaltar que, apesar de as duas questões estarem intimamente relacionadas, os relatórios disponibilizados pelo Parlamento Europeu não contêm dados para as duas perguntas de forma equivalente, pelo que a sua análise estará por isso constrangida. Quando inquiridos sobre se acreditavam que o seu país tinha sido beneficiado, ou não, por ser membro da UE, os cidadãos foram apresentando alguns padrões notáveis de evolução ao longo do tempo. Atentando no gráfico 5 é possível ver que, nos primeiros anos em análise, a percentagem de inquiridos que responderam “beneficiou” foi diminuindo paulatinamente, passando de 58%, em 2007 para 52%, em 2011. Desde então, tem-se verificado uma clara tendência para o aumento da percentagem de cidadãos que consideram que o seu país beneficiou de ser um membro da UE, acompanhada por um decréscimo da percentagem daqueles que afirmam o contrário. Assim, em 2011 registou-se o número mínimo (52%) de inquiridos que consideravam que o seu país tinha beneficiado de ser membro da UE,

¹⁶⁴ Intitulado “*Mapping the determinants of EU citizen’s perception and identification*”.

bem como o número máximo daqueles que consideravam que não tinha beneficiado (37%). Em 2020, 72% dos inquiridos afirmaram perceberem a pertença do seu país à UE como algo benéfico, tendo sido este o valor mais elevado registado no período em análise, tendo-se neste ano registado também a menor percentagem de cidadãos a responder “não beneficiou” (24%), que já se havia verificado em 2018.

Em termos de variação no espaço, os padrões de distribuição foram-se mantendo sensivelmente os mesmos ao longo do tempo, conquanto com algumas alterações dignas de nota. Em 2015, os três países com os valores mais altos de respostas “beneficiou” foram a Lituânia, o Luxemburgo, Malta, Irlanda e Polónia, todos com mais de 80%¹⁶⁵. Passados 5 anos, em 2020, em todos os Estados-membros, sem exceção, pelo menos metade dos inquiridos considera que o seu país beneficiou de ser membro da UE; tendo a Irlanda, Portugal e Lituânia sido, neste ano, os países onde se registaram as percentagens mais elevadas, todas iguais ou superiores a 90%¹⁶⁶. Destacaria, de entre estes países o significativo aumento percentual em Portugal que, entre 2015 e 2020, passou de 65% para 90%.

Por sua vez, os países que registaram percentagens mais baixas de respostas “beneficiou” foram, por motivos evidentes, aqueles que também registaram uma maior percentagem de inquiridos a considerar que o seu país não beneficiou de ser membro da UE. Em 2015, no Chipre, em Itália, na Áustria e na Bulgária, foram menos de metade¹⁶⁷ os inquiridos que consideraram que ser membro da UE foi benéfico para o seu país, sendo que no Chipre 62% dos inquiridos consideraram mesmo que tal não foi benéfico. Esta percentagem decresceu bastante no Chipre até 2020, passando de 62% para 28%, aumentando também a percentagem de inquiridos que respondeu com “beneficiou” para 69%. Os restantes países que apresentavam uma maior percentagem de “não beneficiou” em 2015, mantiveram-se exatamente os mesmos em 2020, ainda que acompanhando a tendência geral de favorabilidade face à UE e tendo, em todos estes países, o número de pessoas que consideraram benéfico o seu país ser membro da UE, suplantado o número daqueles que consideravam tal não o ser¹⁶⁸.

¹⁶⁵ 85%, 85%, 84%, 82%, e 82%, respetivamente.

¹⁶⁶ 95%, 90% e 90%, respetivamente.

¹⁶⁷ 47%, 47%, 44% e 34%, respetivamente.

¹⁶⁸ Percentagem de respostas “beneficiou” em 2020: Bulgária – 64%; Áustria – 55%; Itália – 52%. Percentagem de respostas “não beneficiou” em 2020: Bulgária – 25%; Áustria – 39%; Itália – 42%.

Em suma, pode observar-se que há uma tendência crescente para que os cidadãos vejam o facto de o seu país pertencer à UE como algo benéfico, apresentando uma atitude mais favorável. A par desta tendência foi também, naturalmente, diminuindo o número de inquiridos que consideram que o seu país pertencer à UE não tem sido benéfico, tendo esta atitude mais desfavorável, na média da UE, atingido o seu pico em 2011/2013 com 37% e vindo, desde então, a decrescer consideravelmente, correspondendo os últimos dados disponíveis (2020) a 24%. O número de pessoas que responderam com “não sei” oscilou entre os 13% em 2007 e os 4% em 2020 sendo, respetivamente, a mais alta e a mais baixa percentagem registadas, podendo indicar que quanto mais favoráveis tenderem a ser as respostas a esta questão, menor será a tendência para o desconhecimento ou renitência em responder a este tipo de questões relacionadas com a UE. Para melhor se poder compreender esta e outras possíveis conclusões atinentes a este indicador passarei, imediatamente a seguir, a descrever os resultados do segundo indicador do Eurobarómetro, que aborda o mesmo tópico, porém colocando a questão de forma um pouco mais aberta. Relacionarei, desde logo, os dois indicadores e procurarei, apontar as principais conclusões daí extraíveis, nomeadamente sobre aquelas que poderão ser as suas principais causas e implicações.

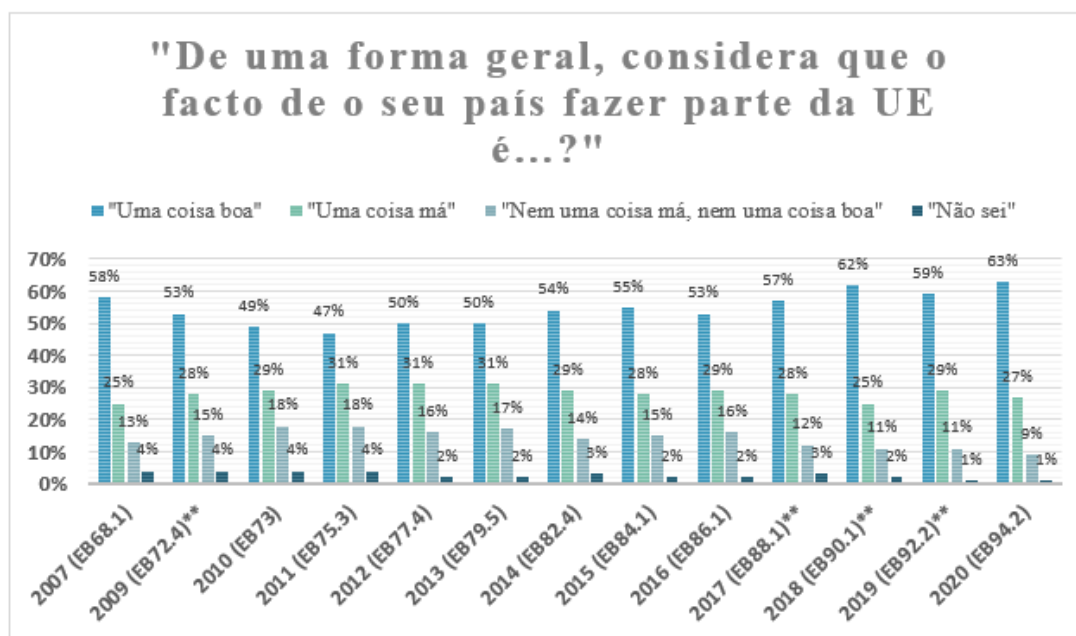


GRÁFICO 6. – "De uma forma geral, considera que o facto de o seu país fazer parte da UE é...?" - Média da UE (2007-2020)

Fonte: Relatórios do Parlómetro

**em 2009, 2017, 2018 e 2019 foram realizadas mais do que uma ronda de inquéritos em cada ano, pelo que, por motivos operacionais, e em prol do efeito comparativo, optei por analisar somente os dados referentes à última ronda realizada em cada um destes anos.

O segundo indicador é referente às respostas fornecidas pelos europeus relativamente à questão “de uma forma geral, considera que o facto de o seu país fazer parte da UE é...?”, podendo estas variar entre “uma coisa boa”, “uma coisa má”, “nem uma coisa boa, nem uma coisa má” e “não sei”. Se considerarmos “uma coisa boa” como uma resposta favorável e a associarmos às respostas do indicador anterior que encaravam o facto de o seu país ser membro da UE como “benéfico”, as tendências de resposta acompanham sensivelmente o mesmo padrão de evolução, tal como é observável no gráfico 6. A mesma lógica se verificará se associarmos a resposta “não benéfico” do indicador anterior e “uma coisa má” neste segundo indicador como atitudes desfavoráveis.

Deste modo, aquilo que optarei por destacar nesta descrição serão as percentagens de inquiridos que consideraram que o facto de o seu país pertencer à UE é “nem uma coisa boa, nem uma coisa má”, pois esta hipótese possibilita uma maior abertura na resposta do que aquela que era permitida no indicador anterior, ajudando a separar aqueles que, no balanço, não consideram que pertencer à UE seja algo totalmente bom, nem totalmente mau e que, caso não houvesse esta hipótese teriam potencialmente sido absorvidos por uma destas duas opções. No gráfico 6 pode-se observar que, nesta hipótese de resposta, não houve uma tendência tão simples de evolução ao longo dos anos, tendo os valores oscilado entre um máximo de 17% em 2013 e um mínimo de 9% em 2020. Outro ponto interessante será a observação das percentagens de inquiridos que responderam com “não sei” tendo, neste indicador, sido consideravelmente mais baixas logo desde 2007 (4%), ao contrário daquilo que se observou no indicador anterior tendo, no entanto, vindo também a baixar desde então para um mínimo de 1% em 2019 e 2020.

Em termos de distribuição espacial, verificou-se que, em 2015, muitos dos países que registaram um maior número de respostas “não beneficiou” no indicador anterior, foram também aqueles onde mais frequentemente se registou uma percentagem elevada de inquiridos a considerarem o seu país ser membro da UE como “uma coisa má”, destacando-se novamente o Chipre, com 30% e a Áustria, com 29%¹⁶⁹. Passados cinco anos, em 2020, o Chipre verificou a mesma tendência do indicador anterior, registando uma crescente favorabilidade, passando de 30% para 10% dos inquiridos a apontar o seu país fazer parte da UE como algo mau. Entre 2015 e 2020, na média dos países da UE,

¹⁶⁹ O facto de aqui as percentagens serem mais baixas do que no indicador anterior, prender-se-á com a já afluída “recanalização” dos inquiridos mais indecisos para a hipótese de resposta mais moderada “nem uma coisa boa, nem uma coisa má”, permitindo um maior rigor de análise.

constatou-se a mesma tendência do indicador anterior em termos de respostas que pressupõem uma atitude mais favorável à integração europeia, passando-se de 55% para 63% dos inquiridos a considerarem “uma coisa boa” o seu país ser membro da UE; destacando-se, uma vez mais, a Irlanda¹⁷⁰. Respetivamente à percentagem de inquiridos que respondeu com “nem uma coisa boa, nem uma coisa má”, salientaria o facto de, em 2020, (à exceção da Irlanda) todos os Estados-membros terem tido pelo menos 10% dos seus cidadãos inquiridos a utilizarem esta hipótese de resposta e destacaria, ainda, a Eslováquia, a Itália e a Áustria que, de acordo com os dados mais recentes, registaram valores superiores a 40% evidenciando-se, assim, a importância que o fornecimento desta possibilidade de resposta menos exclusiva tem na expressão dos inquiridos.

Fazendo o balanço destes dois indicadores é possível afirmar que, no decurso dos anos em análise, a principal tendência foi para os cidadãos adotarem uma atitude progressivamente favorável face ao facto de o seu país ser membro da UE. A análise do segundo indicador permitiu reforçar a potencial validade da hipótese que já havia lançado anteriormente relativamente ao facto de quanto mais favoráveis tenderem a ser as respostas fornecidas pelos cidadãos, menor será a tendência para responderem com “não sei” às questões aqui colocadas, o que poderá revelar que um maior envolvimento com os assuntos europeus (e, por conseguinte, um menor desconhecimento) tenderá a conduzir a uma maior favorabilidade face aos mesmos. Incontornável será também referir a importância que o leque de respostas possíveis nestes inquéritos tem na expressão dos cidadãos, uma vez que, no segundo indicador, a hipótese mais moderada “nem uma coisa boa, nem uma coisa má” foi repetidamente selecionada, permitindo uma compreensão mais alargada das atitudes dos inquiridos face à UE. Tal poderá, portanto, indicar que na mente dos europeus – apesar de tenderem a apresentar atitudes cada vez mais favoráveis – subsistem ainda bastantes indecisões relativamente aos seus sentimentos perante a UE, que, por sua vez, se traduzem numa atitude mais ambivalente.

De forma a que melhor se possa compreender estas observações, releva agora refletir um pouco sobre a ligação entre as perceções dos cidadãos sobre a UE (que regulam as suas atitudes) e o seu perfil, através da análise de descritores fornecidos essencialmente pelo *Perceive Project*. Uma das principais conclusões do *PP* é a de que “a perceção da UE é mais baixa entre os cidadãos mais velhos, menos escolarizados e rurais.”¹⁷¹. Para

¹⁷⁰ Com 72% (2015) e 87% (2020).

¹⁷¹ Disponível em <https://www.perceiveproject.eu/project-findings/>.

efeitos da presente reflexão será útil que se estabeleça uma equivalência entre aquilo que é pelo *PP* definido como “uma perceção mais baixa” e aquilo que defini anteriormente como “uma atitude mais desfavorável”. Esta conclusão implica uma reflexão sobre a educação, o rendimento e o contexto habitacional dos inquiridos. O perfil traçado pelo *PP* revela que aqueles que tendem a melhor perceber os benefícios da UE (logo, a perceberem a pertença à UE como algo mais favorável) são maioritariamente os jovens, com educação superior e que residem em grandes cidades.

Julgo ser seguro afirmar que estes dados não surgem como surpreendentes, uma vez que, por exemplo, em termos etários, é natural que as gerações mais recentes que em grande parte da sua vida (se não toda) viveram enquanto cidadãos da União Europeia se sintam mais envolvidos num projeto que se encontra cada vez mais integrado e que aposta na formação e interação entre jovens dos vários Estados-membros, através da promoção de programas como o Erasmus+. Este programa, que contempla também a questão da educação superior, influenciou profundamente a geração que dele beneficiou, tendo contribuído para a facilitação da mobilidade internacional, promovido a tolerância e a interculturalidade e, por conseguinte, constituindo um benefício para os cidadãos europeus, contribuindo para uma atitude mais favorável, proporcionando uma maior sensação de “encaixe” na comunidade e, no limite, promovendo um maior sentimento de pertença. O contexto habitacional estará intimamente relacionado com a questões etária e educacional, uma vez que, geralmente, as principais instituições de ensino superior e as grandes empresas se localizam nas grandes cidades, atraindo mais jovens estudantes e, posteriormente, absorvendo as principais oportunidades de emprego.

Deste modo, à partida, o público mais jovem, que reside nas grandes cidades e que avança mais nos seus estudos estará mais informado e terá mais oportunidades à sua disposição para experienciar os benefícios mais diretos da UE (tais como os estudos Erasmus+ e a atribuição de bolsas de investigação europeias) do que, a título de exemplo, um cidadão analfabeto, residente num meio rural e que, pela sua idade, viveu grande parte da sua vida sem ter de lidar com a UE. Esta ideia é, aliás, em parte, suportada pela literatura, que nos demonstra que os cidadãos que estão mais bem informados sobre a UE tendem a ter atitudes mais positivas em relação à UE (Clark & Hellwig, 2012, p.539).

Assim, esta conclusão, a partir deste descritor, parece-me muitíssimo relevante, pois poderá ajudar a compreender os fundamentos de algumas atitudes mais desfavoráveis

(relacionadas com o euroceticismo) e as tendências de evolução dos indicadores anteriores. A crescente favorabilidade dos cidadãos face à UE poderá ser justificável com a tendências sociodemográficas mais recentes que implicam que um maior número dos inquiridos tenha crescido num contexto pós-Maastricht a nível da integração europeia e que, pelos desenvolvimentos políticos e sociais mais recentes, tenham sofrido os efeitos do êxodo rural e tenham tido a possibilidade de adquirir um maior grau de escolaridade. Por sua vez, a persistência de algumas atitudes mais desfavoráveis ou indiferentes à UE poderá ser explicável pelo facto de grande parte da população adulta pertencer a gerações que vivem em meios rurais, estudaram menos, não tiveram oportunidade de participar no programa Erasmus+ e que, no caso de alguns países, viram na UE a “cara” da austeridade durante a crise de 2008. Será, portanto, previsível que, caso as tendências de evolução observadas se mantenham e a UE tenha capacidade de se ir renovando e adaptando aos tempos futuros, as atitudes face à UE tendam a ser cada vez mais favoráveis.

Tendo tudo isto em consideração, tornar-se-á, nesta fase, evidente a importância do estudo das emoções e das atitudes no entendimento da evolução do sentimento de pertença dos cidadãos europeus, podendo tal ser crucial na elaboração de políticas públicas europeias que possam promover a sua favorabilidade e, à vista disso, impulsionar o crescimento e o sucesso do processo de integração europeia. Assim, destacaria que, no relatório redigido para o *Perceive Project* no âmbito do mapeamento dos determinantes da perceção e identificação dos cidadãos da UE, López-Bazo e Royuela (2017), apontaram precisamente as atitudes como um destes determinantes. Existirão, naturalmente, outros determinantes ao nível sistémico, porém, além da consciência política e das experiências pessoais transnacionais, valerá a pena destacar as atitudes em relação aos órgãos nacionais e europeus como determinante a nível individual (Bergbauer, 2018, p.7). Esta ideia suportará, então, o facto de na primeira variável deste eixo problemático eu ter comparado a perceção dos cidadãos de que “a minha voz conta” ao nível nacional e ao nível europeu, e ter constatado que existe um paralelismo nas suas tendências de evolução, indiciando uma correlação entre ambas. Ademais, a força do sentimento de pertença¹⁷² ao nível nacional afetará a construção do sentimento de pertença europeu e, por conseguinte, da construção da própria identidade europeia (López-Bazo e Royuela, 2017, p.11). Desta forma, torna-se perceptível que todas estas variáveis estão intimamente ligadas e que

¹⁷² Os autores recorrem ao termo “identificação”, todavia atribuem-lhe o mesmo sentido que aqui dou ao “sentimento de pertença” daí, em prol da coerência ter optado por proceder a esta adaptação.

ajudam a servir o propósito de “juntar as peças” no estudo do sentimento de pertença da União Europeia que, por sua vez, fornece as bases para o estudo da identidade europeia.

2.6.4. Sentimento de união dos cidadãos europeus

Ainda no âmbito do primeiro eixo problemático (sentimento de pertença), introduzirei agora como variável o “sentimento de união dos cidadãos europeus”. Optei por abordar esta variável em último lugar, pois considero que as restantes acabam por providenciar elementos-chave que permitem, nesta fase, melhor compreender aquilo que poderá significar um “sentimento de união” e como é que este se poderá investigar. Para este efeito, recorrerei, enquanto indicador, aos dados do Eurobarómetro respetivamente à questão “Pode dizer-me se concorda ou discorda com a seguinte afirmação: o que une os cidadãos dos vários Estados-Membros da UE é mais importante do que aquilo que os separa.”. Infelizmente, ao contrário dos anteriores indicadores apresentados, para este indicador os relatórios do Parlómetro só disponibilizam dados referentes aos anos de 2013, 2015 e 2016. Ainda assim, embora não seja possível obter uma comparação temporal tão alargada, fará sentido que se reflita no conjunto dos dados disponíveis, atribuindo especial enfoque à distribuição das tendências de resposta no espaço europeu.

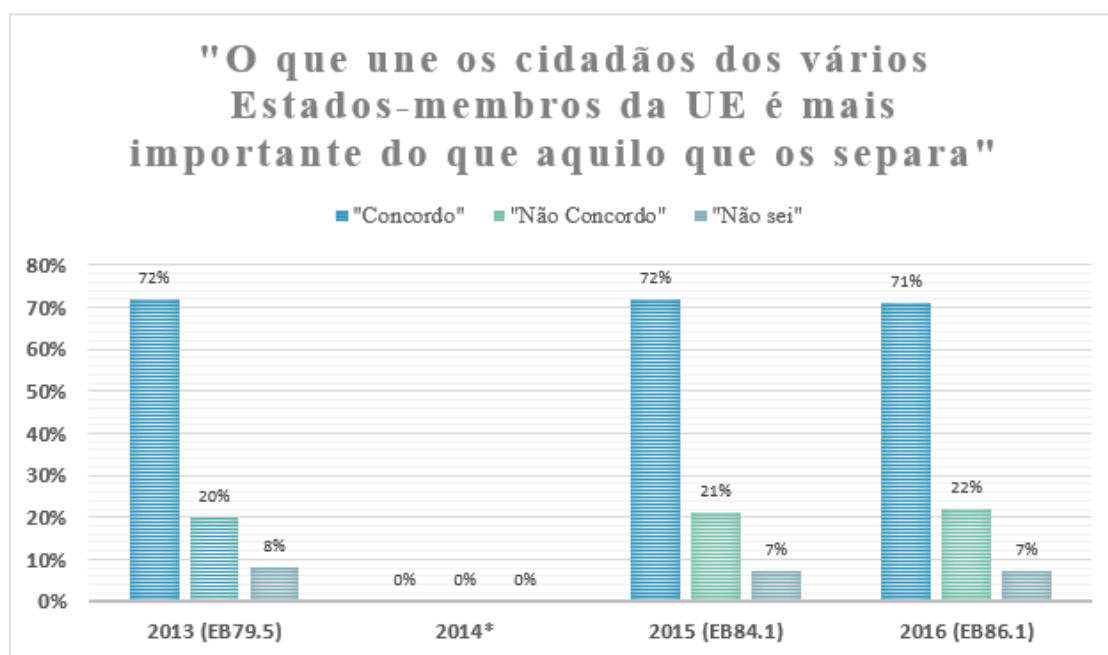


GRÁFICO 7. – "O que une os cidadãos dos vários Estados-membros da UE é mais importante do que aquilo que os separa" - Média da UE (2013-2016)

Fonte: Relatórios do Parlómetro

*até 2012, em 2014 e a partir de 2017 não foram disponibilizados pelos relatórios do Parlómetro dados relativamente a esta pergunta

Através da observação do gráfico 7 é possível afirmar que, nos anos sob análise, uma esmagadora maioria dos cidadãos concordam com a afirmação sobre a qual são questionados, ultrapassando sempre os 70% na média da UE. Não obstante, dentro destes valores verificou-se uma ligeiríssima descida entre 2013 e 2016, tendo paralelamente aumentado (também muito ligeiramente) a percentagem de inquiridos que afirmaram não concordar com a frase descrita, rondando sempre os 20%. Entre Estados-membros, em 2016¹⁷³ é possível constatar que os países onde mais se sente que o que une os europeus é mais importante do que aquilo que os separa foram a Finlândia, a Malta, os Países Baixos e a Suécia¹⁷⁴. Por sua vez, Estados-membros que menos concordaram foram os países da Europa do Sul, a Estónia e a Roménia¹⁷⁵, sendo que em Espanha apenas pouco mais de metade¹⁷⁶ dos inquiridos concordou com a afirmação que lhes foi apresentada. Neste mesmo ano, os países onde mais cidadãos afirmaram não saber se o que une é mais importante do aquilo que os separa foram a Bulgária (15%), a Estónia (12%), a Roménia (10%) e Portugal (10%)¹⁷⁷.

Esta distribuição espacial poderá ser sintomática do efeito que as desigualdades internas, nomeadamente a nível económico, surtem na perceção dos cidadãos sobre “união”. É, aliás, natural que, havendo uma grande integração económica, estes assuntos estejam sob uma análise mais próxima e que, em particular, os países que têm um nível de vida mais baixo ou que tiveram de enfrentar as consequências de medidas de austeridade financeira se sintam menos unidos aos restantes Estados-membros que, por uma razão ou outra, têm economias mais prósperas. Apesar de a tendência observada, a nível geral da UE, ser essencialmente favorável, importante será também aqui apontar, uma vez mais, a tendenciosidade da forma como a própria questão é colocada. Para além de muito fechada, esta só oferece como hipóteses de resposta itens mutuamente exclusivos, o que poderá polarizar, potencialmente de forma errónea, os dados obtidos. Teria, por isso, sido vantajoso que tivessem sido oferecidas as hipóteses de “concordo parcialmente” e “discordo parcialmente” que, não implicando um desconhecimento, como é o caso da resposta “não sei”, em conjunto com as restantes opções, permitiriam uma expressão ligeiramente mais precisa daquela que é a perceção dos cidadãos sobre a união entre eles.

¹⁷³ Último ano com dados disponíveis nos relatórios do Parlómetro relativamente a esta questão.

¹⁷⁴ De acordo com a percentagem de respostas “concordo”: 90%, 88%, 87% e 87%, respetivamente.

¹⁷⁵ Espanha (55%), Itália (60%); França (63%); Estónia (63%); Roménia (67%); Chipre (68%); Portugal (68%); Grécia (68%), Croácia (70%). Todos abaixo da média da UE (71%).

¹⁷⁶ 55%.

¹⁷⁷ Valores bastante acima da média da UE (7%). Consultar gráfico 7.

2.7. Sentimento de pertença: pontos-chave

Recapitulando, no âmbito do estudo do sentimento de pertença na UE, para além da reflexão sobre os símbolos da UE, apliquei aqui como variáveis a perceção dos cidadãos da sua voz na UE, as emoções associadas à UE, as atitudes dos cidadãos perante a UE e, ainda, o sentimento de união dos cidadãos europeus. Os indicadores e descritores aos quais recorri, em conjunto com a reflexão crítica e literária que sobre eles aqui foi realizada, apesar de estar cingida a um horizonte temporal relativamente exíguo, tornou possível o desenho de algumas primeiras conclusões. Em primeiro lugar, uma tendência transversal observável em todas as variáveis (ainda que com incidências distintas) foi a de uma crescente favorabilidade dos cidadãos face à UE. A partir deste ponto, se admitirmos que uma atitude favorável perante a UE promove o sentimento de pertença, será possível concluir que este se tem intensificado ao longo dos últimos anos e que, se tal se mantiver no futuro, se criará um contexto mais propício à construção de uma identidade europeia.

Para além desta primeira e principal conclusão, é possível estabelecer um encadeamento entre as diversas variáveis que, desde logo, procurei incorporar na ordem pela qual as abordei neste capítulo. Os símbolos da UE foram sendo introduzidos e oficializados à medida que a politização da UE se foi aprofundando, sendo parcialmente causa e consequência das emoções sentidas pelos cidadãos europeus. Porém, símbolos não valerão de nada se não forem acompanhados pela disponibilização de uma janela de participação ativa nos assuntos europeus, que dê voz ao cidadão comum e permita aproximar o indivíduo das instituições. Ainda que a UE tenha procurado alargar esta janela, primeiramente tornando o Parlamento Europeu num órgão diretamente eleito e, mais recentemente, fornecendo novos mecanismos de participação direta, como a Iniciativa de Cidadania Europeia, sabe-se que na prática corrente, apesar da mudança incontornável e estrutural instituída pelas eleições europeias, nem todas as restantes transformações surtiram exatamente o efeito desejado, acabando algumas por fracassar, como é o caso da ICE. Tudo isto poderá impulsionar ou comprometer a união percecionada pelos cidadãos que, apesar de ser institucional e simbolicamente incentivada (por exemplo, através da divisa europeia “unida na diversidade”), se encontra ainda longe daqueles que seriam os níveis desejáveis para que se possa caminhar em direção da construção de um sentimento de pertença robusto e alargado.

As emoções que regulam as atitudes dos cidadãos perante a UE são influenciadas por diversos fatores, que se estendem desde as circunstâncias sociopolíticas e a conjuntura económico-financeira num plano mais geral e ao nível nacional, passando por fenómenos externos como a Globalização e a proliferação dos *mass media* e incluindo, claro, o modo como é conduzida a própria integração europeia. Assim, as atitudes maioritariamente favoráveis que foram sendo registadas ao longo dos anos são atitudes resultantes desta teia de fatores estruturais e circunstanciais. O perfil descrito na última variável, que poderá ser equiparado ao perfil de cidadão que tende a ser mais favorável à UE, alargar-se-á no futuro, em teoria, a uma maior percentagem de cidadãos, uma vez que a renovação de gerações, o aumento da escolaridade e a evolução do ritmo de propagação de informação (Clark & Hellwig, 2012, p.552) criarão condições para que mais jovens, residentes em meios urbanos e com maiores níveis de educação possam mais facilmente compreender e reconhecer os benefícios da UE, percecionando-a de uma forma mais favorável. Poder-se-á, portanto, prever, nesta sequência, uma intensificação do sentimento de pertença dos europeus, contribuindo para um cenário mais profícuo à construção de uma identidade europeia.

O sentimento de pertença no contexto europeu tende a ser abordado pela academia de uma forma mais essencialista (Kohli, 2000, p.117) e é frequentemente sobreposto ao conceito de identidade, abrindo espaço para eventuais ambiguidades e simplificações excessivas. Todavia, tal como foi demonstrado ao longo deste capítulo, o sentimento de pertença poderá ser individualmente definido e compartimentado, no caso europeu, em diversas variáveis que facilitam o seu entendimento e a identificação das potenciais causas e efeitos que poderão impactar o desenvolvimento deste sentimento de encaixe no sistema da UE, sem que tal tenha de implicar uma negação do sentimento de pertença ao nível nacional. Assim, mais recentemente tem-se vindo a avançar a ideia de que os cidadãos poderão desenvolver um sentimento de pertença igualmente forte a mais do que uma comunidade, sem terem necessariamente de optar por somente uma delas enquanto a sua identificação primária (Risse, 2009, p.151). Para melhor compreendermos como é que isto se poderá processar a nível institucional e político irei, no próximo capítulo dedicar-me ao estudo da *demoicracia*, de modo a apurar como é que as singularidades da ordem política da UE poderão afetar a construção de uma identidade europeia.

CAPÍTULO III – DEMOICRACIA

3.1. Concepções da ordem política europeia: demoicracia como “terceira via”

O segundo grande eixo problemático que aqui me proponho a analisar é o da *demoicracia*. Conquanto, à primeira vista, este vocábulo possa até assemelhar-se a um pequeno erro ortográfico aquando da escrita do termo mais conhecido “democracia”, a verdade é que (ainda que da noção de democracia não se possa apartar) a *demoicracia* existe por si só, enquanto termo cunhado por Kalypso Nicolaïdis¹⁷⁸ no âmbito do seu estudo da realidade política da União Europeia¹⁷⁹. A autora critica aquela que apelida como a “tirania das dicotomias” (Nicolaïdis, 2013, p.350) existente nos debates sobre a integração europeia e, nesse seguimento, propõe a *demoicracia* como uma “terceira via” mais compreensiva e ajustada às peculiaridades do projeto europeu.

O termo “*demoicracia*” deriva de *demoi*¹⁸⁰, que significa povos, e *kratos*¹⁸¹, que significa poder ou governar-se a si próprio com força (Nicolaïdis, 2013a). A chave desta etimologia estará em “*demoi*” uma vez que este elemento admite a coexistência de mais do que um *demos* (povo) e cuja aplicabilidade ao modelo europeu de governação se poderá revelar realmente interessante, tal como demonstrarei em seguida. Será seguro afirmar que a UE tem crescido substancialmente nas últimas décadas e que, para fazer face à sua ampliação territorial e novas ambições, foi necessário proceder a ajustes políticos e institucionais. Ora, esta complexificação torna a gestão de vontades políticas e contextos socioeconómicos ainda mais desafiante, urgindo adaptações ao nível governamental daquilo que não será certamente um típico modelo de governação de um Estado-nação.

A ideia de uma *demoicracia* europeia é por Nicolaïdis definida como “uma União de pessoas que governam juntas, mas não como um só” (Nicolaïdis, 2013b, p.351). Esta definição sai um pouco fora das habituais concepções políticas, uma vez que reconhece a existência de uma gestão governamental comum – neste caso, entre os Estados-membros – todavia sem necessariamente assumir que tal implicará uma fusão entre os vários povos

¹⁷⁸ Professora e investigadora de origem grega, atualmente baseada em Oxford, Inglaterra. Especialista em Teoria das Relações Internacionais, Integração Europeia, Economia política internacional, entre outros. Para mais informações, consultar <https://kalypsonicolaïdis.com/>

¹⁷⁹ Deixando em aberto a sua aplicabilidade ao nível global (Nicolaïdis, 2013b, p.352).

¹⁸⁰ “δῆμοι” (*demoi*) em grego antigo é a forma plural de “δῆμος” (*demos*).

¹⁸¹ “Κράτος” em grego antigo.

que levam a cabo e são alvo desta gestão. Tornar-se-á, portanto, desde já, visível o interesse desta definição no âmbito da identidade europeia, uma vez que, ao se abrir espaço para a consideração da possibilidade de uma “terceira via” na conceção da ordem política europeia, mais facilmente se poderão esclarecer alguns dos obstáculos à visão tradicional e, por sua vez, exportar esta lógica para o processo de construção de uma identidade europeia (que, como se tem tornado evidente, não corresponderá a uma identidade dita tradicional), cuja definição poderá, também ela, depender do estabelecimento de uma “terceira via”.

Desconstruindo o essencial desta tese desenvolvida por Nicolaïdis, para além da supracitada premissa que apresenta a UE como “uma união de povos que governam juntos, mas não como um só”, será importante que se absorva a base teórica que assenta na noção de uma coexistência de vários *demos* no seio da UE, pois só assim poderá fazer sentido que se aplique este modelo à realidade europeia. Isto gera uma espécie de dialética que implica que, por um lado, mesmo que se reconheça esta pluralidade de *demos*, continue a ser necessário um *kratos* comum, mas também que, por outro lado, independentemente do quão partilhado for, este *kratos* nunca se possa apartar do facto de vários *demos* coexistirem. Ora, como se poderá imaginar, nem sempre esta lógica se revela de fácil gestão, como é, aliás, notório pela permanente transformação sob a qual a UE se encontra. Esta transformação procura acomodar as vontades dos Estados-membros e dos seus cidadãos (em constante mudança), procurando fornecer mecanismos que promovam consensos e a isso moldando as infraestruturas legais e institucionais.

Para que esta “ginástica” política, legal e institucional vá resultando será imprescindível que apropriadamente se lide com a progressividade das delegações de soberania, o desenho da arquitetura institucional da UE, bem como com o pluralismo interno europeu (que Nicolaïdis, aliás, encara como irreduzível). Para este efeito, em linha com a tese da *demoicracia*, a UE tem proximamente vivido sob aquilo Joseph Weiler (2001) descreve como uma “tolerância constitucional”¹⁸², assente na visão da UE como uma comunidade e não como uma unidade¹⁸³. Esta “tolerância” é fundamental, uma vez que (ainda que muitos dos últimos tratados e convenções de tal se tentem aproximar) não existe, oficialmente, aquilo que se possa designar como uma constituição supranacional

¹⁸² Em que as constituições nacionais e os tribunais que as protegem coexistem sem que haja a necessidade de um “guarda-chuva” global.

¹⁸³ Tradução livre de “unity”.

(Nicolaidis, 2004, p.86). Tal compele à criação de uma rede de diálogos, compromissos e cedências que, por muito complexa que se tenha vindo a tornar, os europeus – para alguns surpreendentemente – ainda consideram valer a pena. Esta perseverança representará, necessariamente, uma causa e um efeito do desenvolvimento de um sentimento de pertença por parte dos cidadãos europeus que, por sua vez, surtirá um impacto na construção de uma identidade europeia, tal como será adiante demonstrado.

Para melhor compreender as razões que subjazem à subsistência desta vontade dos povos europeus em proceder a esta rede de interações que cria níveis de interdependência entre si, será imprescindível que se tenha em consideração o contexto histórico em que viviam os países europeus num período prévio à criação UE¹⁸⁴, bem como os desenvolvimentos políticos e económicos que a esse período se seguiram. As duas guerras mundiais ocorridas no séc. XX impuseram um cenário de devastação geral em muitas das nações europeias, pelo que o risco de uma terceira ocorrência seria “não só impensável, mas materialmente impossível”¹⁸⁵ para a Europa. Deste modo, a União Europeia surge, desde início, como um projeto de paz e é precisamente em prol desta paz (que continuamente se tem mantido) que os Estados-membros e os seus residentes vão tolerando as transferências de soberania e promovendo mecanismos de solidariedade entre si.

Este ponto é particularmente importante no âmbito do estudo da identidade europeia, uma vez que é precisamente esta base histórica (que deu à luz o projeto europeu) que se encontra na raiz de muitos dos sentimentos, emoções e atitudes expressados pelos cidadãos europeus que, por sua vez, influenciam o sentimento de pertença, condicionando a sua vontade de manter e aprofundar esta rede de diálogos, compromissos e cedências. O aprofundamento gradual do nível de integração europeia justificar-se-á, em parte, por isto mesmo e, em parte, também por aquilo que a Teoria Crítica das Relações Internacionais¹⁸⁶ apresenta como um crescente questionamento da tradicional fidelidade ao Estado soberano, à medida que, num mundo cada vez mais globalizado, outras forças com capacidade de agência na sociedade se vão introduzindo. Tal irá, naturalmente, surtir efeito nas construções sociais e coletivas das identidades cívicas de cada um, tal como irei demonstrar adiante.

¹⁸⁴ Primeiramente designada como CEEA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço).

¹⁸⁵ Excerto da declaração Schuman (1950).

¹⁸⁶ Ver, por exemplo, obra de Robert Cox e Andrew Linklater no âmbito da Teoria Crítica.

Para além da conjuntura histórica e da emergência de novos atores além do Estado, são também necessários novos instrumentos que permitam a compreensão do exercício de poder e dos novos níveis de autoridade instituídos por entidades como a União Europeia. Na UE, estes instrumentos tornam-se mais difíceis de consensualizar à medida que o número de Estados-membros se vai estendendo e, por conseguinte, se vai dificultando a sua gestão interna e diversificando a sua composição social. Ainda que a UE tenha procurado criar mecanismos para fazer face a esta evolução, tais como a reorganização institucional (Nicolaïdis, 2004, p.78) e o alargamento do procedimento legislativo ordinário (PLO)¹⁸⁷, por exemplo, sabemos que se verificam, ainda assim, problemas de défice democrático, paralisia institucional e discórdia interna sobre qual o rumo geral que a UE deverá tomar. Esta seria uma questão com muito mais elementos a debater, porém pretendo aqui salientar a importância que a visão da UE como uma comunidade de *demos* (e não de um só *demos*) poderá ter para compreender as transformações que a UE tem vindo a sofrer e naquilo em que se poderá tornar. Algo que poderá tanto afetar, como impactar significativamente a construção de uma identidade coletiva e que avaliarei nomeadamente através das variáveis deste eixo problemático.

3.2. Outras perspetivas sobre a *demoicracia*

A tese criada por Nicolaïdis e que aqui apresentei foi sendo por si mesma revista e atualizada, tendo sido alvo de uma vasta atenção académica por parte de diversos investigadores nos anos subsequentes. Francis Cheneval e Frank Schimmelfennig (2011) recorrem a esta tese para estudar o défice democrático na UE, defendendo a importância de esta teoria representar um domínio intermediário de justiça política entre a política nacional e internacional e de, por conseguinte, poder ser vital na compreensão da qualidade democrática da UE. Em 2015, estes dois autores, juntamente com Sandra Lavanex, debruçam-se sobre a *demoicratização* nos níveis vertical e horizontal, argumentando que, apesar de estes terem diferentes origens e resultados, ambos foram impulsionados pelos processos de integração supranacional da UE. Em colaboração com Nicolaïdis, Cheneval trabalhou ainda num estudo sobre a construção social da *demoicracia* na UE, argumentando que esta pode contribuir para a sua estabilidade

¹⁸⁷ Introduzido pela primeira vez em 1992 como “processo de codecisão”, tendo visto a sua utilização alargada em 1999 e tornando-se, então, no principal processo de decisão para adotar legislação na UE.

(Cheneval & Nicolaïdis, 2016, p.23). Não obstante a existência destes estudos que suportam e desenvolvem a tese da *demoicracia*, também autores como Thorsten Hüller e Miriam Ronzoni adotaram visões mais críticas. Hüller (2016) veio defender que as conceções da *demoicracia* na UE deveriam explorar opções institucionais mais criativas. Por sua vez, Ronzoni (2016), num retorno às tendências dicotómicas, veio defender que a lógica de terceira via apresentada por Nicolaïdis evidenciava fragilidades e que urgia tomar uma opção institucional entre encarar a *demoicracia* na UE como uma forma de intergovernamentalismo ou como uma forma de federalismo.

3.3.1. Conceção da ordem política europeia

Este debate entre intergovernamentalismo e federalismo é um dos mais antigos no âmbito dos estudos europeus e prende-se com as várias visões que se poderá ter sobre o conteúdo e o rumo da integração europeia. Ora, a conceção da ordem política europeia estará com isto intimamente relacionada e funcionará como primeira variável deste eixo. De acordo com o que fui introduzindo, terei como descritor a tese da *demoicracia*, cuja ligação com o tópico da identidade europeia, passarei agora a explicar em maior detalhe. Para este efeito focar-me-ei numa das principais derivações identificada por Nicolaïdis do modelo europeu face aos tradicionais modelos constitucionais: a partilha de identidades. Para além da evolução de “uma comunidade de identidades para uma comunidade de projetos” e de “uma *governance*¹⁸⁸ multinível para uma *governance* multicentrada”, Nicolaïdis acredita que na UE, não existindo uma identidade comum, se verifica uma partilha de identidades (Nicolaïdis, 2004, p.84).

Esta premissa será a base para a conexão da *demoicracia* com o teor desta investigação, uma vez que fornece uma terceira via, entre os extremos mutuamente exclusivos em que se considera que existe efetivamente uma identidade coletiva europeia e que não existe, de todo, uma identidade europeia. Tal como tem vindo a ser demonstrado, nada na estrutura da UE tende a ser simples ou correspondente aos modelos tradicionais, pelo que acredito que a equação de hipóteses mais compreensivas no seu estudo se poderá revelar particularmente útil. Ora, sabemos que a partilha desempenha um papel essencial no funcionamento da UE e que os níveis desta partilha se têm vindo a estender e

¹⁸⁸ Optei por manter este termo no idioma original por não considerar que exista um equivalente de pleno sentido na língua portuguesa.

complexificar significativamente nas últimas décadas, à medida que o aprofundamento da integração europeia assim o exige. Não se encaixando a *demoicracia* num modelo intergovernamental, nem num modelo estritamente federal, Nicolaïdis defende que é importante que a partilha de responsabilidades e de “fardos” ao longo do tempo (Nicolaïdis, 2013b, pp.354;356) é de extrema importância. Esta partilha ao nível da *governance* poderá impulsionar, a título individual, a adoção de comportamentos dentro de normas e propósitos partilhados, promovendo uma tolerância e solidariedade entre os vários *demos*, que levará, através da interação social, a uma partilha de sentimentos coletivos e, no limite, de identidades.

3.3.2. Impactos sociais da adesão à União Europeia

Todo este processo dependerá, forçosamente, do modo como os cidadãos encaram e lidam com o facto do seu país ser membro da UE e com as decisões que têm sido tomadas no âmbito desta *membership* ¹⁸⁹. Para este propósito será imprescindível que se compreendam, então, os impactos sociais da adesão à UE, que aqui apresento como a segunda variável em estudo. O conceito de “Europeização”, apesar de pouco consensual e detentor de “várias faces” (Olsen, 2002) é, na sua vertente social e enquanto fenómeno, uma das bases deste tópico, na medida em que consagra o processo de interação e articulação entre os vários níveis de relacionamento (horizontal e vertical) e o seu impacto no plano nacional e transnacional, ilustrando a mudança trazida pela UE, pelo que à sua vertente social aqui recorrerei enquanto descritor.

O termo “Europeização”, popularizado nos anos 1990¹⁹⁰, é relativamente vasto e poderá servir muitos tópicos de análise. Os quatro principais tipos de abordagem aplicada ao estudo deste fenómeno têm sido a abordagem polivalente, a abordagem causal, a abordagem de processo e a abordagem de resultado¹⁹¹ (Wach, 2015, p.19). Para o propósito desta investigação optarei por recorrer a esta última abordagem, uma vez que pretendo aqui abordar o impacto da pertença à UE nos Estados-membros e nos seus residentes. Como é deste modo notório, a Europeização é um fenómeno multifacetado, não tendo, portanto, um só significado preciso e estável (Olsen, 2002, p.921), pelo que

¹⁸⁹ Optei por manter este termo no idioma original por não considerar que exista um equivalente de pleno sentido na língua portuguesa.

¹⁹⁰ Primeiramente introduzido nos anos 1970.

¹⁹¹ Referentes às dimensões, causas, mecanismos e efeitos da Europeização, respetivamente.

optarei por me focar na sua vertente social, não o definindo como uma teoria, mas como um fenómeno cujas teorias procuram explicar (Bulmer, 2008, p. 47). Tal como indicado na Introdução, definirei aqui Europeização como o impacto que a adesão/pertença à UE surte nos Estados-membros, atentando particularmente na sua relação com a (trans)formação de identidades.

Para estudar a vertente social da Europeização recorrerei mais diretamente ao quadro teórico base desta dissertação, o Construtivismo Social, na medida que um dos seus principais para as teorias da integração europeia é precisamente o tratamento do conceito de Europeização. Esta metateoria vem introduzir a ideia de que há certas decisões que não passam por uma análise de custo-benefício, chamando a atenção para o modo como as instituições europeias podem construir, através de um processo de interação, as identidades e os interesses dos Estados-membros, bem como dos grupos que neles vivem (Checkel, 1999, p. 548). Assim, o conceito de Europeização poderá ser útil para justificar de que modo a mudança trazida pela UE e a socialização por esta imposta afetaram a ordem política europeia e as construções de identidade dos atores e agentes intervenientes.

Os impactos sociais da adesão à UE, na ótica da Europeização, poderão estar relacionados com fluxos de interação horizontais (entre os cidadãos europeus e entre Estados-membros) e verticais (entre a UE e os Estados-membros e entre a UE e os cidadãos). De um ponto de vista *demoicrático*, há um balanço entre estes dois níveis de interação e governação, verticalmente, na interação entre instituições legislativas, executivas e jurídicas a nível da UE com os Estados-membros e os cidadãos e, horizontalmente, no equilíbrio entre um conjunto de valores e normas comuns que asseguram a qualidade dos direitos transnacionais dos indivíduos, por um lado, e o respeito pela diversidade da comunidade de *demoi*, por outro (Cheneval et al., 2015, p.2).

A partir desta aceção é possível observar que, efetivamente, se tem procurado atingir um equilíbrio nestas interações, em particular no nível vertical, procurando-se colmatar os potenciais desequilíbrios políticos instigados pela adesão à UE, com mecanismos políticos e institucionais que procurem atenuar um eventual défice democrático que possa ser apontado ao funcionamento da UE. Ainda que as tentativas para atingir este equilíbrio – como, por exemplo, a presidência rotativa do Conselho Europeu e a atribuição de mais poderes ao Parlamento Europeu – não tenham obtido resultados perfeitos, são sintomáticos de uma agenda conciliadora que é, a meu ver, absolutamente imprescindível

na subsistência de um projeto como a UE. A nível horizontal, no entanto, este equilíbrio será substancialmente mais difícil de atingir, uma vez que, ainda que se possa tomar iniciativas de promoção da solidariedade interna, não é evidentemente possível decretar valores como o respeito ou a tolerância, dependendo estes de um conjunto de predisposições e circunstâncias que nem sempre serão de fácil conserto.

Por este motivo, é importante que se procurem equilíbrios a nível interno destes fluxos de interação, mas também pontos de convergência na sua relação. Uma das principais medidas adotadas neste sentido terá sido a concessão da Cidadania Europeia. Este estatuto decorrente do direito europeu foi abordado no capítulo anterior no âmbito da vertente inter-relacional do sentimento de pertença e, tal como indicado, recuperá-lo-ei novamente nesta fase. Ora e qual a importância deste estatuto para a *demoicracia* e, em particular para a Europeização? Enquanto descritor dos impactos sociais da adesão à UE o fenómeno da Europeização inclui também expressões políticas formais (e, na sua prática, também sociais) como é o caso da atribuição do estatuto de cidadania europeia aos residentes nos Estados-membros, cujas peculiaridades poderão ser mais apropriadamente compreendidas a partir de um ponto de vista *demoicrático*.

A cidadania corresponde, geralmente, a um vínculo jurídico entre o indivíduo e o respetivo Estado, que se traduz num conjunto de direitos e deveres¹⁹² e cujos critérios de atribuição¹⁹³ variam consoante o país em questão. Poderemos, no entanto, e tendo em conta as transformações políticas e sociais do mundo pós-moderno, apontar uma definição mais geral, definindo cidadania como "um estatuto de membro de pleno direito de uma comunidade política" (Rostek & Davies, 2006, p.4). Deste modo, se concebermos a UE como uma comunidade política, fará efetivamente sentido que este tipo de estatuto seja atribuído aos seus membros. Assim, tal como previamente mencionado, em 1992, com o T. de Maastricht, estabeleceu-se formalmente uma Cidadania Europeia.

Os documentos oficiais declaram que "É cidadão da União qualquer pessoa que tenha a nacionalidade de um Estado-Membro"¹⁹⁴, pelo que uma das implicações da Europeização será precisamente a aquisição deste estatuto. Tal terá consequências não só formais, incorporando direitos e deveres adicionais (Santana-Vega et al., 2020, p. 1), como

¹⁹² Disponível online: <https://eurocid.mne.gov.pt/cidadania-europeia/cidadania-e-cidadania-europeia>.

¹⁹³ Poderá, tradicionalmente, ser aplicado o critério de filiação "*jus sanguinis*" ou o critério do local de nascimento "*jus soli*".

¹⁹⁴ Artigo 9.º do Tratado da UE (TUE) e artigo 20.º do Tratado sobre o Funcionamento da UE (TFUE).

também informais que, por sua vez, se poderão prender com o plano social e emocional dos abrangidos. É precisamente neste ponto que o quadro da *demoicracia* se poderá revelar particularmente útil, visto que, se percecionarmos a UE enquanto uma comunidade de *demoi*, será mais acessível avaliar os diferentes impactos que a aquisição de um estatuto cívico ao nível europeu poderá ter surtido nos indivíduos.

A cidadania europeia veio permitir, no geral, que as pessoas residentes nos Estados-membros votassem e se candidatassem às eleições locais e para o Parlamento Europeu no país da UE em que vivem, independentemente da sua nacionalidade¹⁹⁵, algo que constitui um enormíssimo avanço na democratização da UE. Para além da livre circulação e residência no território da UE¹⁹⁶, este estatuto confere, ainda, a qualquer cidadão de um país da UE o direito a assistência e proteção diplomáticas das embaixadas ou consulados de outros países da UE¹⁹⁷, bem como o direito de submeter petições ao Parlamento Europeu e de apresentar queixas relativas a casos de má administração comunitária junto do Provedor de Justiça Europeu¹⁹⁸. Muitas destas disposições pertenciam outrora somente ao plano nacional, implicando a sua implementação um tremendo “salto” político e social (no mínimo, em termos teóricos).

Há quem defenda que alguma forma “incipiente” de cidadania europeia já se encontraria presente nos primeiros tratados comunitários e que veio a ser desenvolvida nas práticas políticas e jurídicas subsequentes (Olsen, 2008, p.41). Esta afirmação parece-me levantar uma importante questão prática, na medida em que ainda que esta “cidadania europeia” só tenha efetivamente sido formalizada e oficializada enquanto tal em Maastricht, será natural localizar os primórdios da sua construção prática num período anterior, através da observação das tendências de evolução do teor dos tratados e outros documentos jurídicos da UE, bem como da própria interação entre a UE e os seus cidadãos.

Não obstante, sabendo-se que a conceção tradicional de cidadania se encontra quase sempre associada à pertença a um Estado e/ou a uma nação, será seguro afirmar que a sua introdução ao nível europeu não surgiu isenta de controvérsia e receios por parte dos Estados-membros e dos cidadãos. Vejamos que, se os Estados-membros poderão reear que a atribuição de um estatuto cívico europeu possa reduzir o seu poder e importância

¹⁹⁵ Art.º 8º - B TUE.

¹⁹⁶ Art.º 8º - A TUE.

¹⁹⁷ Art.º 8º - C TUE.

¹⁹⁸ Art.º 8º - D TUE.

em termos relativos, também os cidadãos poderão estar confusos e renitentes por não se identificarem, verticalmente, nem só com o seu país de residência, nem só com a UE, admitindo, em princípio, que estes são capazes de se identificar com vários níveis políticos ao mesmo tempo (Hurrelmann, 2015, p.31). Assim, o vínculo estabelecido pela cidadania europeia (desenhada enquanto cidadania complementar) poderá ajudar a que estes se sintam mais esclarecidos e relevantes no processo de integração europeia.

Ademais, no plano horizontal, se os cidadãos verdadeiramente assimilarem as implicações do seu estatuto de “soberanos em conjunto”, mais facilmente se identificarão como ligados de alguma forma a outros povos europeus. Logo, a noção política e mesmo jurídica de “cidadania europeia” incorpora uma norma de pertença *demoicrática* baseada no reconhecimento mútuo, isto é, uma norma de pertença transferível e capaz de deslocar o seu centro de gravidade entre os múltiplos *demos* (Cheneval & Nicolaïdis, 2016, p.9). Deste modo, esta expressão da Europeização terá, não só implicações a nível legal, como também a nível emocional e comportamental dos cidadãos europeus, por conseguinte afetando as suas preferências políticas e de desenho institucional.

A cidadania é, então, um fenómeno que emerge, evolui e se modifica dentro de práticas concretas (Olsen, 2008, p.41), algo de que a UE é um perfeito exemplo. Assim, de entre as razões para se introduzir a cidadania europeia, além de um incentivo à livre circulação e de uma tentativa de redução do défice democrático da UE, poderá estar também uma procura pela formação de uma base jurídica formal para a construção de uma identidade europeia (Rostek & Davies, 2006, p.6). Este estatuto poderá, então, ter diferentes importâncias e objetivos ao longo do tempo, sendo possível que, se realojarmos o centro da questão para o plano horizontal, e tivermos em consideração os pressupostos *demoicráticos*, se revelem outras camadas da cidadania além dos direitos e deveres legais inerentes e se possa clarificar a distinção entre aquilo em que consiste a cidadania europeia, daquilo que significará realmente a existência de uma identidade coletiva europeia.

Em suma, apesar da manifesta falta de consenso académico em muitos aspetos da integração, é relativamente consensual a existência de um efeito transformador por parte do projeto europeu tanto nos Estados-membros como no quadro legal e quotidiano de todos os seus cidadãos, na forma como se relacionam entre si e nos moldes em que percecionam a vida em sociedade. Este efeito é decorrente dos novos fluxos de interação

horizontal e vertical introduzidos pela adesão à UE e que afetam as múltiplas faces do fenómeno da Europeização que, por sua vez, gera uma maior demanda por cooperação europeia, acabando a UE por se tornar parte do "mobiliário social" com que os atores sociais e políticos têm de lidar diariamente (Risse, 2009, p.148). Assim, a concessão do estatuto de cidadania europeia aos residentes nos Estados-membros veio atribuir novos direitos e obrigações, mas também afetar os seus sentimentos e atitudes não só perante a UE, como uns perante os outros, sendo o quadro da *demoicracia*, tal como demonstrado, fundamental para que se compreendam as implicações deste último ponto. Assim, os impactos sociais da adesão à UE são, em grande parte, fruto de uma transformação substancial das noções pertença e interação entre os vários povos europeus (*demos*), à medida que novas formas de participação, identificação e envolvimento político se vão apresentando aos cidadãos europeus.

3.3.3. Envolvimento em atividades políticas por parte dos cidadãos europeus

Chegamos, deste modo, à terceira e última variável deste segundo eixo problemático: o envolvimento em atividades políticas por parte dos cidadãos europeus. Para analisar esta variável recorrerei novamente ao Eurobarómetro e terei como principal indicador as respostas à questão “nas últimas quatro semanas, com que frequência fez cada uma destas coisas relacionadas com a política, quer seja ao nível local, nacional ou Europeu?”¹⁹⁹, disponibilizadas pelo (supracitado) relatório do inquérito “*flash*” sobre as “Emoções e envolvimento político em relação à UE”²⁰⁰, realizado no ano de 2019. Voltarei, ainda, a recorrer às principais conclusões do *Perceive Project*, tendo como indicador o conhecimento das políticas da UE por parte dos cidadãos europeus.

O envolvimento cívico²⁰¹ poderá ser definido como o conjunto de práticas e atitudes de envolvimento na vida social e política²⁰². Tal como o próprio termo indica, “envolvimento” implicará proatividade, logo espera-se que um cidadão envolvido com os assuntos de uma determinada comunidade política se pronuncie e aja em prol do

¹⁹⁹ “Over the last four weeks, how often did you do each of the following things related to politics, whether at the local, national or European level” na língua original do relatório.

²⁰⁰ Disponível em <https://www.europarl.europa.eu/at-your-service/files/be-heard/eurobarometer/2019/emotions-and-political-engagement-towards-the-eu/report/en-flash-2019.pdf>

²⁰¹ Tradução livre de “civic engagement”.

²⁰² Adaptado de *Civic engagement* in *Encyclopedia Britannica* [online]. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/civic-engagement> [Acedido a 19 de maio de 2021].

interesse público. Como é evidente, este envolvimento poderá ser mais ou menos profundo, consoante o perfil do indivíduo e os seus laços sociais e políticos no seio da comunidade. Ademais, o envolvimento cívico encontra-se frequentemente associado à participação cívica (colocando a participação, porventura, uma maior tónica na ação do que no discurso). Assim, a cidadania implica (se não o dever absoluto, pelo menos) o potencial de participação dos cidadãos (Olsen, 2008, p.44), sendo, por isso, a participação, uma das mais importantes formas de expressão do envolvimento num contexto cívico.

Apesar de este conceito ser habitualmente utilizado ao nível nacional, este será, em vista das suas características abrangentes, facilmente exportável para o nível europeu. Note-se que, no geral, os mecanismos de participação cívica na construção de políticas públicas têm vindo a emergir como um dos principais instrumentos de fortalecimento das democracias, obrigando à adaptação dos modelos de governação e tendo, por conseguinte, impactado os discursos e práticos dos cidadãos (Falanga, 2018, p.296). Sabemos que o funcionamento da UE, apesar de algumas diferenças substanciais, em muitos aspetos se assemelha ao de um Estado, sendo alvo das mesmas tendências e compreendendo mecanismos de participação idênticos – tal como é o caso da realização de eleições para um parlamento – e face a isso adaptando o seu modelo de funcionamento. Assim, e nomeadamente desde a instituição do estatuto de cidadania europeia, fará sentido que se fale de envolvimento cívico ao nível da UE.

Abordando a questão do envolvimento e da participação ao nível da UE, torna-se indispensável que se fale do papel do Parlamento Europeu na relação entre a UE e os cidadãos. O PE foi o órgão criado para representar mais diretamente os cidadãos, sendo o único por estes diretamente eleito e, por isso, representando um dos principais atores de participação para os residentes no espaço europeu. Contudo, Checkel e Katzenstein (2009, p.197) argumentam que a introdução de eleições diretas para o PE em 1979 não conseguiu reforçar a posição política desse órgão e que funcionou até como mais um fator de despolitização na política europeia. Tal como demonstrado no capítulo anterior, grande parte dos europeus sente, efetivamente, que a sua voz não tem tanta importância no plano europeu como no nacional, o que poderá revelar uma certa ineficácia no processo de adaptação do modelo de governação europeia às supramencionadas crescentes tendências para a criação de mecanismos que incentivem a participação cívica.

Não obstante, os poderes do PE têm, com efeito, vindo a ser substancialmente reforçados nas últimas décadas, nomeadamente através do aumento dos seus poderes orçamentais e judiciais²⁰³, da sua participação na revisão dos tratados e do reforço da sua intervenção no domínio legislativo. Neste último ponto, o PE evoluiu de uma participação exclusivamente consultiva para um papel central no procedimento legislativo ordinário (PLO)²⁰⁴, em pé de igualdade com o Conselho da UE. Este progressivo reforço de poderes do principal órgão representativo surgirá, precisamente, como sintoma e consequência das necessidades de envolvimento e participação dos cidadãos. Assim, caso o objetivo seja promover um maior envolvimento dos cidadãos nos assuntos europeus e subsequente favorabilidade ao processo de integração, será importante que se promovam mecanismos que tenham um impacto mais direto na capacidade dos cidadãos de se expressarem e envolverem nos assuntos da UE. Isto porque, de acordo com a própria Comissão Europeia, a legitimidade da União depende, atualmente, do envolvimento e da participação (Cheneval et al., 2015, p.12). Ademais, tal como demonstrado no capítulo anterior, apesar do relativo fracasso de iniciativas mais burocráticas como a ICE, – e contrariamente à visão de Checkel e Katzenstein – a possibilidade de exercer o direito de voto ao nível europeu surte realmente efeito nas perceções dos cidadãos relativamente à UE, promovendo o envolvimento cívico. Tal traduz-se nomeadamente no já descrito “efeito das eleições europeias” que surge no contexto da maior sensação de envolvimento dos cidadãos com os trabalhos da UE (e, designadamente do PE), proporcionada pelo exercício eleitoral, através da concessão de uma oportunidade de expressão direta da voz dos cidadãos.

Tendo em vista uma compreensão mais específica de como é que estas dinâmicas de atribuição de poder institucional e as tendências de interação democrática se têm expressado no envolvimento cívico dos cidadãos europeus, passarei agora à análise do primeiro indicador desta variável, que diz respeito à questão “nas últimas quatro semanas, com que frequência fez cada uma destas coisas relacionadas com a política, quer seja ao nível local, nacional ou Europeu?”²⁰⁵. Aos inquiridos foram colocadas oito hipóteses de formas de envolvimento com a política, variando desde interações mais simples no âmbito do convívio familiar ou social até interações mais diretas ligadas à participação

²⁰³ Direito de intervir nos processos submetidos ao Tribunal de Justiça da UE.

²⁰⁴ Anteriormente ao Tratado de Lisboa designado como “processo de codecisão”.

²⁰⁵ Disponibilizadas pelo relatório do inquérito “*flash*” sobre as “Emoções e envolvimento político em relação à UE” (2019).

em comícios políticos. As hipóteses de frequência possível para cada uma destas oito atividades variavam entre “uma vez”, “duas ou três vezes”, “mais do que três vezes”, “nunca” e “não sei” (ver gráfico 8 abaixo).



GRÁFICO 8. – “Nas últimas quatro semanas, com que frequência fez cada uma destas coisas relacionadas com a política, quer seja ao nível local, nacional ou Europeu?” – Média na UE (2019)

Fonte: Relatório do Eurobarómetro “Emoções e envolvimento político em relação à UE” (2019)

A partir da observação da estrutura deste indicador é, desde logo, possível denotar a importância dos meios de comunicação no envolvimento político. Grande parte das opções disponibilizadas implicam o recurso à imprensa escrita ou online, ao rádio, à televisão ou às redes sociais. Tal demonstrará a relevância que a evolução tecnológica surtiu nas interações políticas, não podendo os seus impactos ser ignorados aquando do estudo das formas e intensidade do envolvimento político por parte dos cidadãos. A UE nasceu numa época em que os recursos tecnológicos eram significativamente mais rudimentares do que os presentes na atualidade, pelo que, à semelhança de outras comunidades políticas, também a UE foi tendo de lidar com este conjunto de transformações, adaptando o seu funcionamento e estratégias aos novos paradigmas de comunicação.

À data do estudo (2019), a atividade que foi efetuada pelos inquiridos com maior frequência foi a discussão com familiares, amigos ou conhecidos sobre política, tendo cerca de metade (49%) admitido tê-lo feito mais do que três vezes na semana precedente. Por sua vez, 88% dos inquiridos declararam que não atenderam a nenhum encontro ou comício político nesse mesmo período. No que diz respeito à comunicação via redes sociais, os indivíduos foram questionados sobre dois tipos de atividade – a leitura de algo sobre política numa rede social ou a discussão de política através de mensagens – e em ambos os casos, “nunca” foi a resposta mais dada, porém com uma percentagem muitíssimo mais elevada relativamente à interação sobre política via mensagem (77%), do que a leitura via redes sociais (43%). Nos meios de comunicação mais tradicionais, designadamente o rádio e a imprensa escrita, os resultados foram, em ambas as hipóteses, mais proximamente distribuídos entre “nunca” e “mais de três vezes” tendo, ainda assim, uma maior percentagem de pessoas afirmado que leu artigos sobre política em jornais ou revistas mais de três vezes na semana anterior (40%), do que aquela que afirmou (com esta mesma frequência) ter ouvido programas sobre política na rádio (29%)²⁰⁶. A leitura de algo sobre política em websites e a visualização de programas sobre política na televisão apresentam-se como formas mais populares entre os inquiridos de se envolverem com a política, tendo a maior parte das pessoas admitido tê-lo feito pelo menos uma vez na semana precedente ao inquérito, cumulativamente com 72%²⁰⁷ no caso da televisão e 65%²⁰⁸ relativamente à leitura em websites.

Tendo em vista a impossibilidade de comparação de dados ao longo do tempo e dada a excecionalidade do inquérito de onde provêm os dados deste indicador, dedicarei agora alguma atenção à distribuição espacial dos resultados, relativamente à frequência da execução de duas das hipóteses de envolvimento político²⁰⁹. A percentagem de pessoas que afirmaram que não tinham discutido política com ninguém na semana anterior foi superior em países como o Chipre (45%), Malta (38%) e Portugal (35%) e inferior na Irlanda (8%), Eslováquia (10%) e Alemanha (11%). Por sua vez, a percentagem de

²⁰⁶ Aliás, 51% afirmou não ter ouvido nenhum programa radiofónico sobre política na semana precedente.

²⁰⁷ Soma das percentagens de resposta que implicam a realização da atividade em questão pelo menos uma vez. Explicitamente: “uma vez” (12%) + “duas ou três vezes” (17%) + “mais de três vezes” (43%) = 72%.

²⁰⁸ Soma das percentagens de resposta que implicam a realização da atividade em questão pelo menos uma vez. Explicitamente: “uma vez” (8%) + “duas ou três vezes” (14%) + “mais de três vezes” (43%) = 65%.

²⁰⁹ Optei por somente atentar na frequência de “discutiu algo sobre política com família, amigos ou conhecidos” e de “atendeu a um encontro público ou um comício sobre política, foi a uma demonstração”, por uma questão de funcionalidade e interesse relativo, visto terem sido estas as hipóteses com os resultados mais polarizados.

peessoas que declararam que não tinham atendido nenhum encontro público ou comício político atingiu valores muitíssimo mais elevados, tendo atingido quase 100% em países como a Eslovénia (98%), a Letónia (97%) e Malta (95%) e sido igual ou superior a 80% em todos os Estados-membros.

3.4. Demoicracia: pontos-chave

A partir dos dados recolhidos pelo Eurobarómetro e de acordo com as descrições acima, será possível extrair conclusões interessantes. Em primeiro lugar, a observação do gráfico 8 permite-nos imediatamente denotar que há dois termos de frequência que são, na grande generalidade, mais utilizados pelos inquiridos: “mais de três vezes” e “nunca”. Isto será relevante, na medida em que estes termos correspondem aos respetivos extremos das possibilidades de resposta, o que poderá indicar, por um lado, uma grande disparidade entre os níveis de envolvimento político dos cidadãos e, por outro, que ao se verificar uma grande polarização nas respostas, haverá uma tendência para quem opta por se envolver, se tender a envolver-se com mais frequência (e, expectavelmente, intensidade). A nível da distribuição territorial dos resultados, verifica-se uma clara tendência para os países da Europa do Sul e de Leste estarem menos politicamente envolvidos, o que poderá ser justificado por questões estruturais da cultura política de alguns destes povos, mas também, eventualmente, surgir como consequência de uma descredibilização da classe política e da sua capacidade de ação no seguimento da eclosão de crises como a económico-financeira de 2008 e a migratória de 2015, que afetaram em maior escala os Estados-membros destas áreas, gerando um descontentamento mais generalizado.

Este indicador, infelizmente, não nos permite diferenciar entre o envolvimento ao nível local, nacional ou europeu, o que dificulta um pouca a extrapolação de conclusões para o nível europeu. Ainda assim, dá-nos um enquadramento geral daquela que é a importância da política acessível e da sua adaptação às transformações tecnológicas, uma vez que, ainda que grande parte tenda a optar por se envolver na política através de interações sociais diretas ou da utilização de meios mais comuns como a televisão ou os websites, a verdade é que, para além da secundarização dos meios tradicionais de comunicação (rádio e imprensa escrita), a tendência será para a proliferação do recurso às redes sociais como fonte de informação, bem como plataforma de expressão e envolvimento político. À medida que as gerações se vão substituindo, a necessidade de tornar a política mais

apelativa tem sido uma constante nas democracias pós-modernas e, na UE, a adaptação dos meios de interação a este quadro de transformações poderá ser realmente a chave para aumentar o envolvimento político e, por conseguinte, a favorabilidade face à integração europeia e às políticas públicas que a sustentam.

Ora, para que os cidadãos se sintam verdadeiramente envolvidos com os assuntos políticos, não bastará a aquisição de estatutos como a cidadania, será necessário que estes detenham um conhecimento (mais ou menos profundo) daquilo que é decidido ao nível das políticas públicas. Na UE, tal não será exceção e, para que melhor se possa analisar qual o nível de conhecimento dos europeus neste campo, terei agora como indicador as conclusões do *Perceive Project* relativamente ao conhecimento das políticas públicas da UE por parte dos cidadãos europeus. Uma das principais conclusões deste estudo foi a de que “metade dos cidadãos europeus não conhece as políticas da UE”²¹⁰, indicando que a consciência dos indivíduos sobre o que a UE tem vindo a desenvolver nas suas regiões é geralmente baixa, ainda que com grandes diferenças entre os vários Estados-membros. Tendo em consideração que o *Perceive Project* incide essencialmente sobre a relação da identidade, consciência e perceções com a Política de Coesão, foi precisamente sobre esta política que esta investigação mais se focou, o que limita, de certo modo, o alcance dos seus resultados. Ainda assim, estes podem fornecer pistas para aquela que será a tendência geral. Comparando a perceção de conhecimento dos cidadãos sobre a Política de Coesão (45%) e sobre a Política Regional da UE (53%), verifica-se que esta é maior relativamente à Política Regional. Esta diferença poder-se-á, em parte, dever à própria simplicidade semântica inerente ao termo “regional”, que não será tão facilmente identificável quando nos referimos ao termo “coesão”, por definição mais vasto e incomum.

Se exportarmos esta lógica para a generalidade das políticas públicas europeias, poderemos apontar a complexidade de nomenclaturas, burocrática e processual como um dos principais obstáculos a um conhecimento mais generalizado ao nível individual destas políticas. Este desconhecimento irá, necessariamente, causar impacto na perceção dos cidadãos sobre a UE e, por conseguinte, potencialmente fragilizar a sua vontade/capacidade de se envolverem com os assuntos europeus. Não obstante, acaba por se verificar uma certa viciosidade nesta lógica, uma vez que, por um lado, para que os cidadãos satisfatoriamente conheçam as políticas da UE, estes terão de se envolver mais

²¹⁰ Disponível em <https://www.perceiveproject.eu/project-findings/> (ponto 03).

com a política europeia mas, por outro, para que estes desejem envolver-se mais, deverão ter um conhecimento de base sobre aquilo que é feito ao nível das políticas europeias. Apesar das minuciosidades que poderão ser a partir daqui discutíveis, nomeadamente tendo em consideração a variação entre Estados-membros, a ideia geral será a de que há ainda um desconhecimento muito pronunciado sobre aquelas que são as políticas europeias e, por conseguinte, sobre como estas afetam as vidas de cada um, o que poderá contribuir para um sentimento generalizado de incompreensão e subsequente desconfiança entre os vários povos e, no limite, face ao projeto europeu como um todo.

Estes dois indicadores permitem-nos concluir que, efetivamente, o envolvimento dos cidadãos com a política não se encontrará ainda suficientemente desenvolvido. Se tal acontece ao nível nacional – que, tal como já demonstrado, por ter uma estrutura mais facilmente compreensível e tradicionalmente aceite pela população, despertará, à partida sentimentos mais favoráveis por parte dos indivíduos – ainda mais notoriamente se verificará ao nível da UE. A nível sociodemográfico valerá a pena destacar que a crise associada aos baixos níveis de participação política nas democracias contemporâneas afeta principalmente os jovens, ainda que, dentro da UE, com diferenças significativas entre os vários países. A literatura recente demonstra que quanto mais velha uma pessoa for, maior é a probabilidade de esta votar ou participar em qualquer tipo de política formal e que a idade da democracia em que vivem é um fator determinante para o seu envolvimento político (Kitanova, 2020, p.832). Ora, se admitirmos que, quanto mais recente for uma democracia, mais baixos serão os níveis de participação política e tivermos em consideração os assaz diferentes percursos democráticos percorridos pelos Estados-membros, mais facilmente se justificarão algumas das variações entre eles verificadas, nomeadamente, no âmbito do primeiro indicador desta variável. A UE, no seu todo, pela sua relativa falta de antiguidade, terá ainda mais dificuldade em contornar esta crise. Será, portanto, fundamental que, tal como já mencionado, se procure acompanhar ao nível da UE as novas tendências dos mecanismos de participação, robustecendo-se o processo eleitoral e facilitando o acesso da população geral ao processo de elaboração de políticas públicas europeias, não só através de mecanismos de democracia direta como a ICE, mas essencialmente através da adaptação das estratégias de comunicação política da UE aos novos paradigmas tecnológicos.

Neste eixo, considereirei como variáveis a conceção da ordem política europeia, os impactos sociais da adesão à UE e o envolvimento em atividades políticas por parte dos cidadãos

europeus. Todos estes me parecem pontos absolutamente essenciais para que se compreenda a atualidade política e social da UE e, designadamente, para que se reconheçam quais poderão ser os potenciais incentivos e obstáculos à construção de uma identidade europeia. Selecionei o quadro da *demoicracia* como um dos eixos problemáticos, pois acredito que, tendo em consideração o tópico principal desta investigação, os meandros das variáveis que lhe vinculei serão mais apropriadamente tratados a partir de uma conceção *demoicrática* da UE.

A primeira variável surge aqui como mote explicativo pois, por ser uma teoria base, permite orientar a lente sob a qual analiso as restantes variáveis. Se concebermos, então, a UE como uma *demoicracia*, torna-se mais acessível a compreensão da segunda variável e das “várias faces” da Europeização (Olsen, 2002), visto que, se aceitarmos que os vários povos da UE conservam diferenças²¹¹ entre si, será mais lógico que se admita que o impacto que a adesão à UE seja necessariamente diferente consoante o Estado em questão e consoante a própria construção social da realidade de cada indivíduo. Estas “faces” são afetadas pelos novos fluxos de interação (horizontais e verticais) que são introduzidos aos residentes nos Estados-membros e que condicionam a sua perceção política e cívica (e, em ligação com o primeiro eixo, também a construção de um sentimento de pertença a uma nova comunidade política que não exclui a nacional). Segundo a *demoicracia*, os fluxos verticais da UE baseiam-se numa interação igualitária entre os cidadãos e as figuras institucionais na elaboração de políticas comuns e os fluxos horizontais procuram equilibrar os direitos transnacionais dos cidadãos com a manutenção de alguma autonomia nacional na elaboração de políticas internas (Cheneval et al., 2015, p.1). Esta ideia proporciona a ligação com a terceira e última variável deste eixo e que diz respeito precisamente ao envolvimento em atividades políticas por parte dos cidadãos europeus. De acordo com os resultados descritos e a análise que apresentei, julgo que não se poderá admitir que exista verdadeiramente um equilíbrio igualitário entre os representantes institucionais e os cidadãos na elaboração das políticas europeias, uma vez que uma porção das pessoas não se envolverá frequentemente em atividades políticas e uma porção ainda mais expressiva não terá conhecimento do conteúdo das políticas existentes ao nível europeu.

²¹¹ Diferenças não irremediáveis, que permitam uma cooperação entre si.

Sabemos que no domínio da política nacional existe geralmente uma *polity*²¹² centralizada que exerce autoridade sobre todo o tipo de políticas, todavia, a partir do momento em que um país se junta à UE, tal muda substancialmente, havendo cooperações setoriais específicas (Cheneval et al., 2015, pp.4-5) que têm impacto, não só no exercício da autoridade política a nível nacional, como também a nível da UE, algo que afetará as estruturas democráticas e as perceções individuais das dinâmicas de poder. A integração da UE é reforçada quando os cidadãos confiam nas suas instituições e políticas, e os cidadãos estão conscientes da sua importância nos processos de tomada de decisão (Santana-Vega et al., 2019, p.1), pelo que, em prol de um aprofundamento futuro desta integração, não se poderá somente atender à atribuição de estatutos cívicos ou à criação de mecanismos excessivamente burocráticos como a ICE, ter-se-á primeiramente de informar e educar a população, facilitando as interações verticais com as instituições e respeitando as especificidades das interações horizontais entre os vários povos da UE que, apesar de diferentes, partilham projetos e objetivos comuns (Nicolaidis, 2004, p.85).

Em suma, tendo em conta as disposições contratuais e com base em todas as evidências que foram sendo apontadas – nomeadamente as fragilidades práticas do estatuto cidadania europeia, as disparidades entre as perceções internas sobre a UE e a falta de envolvimento e conhecimento político por parte dos cidadãos europeus – não se poderá considerar que a UE funciona como uma democracia plena. Deste modo, e se admitirmos que os cidadãos europeus são, em princípio, capazes se relacionar com mais do que um nível político ao mesmo tempo (Hurrelmann, 2015, p.31) fará mais sentido que, a partir daí, se veja a UE como uma união de povos (*demoi*), que governam juntos, mas não como um só. Esta terceira via pressupõe uma rede de diálogos, compromissos e cedências que não implicam uma anulação do pluralismo interno europeu, o que, tal como demonstrarei adiante, será fundamental para que se compreenda o estado atual da construção de uma identidade coletiva europeia.

²¹² “Uma sociedade ou Estado considerado como uma unidade política”. *Polity* in Cambridge Advanced Learner's Dictionary & Thesaurus [online], <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/polity> [consultado em 23-05-2021].

CAPÍTULO IV – EM BUSCA DE UMA IDENTIDADE EUROPEIA

4.1. Identidade: um conceito desafiante

Por pertencerem a um domínio manifestamente subjetivo e em permanente debate, as matérias ligadas à identidade tendem a ser particularmente desafiantes e a exigir uma análise minuciosa e multidisciplinar. Tal acontece, porque o conceito de identidade não poderá ser definido de forma estática, como um puro resultado de um processo histórico (Jacobs & Maier, 1998, p.14), sendo necessário que se tenha em consideração outras variáveis, tais como as percepções, as emoções, as atitudes e, no caso de uma comunidade como a UE, a própria conceção da ordem política vigente. Por este motivo, optei por, nos capítulos anteriores, examinar cuidadosamente estes elementos, de acordo com a literatura disponível e algumas estatísticas que a permitissem suportar (ou contrariar), analisando os seus impactos mútuos e procurando abrir a discussão a esta perspetiva.

Sabemos que as características da UE vão inevitavelmente sendo comparadas com os seus equivalentes ao nível nacional, e o tópico da identidade não é exceção. Não obstante, a peculiar natureza da integração europeia e a sua vasta pluralidade interna tornam esta construção comparativa significativamente mais desafiante. Tal acontece, pois a nível estatal torna-se mais facilmente evidente a importância da construção de uma identidade coletiva nacional, visto existir um trajeto mais claramente prescrito: a formação de um Estado-nação (Eder, 2009, p. 432). Por sua vez, a nível da UE não existirá um trajeto tão consensual ou previsível para o qual indiscutivelmente releve a construção de uma identidade coletiva. Assim, muitas são as questões que vão subsistindo neste domínio: algum dia virá realmente a existir uma identidade coletiva europeia? Será esta possível? Será esta necessária?

Com o objetivo de ajudar a esclarecer estas e outras questões do mesmo âmbito e tendo em mente os conceitos que foram sendo introduzidos ao longo dos capítulos anteriores, julgo relevar, neste momento, relembrar alguns dos preceitos básicos do estudo da identidade, que se afiguram como imprescindíveis para a compreensão daquele que será o meu argumento final. Ora, Klaus Eder (2009, p. 428) defende que as pessoas e os grupos têm uma identidade através do posicionamento em relação a outras

peessoas/grupos e da atribuição a estas relações de um significado que é fixado no tempo. Sob esta definição, a identidade será uma construção social baseada no acordo intersubjetivo sobre o que significa enquadrarem-se em si mesmos ou num grupo a que pertençam face aos restantes. Vejamos que, a própria ideia de nação, que nos é mais familiar, baseia-se neste pressuposto de partilha de um conjunto de princípios e tradições – e, geralmente, de um território – que distingue um determinado grupo dos demais, isto é, construindo um sentimento de pertença a um coletivo, neste caso o nacional, num determinado período de tempo. Não obstante, sabemos que as relações sociais se têm complexificado cada vez mais, fazendo com que os processos de formação de identidades coletivas variem das suas configurações mais típicas, abrindo-se espaço para que estas se formem aquém e além da nação. Será, então, naturalmente legítimo que se coloque sob análise a possibilidade da existência de uma identidade europeia.

Contudo, tal como tenho vindo a demonstrar, este está longe de ser um tópico pautado por consensos, uma vez que dada a natureza política e socialmente atípica da UE e as distintas visões sobre o seu propósito, se torna difícil alcançar um acordo sobre questões essencialmente abstratas como esta. Ademais, as identidades sociais são formadas num contexto interativo e no mundo pós-moderno, tal como anteriormente mencionado, estas acabam por ser quase sempre múltiplas e compostas por diversas camadas, pelo que são geralmente encaradas de um ponto de vista plural e até como potencialmente conflituosas entre si (Kohli, 2000, p.115). Tal justifica-se pelo facto de as construções de identidade serem progressivamente alargadas a um maior número de contextos sociais, gerando-se frequentemente a ideia de que a sociedade consiste na sobreposição parcial de redes de pessoas, algo que poderá ser visto como problemático (Eder, 2009, p. 443) ao nível das comunidades políticas, mas que não o será necessariamente, visto que os indivíduos são capazes de se identificar com vários níveis políticos ao mesmo tempo (Hurrelmann, 2015, p.31). Além disso, sabendo que a persistência da importância da nacionalidade não será algo surpreendente (Inglehart, 1970, p.56), é fundamental que se aceite que os residentes nos Estados-membros poderão ter vários níveis de identificação complementares e não mutuamente exclusivos, para que se possa admitir a possibilidade de construção de uma identidade europeia.

O debate sobre a identidade europeia tem como uma das suas principais questões a existência (ou não) de uma identidade coletiva politicamente definida (Eder, 2009, p. 443). Se considerarmos que as identidades são geralmente construídas por oposição, isto

é, através de uma construção social comparativa face a outros grupos, tal não será exceção para as identidades coletivas. Este tipo de identidade social tende a basear estas comparações em grandes diferenças como a idade, a classe social ou a nação. Todavia, no caso da UE, não existe diretamente um outro grupo sobre o qual se possa erguer uma identidade coletiva por comparação tentando-se, por isso, frequentemente, tal como já explicado, estabelecer paralelismos com o nível nacional, nunca se podendo naturalmente partir de uma lógica de absoluta oposição. Relevará, no entanto, salientar que não tão raramente esta diferenciação entre grupos tem como objetivo a mobilização política de certos grupos de pessoas (Kohli, 2000, p.117), funcionando mais como uma estratégia do que como uma inevitabilidade.

Quanto mais uma sociedade humana se torna diferenciada das restantes, mais necessitará de uma identidade coletiva, pelo que as identidades coletivas variam em função da estrutura do sistema de relações sociais indiretas (Eder, 2009, p. 430). A Europeização veio alterar significativamente esta estrutura relacional ao nível da UE, evidenciando os efeitos gerados pelos novos fluxos de interações verticais e horizontais, que anteriormente não faziam parte da realidade social europeia e que poderiam pressupor uma maior uniformização ao nível da pertença e da identidade. Ademais, a livre circulação e a transferência de lealdades vieram, com efeito, alterar substancialmente a forma como os cidadãos dos vários Estados-membros se percecionam mutuamente e complexificar a sua construção identitária social e coletiva, ainda que sem se verificar uma homogeneização generalizada. Deste modo, este conjunto de transformações condicionou os sentimentos resultantes da experiência social no contexto europeu para estes indivíduos, isto é, o seu sentimento de pertença que, por sua vez, condicionou e condicionará o modo como estes se percecionam enquanto grupo intrinsecamente plural (*demoi*), bem como a sua atitude perante a integração europeia. Creio estar, portanto, assim justificada a pertinência da conjugação destes eixos problemáticos aquando do estudo da identidade europeia.

4.2.1. Principais correntes do debate sobre a identidade europeia: universalismo VS particularismo

Com o objetivo de ajudar a esclarecer algumas das muitas questões ainda por responder no âmbito da identidade têm, nos últimos anos, surgido algumas teorias e classificações em torno do tópico da identidade europeia que, apesar de recente, tem vindo a adquirir

bastante popularidade no meio científico. Os principais modelos dividem-se entre visões mais particularistas e visões mais universalistas. De entre estes modelos destacarei o cosmopolitismo, que procura conciliar ambas as visões.

O debate entre visões universalistas e particularistas não é novo, nem exclusivo ao tópico da identidade, tendo sido aplicado a outros conceitos como, por exemplo, a cidadania. Os modelos universalistas estão geralmente ligados a visões mais “finas”²¹³, isto é, com menos atributos associados e que, por poderem ser muito facilmente aplicáveis, correm o risco de reduzir a construção de um conceito a um conjunto mínimo de valores, que poderá conduzir a simplificações excessivas e imprecisões. Por sua vez, os modelos particularistas, geralmente associados a visões mais “espessas”²¹⁴, exigem um mais vasto conjunto de atributos na construção de um conceito e correm, por isso, o risco de ser demasiado exclusivos, no limite impedindo a sua aplicação a um caso concreto. Convirá, portanto, neste caso para a definição de identidade europeia, que se procure construir um conceito mais equilibrado e que não se incorra em nenhum dos perigos acima mencionados, associados aos extremos de cada um destes modelos.

Ao longo das últimas décadas, vários foram os investigadores que procuraram encontrar este equilíbrio, alguns pendendo mais para uma lógica universalista, como J. Habermas (1976), outros apostando em pontos de vista mais específicos como, por exemplo, a psicologia social (Tajfel, 1981) ou a teoria sociológica de identidade (Giddens, 1991) mas, regra geral, todos foram mantendo alguns pontos em comum. Em primeiro lugar, percecionam a identidade como algo dinâmico, não estático, que pode sempre ser alvo de transformações. Este parece-me um ponto fulcral no entendimento da identidade no geral e em particular na UE, na medida em que somente partindo desta premissa se poderá ter realmente em consideração os impactos circunstanciais e subjetivos de determinadas opções, tanto pessoais, como coletivas que conservam o potencial de alterar tanto minimamente, como radicalmente as perceções de cada um e do coletivo sobre a(s) sua(s) identidade(s). Seguidamente, a investigação tem tendido a convergir em torno da ideia de que a identidade deverá ser concebida como uma estrutura simbólica que fornece competências importantes aos indivíduos, tais como a noção de continuidade e consistência (Jacobs & Maier, 1998, p.15). Ainda que esta última ideia

²¹³ Tradução livre de “thin”.

²¹⁴ Tradução livre de “thick”.

possa parecer algo contrastante com a primeira, defenderia que, com efeito, se reforçam mutuamente. Ora, se concebermos a identidade como dinâmica, faz sentido que lhe reconheçamos permeabilidade à alteração de circunstâncias (em qualquer escala) porém, para que tal faça realmente sentido, teremos também de admitir a possibilidade de muitos dos seus traços gerais (nomeadamente os símbolos) se conservarem ao longo do tempo, sendo tão mais provável que tal aconteça quanto mais desenvolvida e estabilizada se encontrar a identidade em questão. Por fim, tem-se também atribuído destaque aos aspetos sociais da identidade que são, tal como tenho vindo a demonstrar, absolutamente imprescindíveis aquando do estudo da identidade europeia, uma vez que esta funcionará essencialmente como uma construção social com base num campo de símbolos, valores, normas e comportamentos partilhados.

4.2.2. Principais correntes do debate sobre a identidade europeia: cosmopolitismo

Gerard Delanty (2002) defende uma “reconciliação” entre o universalismo e o particularismo, afirmando que os principais modelos de identidade europeia existentes padecem ou de uma preocupação excessiva com o carácter “fino” ou “espesso” da identidade²¹⁵ ou então, como aponta ao modelo do *pragmatismo*²¹⁶, simplesmente não oferecem uma alternativa viável. Esta noção de reconciliação vai de encontro à supramencionada necessidade de equilibrar estas duas principais tendências, simultaneamente mantendo critérios culturalmente “espessos” que evitem uma neutralidade concetual, mas sem que se incorra em xenofobias e racismos, protegendo o pluralismo interno e promovendo a inclusividade. Para responder a esta necessidade, Delanty avança com uma conceção alternativa que designa como cosmopolitismo.

O termo “cosmopolitismo” poderá ser geralmente definido como a “qualidade do que é próprio de todos os países”²¹⁷ tendo, no entanto, adquirido aplicações específicas a áreas como a Filosofia e as Relações Internacionais (RI). No âmbito das RI foi em seu torno

²¹⁵ Dos quais Delanty aponta, designadamente, o universalismo moral, o universalismo pós-moral e o particularismo cultural, sobre os quais reflete criticamente.

²¹⁶ Modelo que procura um distinto modo de vida Europeu, com base nos seus aspetos mais pragmáticos da vida em sociedade, isto é, os aspetos económicos e sociais (Delanty, 2002, p.351).

²¹⁷ “*cosmopolitismo*”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [online], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/cosmopolitismo> [consultado em 27-05-2021]

criada toda uma escola de pensamento, em que se pressupõe que a essência da sociedade internacional é definida em termos de laços sociais que unem pessoas, comunidades e sociedades²¹⁸. Através destas definições é possível observar a importância que a tolerância e o respeito pelo pluralismo desempenham na definição deste conceito, bem como a maior flexibilidade na construção de comunidades sociais que lhe está associada, permitindo mais facilmente albergar interações sociais e institucionais tão peculiares quanto as pressupostas por um modelo como o da União Europeia.

Por sua vez, Delanty define o cosmopolitismo como uma consciência pós-nacional reflexiva, que se consubstancia nas práticas sociais reais das sociedades europeias contemporâneas (Delanty, 2002, p.355). O autor defende que este modelo permite uma aplicação prática à realidade da UE, na medida em que permite equilibrar a sua componente dual que compreende a ordem universal do *cosmos*²¹⁹ e a ordem particular da *polis*²²⁰. Para este efeito, Delanty adota uma perspectiva mais holística, tendo em consideração todos os medos, traumas e conflitos que têm influenciado a construção europeia ao longo do tempo, nomeadamente aquela que designa como a “constante negociação da diferença”, vendo a identidade europeia não como a expressão de uma cultura partilhada, mas como um reconhecimento da própria diferença, assente na capacidade de ver o *outro* dentro do *self* e de se ver a si próprio como o *outro* (Delanty, 2002, p.354). Como se poderá tornar desde já evidente, esta noção alinha-se muito proximamente com alguns dos conceitos trabalhados nos capítulos anteriores, nomeadamente, com o conceito de *self* e com a própria noção de uma irredutibilidade do pluralismo interno da UE admitida pela tese da *demoicracia*.

Serão, portanto, vários os contributos extraíveis a partir desta proposta de modelo de identidade europeia no contexto da abordagem que tenho aqui vindo a desenvolver. Para este efeito, gostaria ainda de destacar a importância de algumas outras conclusões assinaladas por Delanty. Primeiramente, a ideia de que a pluralização cultural e a justiça social são dimensões importantes da Europeização (Delanty, 2002, p.356), algo que se coaduna otimamente com a ideia que procurei destacar no capítulo anterior de que a vertente social da Europeização pode ser realmente um ponto-chave na compreensão de

²¹⁸ *Cosmopolitanism* in *Encyclopedia Britannica* [online]. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/cosmopolitanism-international-relations> [Acedido a 27 de maio de 2021].

²¹⁹ Uma ordem natural do universo.

²²⁰ É necessário equilibrar estes dois elementos para que se evite incorrer em excessos (Delanty, 2000).

determinadas transformações que impactam elementos estruturais de uma comunidade, como é o caso da identidade. Assim, mesmo face à tese de Delanty, fará sentido que se adote um ponto de vista *demoicrático*, reconhecendo a pluralidade interna da UE e o seu impacto no fenómeno da Europeização, não se pressupondo uma coesão absoluta, mas (de acordo com o já exposto) uma “constante negociação da diferença”.

Tudo isto surtirá, naturalmente, efeito nas percepções dos cidadãos de si mesmos e dos outros no seio da UE, afetando as suas emoções, atitudes e comportamentos e, por conseguinte, o seu sentimento de pertença a esta comunidade. Assim, acredito que se vai tornando, nesta fase, cada vez mais evidente como é que todos os elementos que fui introduzindo ao longo desta investigação se conjugam entre si e se apresentam como pertinentes no estudo da identidade europeia. Creio que, de acordo com o evidenciado, a perspetiva de Delanty fornece alguns pontos essenciais de ligação entre estes elementos e suporta o tipo de argumento que pretendo aqui constituir. Tal verifica-se, nomeadamente, a partir da sua noção de que a identidade europeia deverá ser concebida tendo em consideração um modelo de valores mais ativo e flexível, que exclui formas mais simplistas e mecânicas de construção de identidade (Delanty, 2002, p.357). Este ponto é absolutamente fundamental no contexto da UE, pois só a partir deste pressuposto se poderá conceber a identidade como algo permeável às transformações pessoais, sociais, políticas e económicas que vão ocorrendo e que justificam a evolução das percepções dos cidadãos europeus face à adequação e desejabilidade das diversas interações verticais e horizontais que, consequentemente, poderão (ou não) criar um contexto mais propício à construção de uma identidade coletiva europeia.

Recapitulando, o cosmopolitismo de Delanty compreende traços das duas visões tradicionais (universalismo e particularismo), enfatizando o papel da pluralização e encarando a construção de uma identidade europeia como algo fluído e permeável às circunstâncias e à ação dos atores sociais. Ora, o cosmopolitismo enquanto conceito das RI vê as pessoas como cidadãos do mundo e não de um Estado-nação particular. Ainda que não acredite que tal possa ser interpretado de forma literal e absoluta, pelas profundas implicações legais e políticas que tal teria, considero que cada vez mais se tem observado uma integração na rede de comunicações cosmopolita dentro dos vários Estados-nação (Inglehart, 1970, p.56) que poderá efetivamente contribuir para um desenvolvimento de condições propícias à construção de uma identidade europeia mais plena que, não ameaçando necessariamente o paradigma da identidade nacional, poderá

transformá-lo substancialmente, adaptando-o aos impactos da Europeização.

4.3. Existirá realmente uma identidade europeia?

Tendo tudo isto em mente, creio estar em condições de declarar que não se poderá admitir a existência de uma identidade europeia com o mesmo patamar de robustez que, por exemplo, uma identidade nacional. Contudo, creio que também não se poderá afirmar que não existe qualquer tipo de identidade europeia, pois existe efetivamente um conjunto de elementos que indiciam, no mínimo, a existência de condições para que tal se construa. Proporia, com base em tudo o que tenho aqui vindo a trabalhar, a seguinte conceção da identidade europeia: algo, por suposição, desejável no âmbito do aprofundamento da integração europeia, porém que constitui um processo ainda em curso, cujo almejado sucesso terá por base a promoção de interações sociais (verticais e horizontais) que respeitem a pluralidade interna do *demos* e que aumentem a perceção coletiva de encaixe, isto é, que reforcem o sentimento de pertença europeu. Em suma, não se podendo, no presente, declarar uma existência inequívoca da mesma, o meu argumento é de que, no futuro, caso se deseje, será efetivamente possível construir uma identidade europeia no seu sentido mais pleno, desde que se respeite a natureza *demoicrática* da UE e se crie condições para um aprofundamento do sentimento de pertença europeu.

Para chegar a esta conclusão procurei absorver todos os contributos relevantes fornecidos pela literatura, bem como pela análise da estatística disponível. O modelo do cosmopolitismo lançado por Delanty, apesar de não ter, a meu ver, a designação mais adequada²²¹ e de falhar no aprofundamento do papel das emoções, sentimentos e atitudes dos cidadãos europeus na construção de uma identidade coletiva, fornece a ideia-chave de que “a identidade europeia não é uma identidade já existente, propriedade da ficção de um ‘povo europeu’, mas um processo mais difuso e aberto de experimentação cultural e institucional” (Delanty, 2002, p.357) e salienta a importância da “constante negociação da diferença” (Delanty, 2002, p.354). Estas noções de

²²¹ O cosmopolitismo vê as pessoas como cidadãos do mundo e, neste caso, o argumento de Delanty prende-se com a ideia de os residentes dos Estados-membros se poderem ver como cidadãos além da nação, mas dentro da comunidade política europeia, logo, talvez um “europolitismo” pudesse ter sido mais adequado.

negociação e de dinamismo da identidade²²² são fundamentais para que se possa compreender como é que o *demoi* interage e permite a introdução de transformações profundas naquelas que seriam as conceções tradicionais de ordem e comunidade política, ainda que com significativas variações internas. Acredito que somente partindo deste pressuposto se poderá entender o progresso logrado até agora, fazer um balanço daqueles que terão sido pontos de falha, justificar as variações no seio do *demoi* e conjecturar aquilo que poderá ser determinante na construção de uma identidade europeia no seu sentido mais pleno.

²²² Este dinamismo, tal como referido anteriormente, tende a ser algo relativamente consensual na literatura.

CONCLUSÃO

Em traços gerais, aquilo que aqui pretendo argumentar é que, não se podendo, no presente, declarar a existência de uma identidade coletiva europeia plena, isso não significa que tal não se possa vir a verificar no futuro. Se atentarmos nos dados estatísticos descritos e nas explicações fornecidas, tornar-se-á acessível denotar que, se as tendências de evolução do sentimento de pertença dos residentes nos Estados-membros se mantiverem será, prospetivamente possível construir uma identidade europeia no seu sentido mais pleno. Ora, para este efeito, tal como demonstrado e argumentado, será vital que se respeite a natureza fundamentalmente *demoicrática* da UE e que se crie condições para um aprofundamento do sentimento de pertença europeu.

A União Europeia é uma construção verdadeiramente inédita e complexa e quando a ela procuramos associar questões essencialmente abstratas como a identidade, torna-se particularmente desafiante desenhar conclusões compreensivas e que não falhem na consideração de todos os aspetos relevantes ao seu estudo. Claro que grande parte desta avaliação terá necessariamente de implicar a consideração de pontos de vista subjetivos, pois não havendo correspondentes materiais diretos, algumas opções têm de ir sendo tomadas, tendo esta investigação estado, naturalmente, sujeita a este tipo de posicionamentos que, aliás, fui sempre procurando descrever e justificar. Reconheço, portanto, desde já, que não almejo aqui alcançar uma verdade absoluta ou inquestionável sobre este assunto, mas sim fornecer uma nova perspetiva sobre este debate, neste caso através da conceção da ordem política europeia como uma *demoicracia* e da atribuição de especial enfoque ao sentimento de pertença. Idealmente, espero ter ajudado a dissipar algumas das mais comuns confusões concetuais neste domínio e ter contribuído com observações úteis à desmistificação daquilo em que poderá vir a consistir uma identidade coletiva europeia.

A velocidade vertiginosa de mudança à qual a nossa realidade política e social está sujeita dificulta, em grande medida, o alcance de conclusões que se mantenham relevantes por um longo período de tempo. Por esta mesma razão, é imprescindível que se proceda a uma permanente crítica e revisão do material académico existente, de modo a que, enquanto comunidade científica, possamos alcançar conclusões mais refinadas e atualizadas. Ao longo desta dissertação fui procurando fazer jus à complexidade e

sensibilidade exigidas no tratamento de questões tão abstratas e subjetivas como a identidade e o sentimento de pertença, tendo em particular atenção os contributos disponibilizados pela literatura que me precede.

Dediquei um longo capítulo à descrição e explicação do termo e conceito “identidade”, pois sendo este um tópico compósito e sujeito a múltiplas interpretações e derivações, qualquer lacuna na sua explicação poderia implicar uma análise inadequada do subtópico da identidade europeia. A identidade, no geral, tem sido um tema largamente debatido e estando intimamente ligado à Sociologia, não poderá ser também ignorada a sua relação com a Psicologia e, em particular, com a Psicanálise. Neste âmbito, prestei especial atenção à noção de “*self*” e ao conceito de identidade pessoal, bem como às principais abordagens aplicadas ao estudo de identidade, concluindo que seria substancialmente insensato apontar uma definição única de identidade. Aliás, muitas das questões base de identidade como, por exemplo, “quem sou eu?”, “quem somos nós?” (e todas as suas derivações) encontram-se, na sua essência, ainda por responder e, muito provavelmente assim permanecerão. Será, portanto, fundamental que – na ausência de uma definição única – deste capítulo se retenha a importância das interações sociais e das perceções mútuas e pessoais nas construções de identidade; não negligenciando o impacto das transformações sociais infligidas pelo mundo pós-moderno à realidade de cada um e que, em grande medida, afetam os processos de construção de identidades.

Tal como demonstrado, esta ideia é exportável para a realidade da UE e encontra-se de acordo com o conteúdo dos eixos problemáticos por mim seleccionados, uma vez que tanto o sentimento de pertença como a *demoicracia* procuram ter em consideração elementos sistémicos para além das disposições formais e contemplam a vertente social e emocional da integração europeia. No capítulo dedicado ao sentimento de pertença, refleti sobre os vários tipos de grupos sociais e respetivas classificações e avancei, ainda, com uma definição de trabalho para este conceito: “o sentimento resultante da experiência social num determinado grupo ou sistema social, que se traduz numa perceção de encaixe face a um referente externo, observável através de referentes comportamentais e discursivos”. Em suma, esta definição procura fazer transparecer a multiplicidade de aspetos a ter em conta na utilização deste termo, sendo aqui fundamental reter as noções de experiência social, perceção de encaixe e os comportamentos e discursos associados. Por fim, tendo isto em conta, e através da análise de variáveis e de uma reflexão teórica aprofundada, verificámos que, no seio da UE, este sentimento se tem vindo a intensificar e que será,

portanto, expectável que, se esta tendência se mantiver, estas circunstâncias propiciem a construção de uma identidade europeia no seu sentido mais pleno.

No período sob análise, será seguro afirmar que a própria identidade nacional dos Estados-membros e dos seus residentes acaba por sofrer uma significativa transformação social, uma vez que as noções de grupo e pertença se foram alterando, nomeadamente com as respetivas adesões à UE, apresentando-se novas lógicas e desafios, que implicaram adaptações e cedências das várias partes, de modo a que a pluralidade interna não se tornasse socialmente inoportável. Ora, tal terá naturalmente afetado as conceções políticas e sociais dos vários atores e agentes envolvidos, pelo que no terceiro capítulo – e na linha anteriormente referida de busca por um respeito e consideração à literatura prévia – optei por recorrer diretamente ao trabalho de K. Nicolaïdis sobre as conceções da ordem política europeia, nele assentando um dos principais eixos problemáticos desta investigação: a *demoicracia*. Tal como anteriormente explicado, esta teoria assenta na visão da UE enquanto uma pluralidade de povos (*demoi*)²²³ que governam juntos, mas não como um só (Nicolaïdis, 2013, p.254) e surgiu da tentativa de se criar uma alternativa às visões que identificavam a ausência total de um *demos* europeu como algo problemático (Nicolaïdis, 2013, p. 251). A inovação da autora residiu na defesa da ideia de que a democracia europeia não terá necessariamente de reinventar o modelo estatocêntrico e que poderá, por conseguinte, consagrar diferentes configurações identitárias, havendo, portanto, uma necessidade de evoluir de uma procura por uma identidade coletiva para a partilha de identidades. Esta “terceira via” apresenta noções absolutamente chave na compreensão do meu argumento final, na medida em que resiste à noção da existência de uma única identidade coletiva europeia, vendo a UE como uma ‘comunidade de outros’ (Weiler, 1991 citado em Nicolaïdis, 2013, p.248) que cooperam estritamente entre si, mas que não representam um único *demos*. Esta tolerância concetual afigura-se absolutamente vital para que se compreenda o passado e o futuro do processo de integração europeia e, claro, a própria prospeção de construção de uma identidade coletiva europeia.

Tendo estes dois eixos em consideração é, então, crucial que se compreenda que interação não significa necessariamente assimilação, podendo-se mesmo afirmar que o *demoi*, ainda que progressivamente homogeneizado em determinados aspetos – como seria de

²²³ Entendidos enquanto Estados e cidadãos.

resto expectável enquanto consequência do processo de integração – conserva ainda particularidades identitárias que refletem as características e trajetos individualizados de cada povo. Concebendo a UE como socialmente construída, esta pluralidade interna terá necessariamente influência na forma como os Estados e os indivíduos percecionam e recebem a transformação impulsionada pelo projeto europeu – i.e. a Europeização – e consequentemente na forma como projetam as suas expectativas, desenvolvem os seus sentimentos de pertença e constroem as suas identidades. É, portanto, esta uma das principais bases para o argumento central desta investigação que postula uma inexistência de uma identidade coletiva europeia plena na atualidade, porém que vaticina a sua construção futura, caso se verifique uma continuidade nas tendências observadas nos últimos anos e se dedique maior atenção às idiossincrasias sociais do projeto europeu.

Torna-se, nesta fase, incontornável a complexidade associada ao estudo da identidade e às suas múltiplas interpretações e derivações. A aplicação deste conceito à UE tem sido significativamente contestada na comunidade científica, havendo quem, assumindo um ponto de vista mais essencialista²²⁴, descarte completamente esta hipótese, defendendo que não existe um povo, nem uma história que possa funcionar como base para a construção de uma identidade comum. Considero esta perspetiva excessivamente radical, pois, tal como previamente mencionado, acredito que as identidades funcionam numa lógica de camadas e que, portanto, não têm de ser mutuamente exclusivas ou conflituosas. Ademais, os cidadãos poderão desenvolver um sentimento de pertença igualmente forte a mais do que uma comunidade, sem terem necessariamente de optar por somente uma delas enquanto a sua identificação primária (Risse, 2009, p.151). Não obstante, pelas razões que fui expondo ao longo deste artigo, não considero que no seio da UE este sentimento de pertença seja ainda equiparável ao nacional, não se tendo ainda realmente construído uma identidade coletiva europeia no seu sentido pleno.

Adotei uma perspetiva multidisciplinar (tal como é notório principalmente no primeiro capítulo), pois acredito que tal me permitiu uma vantagem analítica adicional no estudo de um tópico tão sensível e elusivo como a identidade europeia. Todas as abordagens que fui adotando e as conclusões a que fui chegando ao longo deste estudo permitiram constatar que, não existindo ainda uma identidade coletiva europeia no seu sentido mais pleno, caso se deseje que tal se venha a observar no futuro europeu, é crucial que se tenha

²²⁴ Estabelecendo uma ligação causal entre "cultura" e "identidade" (Risse, 2009, p.151).

em consideração as dimensões analíticas fornecidas pelo sentimento de pertença e pela *demoicracia*. O interesse analítico futuro residirá, acredito, no facto de que, tendo tudo isto em conta, se poderá vir a desbloquear determinadas conexões entre abstração e empiria, potencialmente conduzindo ao estabelecimento de ilações ainda mais profícuas e eventualmente extrapoláveis a outras versões e variações do mesmo tipo de estudo.

Ressalvo, contudo, que a validade atribuída aos argumentos desta investigação estará evidentemente condicionada pelas diferentes perspetivas que se possa deter sobre o futuro da integração europeia, estando também suscetível ao impacto de acontecimentos extraordinários no curso da vida política, social e económica da UE. Esta perspetiva que aqui apresento é, portanto, uma prospeção hipotética, com todas as condicionantes que a esta categoria de argumento estão associadas, pretendendo-se aqui essencialmente abrir a discussão sobre o futuro da identidade europeia, a desejabilidade da prossecução da sua construção e sobre quais os elementos que a poderão afetar (nomeadamente o sentimento de pertença e a *demoicracia*). Aberta a discussão futura encontra-se também, entre outras questões, a questão da legitimidade de aplicação de políticas públicas que deliberadamente pretendam influenciar os sentimentos e atitudes dos cidadãos europeus. Será já esta lógica aplicada noutros planos? Será esta desejável? Viável? Justa? Inevitável? Todas estas se afiguram como indagações plausíveis e que acredito que só poderão ser respondidas através da abertura da sua discussão pública e do aprofundamento da sua investigação.

A relativa fluidez da trajetória do projeto europeu é, assim, a meu ver, tanto a sua maior vantagem, como o seu maior risco. Num cenário anterior, em que a cooperação se centrava no domínio comercial e económico, era mais fácil admitir a total inexistência ou até mesmo a implausibilidade de uma identidade europeia. Por sua vez, num cenário plenamente federal, seria mais simples categorizar o modelo de integração europeu e construir a sua identidade coletiva a partir da comparação com outras federações. Contudo, a partir da observação das transformações sociais e identitárias evidenciadas até agora pela Europeização e no atual ponto de integração – que não corresponde exatamente a nenhum destes cenários – torna-se significativamente mais difícil ou, a meu ver, até mesmo imprudente admitir já a existência de uma identidade coletiva europeia plena. Ainda assim, nas palavras de Nicolaïdis, “o sentimento de pertença e compromisso para com a União Europeia deve basear-se no facto de *fazer* mais do que o *ser*, em projetos e

ambições partilhadas, tanto internas como externas” (Nicolaïdis, 2004, p.85), pelo que existe ainda, em princípio, um caminho que poderá ser percorrido neste sentido.

A Europa é um espaço com histórias contestadas e é através da contestação que as histórias que se encadeiam podem ser contadas e o mesmo acaba por acontecer no plano das identidades. Assim, a complexa identidade da UE só poderá ser projetada tendo em conta todas as suas incertezas, ambiguidades e contradições (Jacobs & Maier, 1998, p.13). À vista disso, não me é possível prever quais os futuros efeitos da Europeização ou se algum dia iremos realmente contar com uma identidade coletiva europeia no seu sentido pleno e se tal dependerá da evolução para um modelo federal ou não. Contudo, aquilo que mais seguramente posso afirmar é que a União Europeia é por excelência a casa da diversidade pelo que, mesmo que tal dê origem a uma maior complexidade identitária, considero-a como algo essencialmente positivo, pois o seu reconhecimento e aceitação possibilitam a coexistência dos vários *demos*, sem implicar uma homogeneização absoluta ou exclusão entre si, promovendo a tolerância e a aceitação mútua.

BIBLIOGRAFIA

- Allen, KA. [et al]. (2021). The psychometric evaluation of the sense of belonging instrument (SOBI) with Iranian older adults. *BMC Geriatrics*, 21(211), pp.1-8. DOI: 10.1186/s12877-021-02115-y.
- Anant, S.S. (1966). The need to belong. *Canada's Mental Health*, 14(2), pp.21-27.
- Anant, S. S. (1967). Belongingness, Anxiety and Self-Sufficiency: Pilot Study. *Psychological Reports*, 20, pp.1137–1138. DOI: 10.2466/pr0.1967.20.3c.1137.
- Baglioni, S. & Hurrelmann, A. (2016). The Eurozone crisis and citizen engagement in EU affairs. *West European Politics*, 39(1), pp.104-124. DOI: 10.1080/01402382.2015.1081507.
- Bergbauer, S. (2018). The Relevance of a Common European Identity Among the Citizens of Europe. In S. Bergbauer, ed. 2018. *Explaining European Identity Formation*. Frankfurt: Springer International Publishing. Ch.1. DOI: 10.1007/978-3-319-67708-8.
- Besselink, L. (2010). National and constitutional identity before and after Lisbon. *Utrecht Law Review*, 6(3), pp.36-49.
- Boomgaarden, H. G. [et al]. (2011). Mapping EU attitudes: Conceptual and empirical dimensions of Euroscepticism and EU support. *European Union Politics*, 12(2), pp.241–266. DOI: 10.1177/1465116510395411.
- Bruter, M. (2004). On what citizens mean by feeling ‘European’: perceptions of news, symbols and borderless-ness. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 30(1), pp.21-39. DOI: 10.1080/1369183032000170150.
- Bruter, M. (2009). Time Bomb? The Dynamic Effect of News and Symbols on the Political Identity of European Citizens. *Comparative Political Studies*, 42(12), pp.1498-1536. DOI: 10.1177/0010414009332465.
- Bulmer, S. (2008). Theorizing Europeanization. In Graziano P., Vink M.P, eds. 2008. *Europeanization*. London: Palgrave Macmillan. pp.46-58. DOI: 10.1057/9780230584525_4.
- Chandler, D. (1994). *Semiotics for Beginners*. [online] Disponível em: <http://www.aber.ac.uk/media/Documents/S4B/> [acedido a 23/03/2021].

- Checkel, J. T. (1999). Social construction and integration. *International Organization*, 55(3), pp. 553-588. DOI: 10.1080/135017699343469.
- Checkel, J. T. (2001). Why Comply? Social Learning and European Identity Change. *Journal of European Public Policy*, 6(4), pp.545-560.
- Cheneval, F., Lavenex, S. & Schimmelfennig, F. (2015). Demoi-cracy in the European Union: principles, institutions, policies. *Journal of European Public Policy*, 22(1), pp.1-18. DOI: 10.1080/13501763.2014.886902.
- Cheneval, F. & Nicolaïdis, K., (2016). The social construction of demoicracy in the European Union. *European Journal of Political Theory*, 16(2), pp.235-260. DOI: 10.1177/1474885116654696.
- Cheneval, F. & Schimmelfennig, F. (2013). The Case for Demoicracy in the EU. *Journal of Common Market Studies (JCMS)*, 51(2), pp.334-350. DOI: 10.1111/j.1468-5965.2012.02262.x.
- Choenarom, C., Williams, R. A., & Hagerty, B. M. (2005). The role of sense of belonging and social support on stress and depression in individuals with depression. *Archives of Psychiatric Nursing*, 19, pp.18–29.
- Clark, N. & Hellwig, T. (2012). Information effects and mass support for EU policy control. *European Union Politics*, 13(4), pp.535–557. DOI: 10.1177/1465116512441506.
- Cooley, C. H. (1902). Human nature and the social order. EUA: Charles Scribner's sons.
- Cresswell, M.J. (2006). From Modal Discourse to Possible Worlds. *Stud Logica*, 82(1), pp.307–327. DOI: 10.1007/s11225-006-8099-5.
- Davies, B. (2011). Giving EU Citizens a voice: Regulation 211/2011 on the EU Citizen's Initiative. *Journal of Social Welfare and Family Law*, 33(3), pp.289-295. DOI: 10.1080/09649069.2011.626253.
- Davies, G. T., & Rostek, K. (2007). The impact of union citizenship on national citizenship policies. *Tulane Civil and European Law Forum*, 22, pp.89-156.
- Delanty, G. (1997). Models of citizenship: Defining European identity and citizenship. *Citizenship Studies*, 1(3), pp.285-303. DOI: 10.1080/13621029708420660.
- Delanty, G. (2000). *Citizenship in the global age: culture, society and politics*.

Buckingham: Open University Press.

- Delanty, G. (2002). Models of European identity: Reconciling universalism and Particularism. *Perspectives on European Politics and Society*, 3(3), pp.345-359. DOI: 10.1080/15705850208438841.
- Delanty, G. (2005). What does it mean to be a ‘European’?. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, 18(1), pp.11-22. DOI: 10.1080/1351161042000334763.
- Durkheim, E. (1897/1963). *Suicide*. New York: Free Press.
- Eder, K. (2009). A Theory of Collective Identity Making Sense of the Debate on a ‘European Identity’. *European Journal of Social Theory*, 12(4), pp.427–447. DOI: 10.1177/1368431009345050.
- Erikson, E. H. (1956). The problem of ego identity. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 4, pp.56-121.
- Falanga, R. (2018). Critical trends of citizen participation in policymaking. Insights from Portugal. In M. C. Lobo, F. C. da Silva e J. P. Zúquete, eds. 2018. *Changing Societies: Legacies and Challenges. Citizenship in Crisis*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. pp. 295-318. DOI: 10.31447/ics9789726715047.12
- Fidalgo, A. (1999). Semiótica Geral. [pdf] Universidade da Beira Interior. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-antonio-semiotica-geral.pdf>> [Acedido a 23/03/2021].
- Finnemore, M. & Sikkink, K. (2001). Taking stock: The constructivist research program in international relations and comparative politics. *Annual Review of Political Science*, 4, pp.391-416.
- Fligstein, N., Polyakova, A. & Sandholtz, W. (2012). European Integration, Nationalism and European Identity. *Journal of Common Market Studies (JCMS)*, 50(1), pp.106-122.
- Foucault, M. (1997a)). The Ethics of Concern for the Self as a Practice of Freedom. In Paul Rabinow, ed. 1997. *Essential Works of Foucault, vol. 1, Ethics: Subjectivity and Truth*. New York: New Press. pp.281-301.
- Foucault, M., (1997b)). Sex, Power, and the Politics of Identity. In Paul Rabinow, ed. 1997. *Essential Works of Foucault, vol. 1, Ethics: Subjectivity and Truth*. New York: New Press. pp.163-173.
- Frege, G. (1960). The foundations of arithmetic. New York: Harper Torchbooks.

- Fukuyama, F. (2006). Identity, Immigration, and Liberal Democracy. *Journal of Democracy*, 17(2), pp.5–20.
- Gibbard, A. (1975). Contingent Identity. *Journal of Philosophical Logic*, 4(2), pp.187-221.
- Giddens, A. (1991). Modernity and Self-Identity – Self and Society in the Late Modern Age. Cambridge: Polity Press.
- Giesen, B. & Seyfert, R. (2016). Collective identities, empty signifiers and solvable secrets. *European Journal of Social Theory*, 19(1), pp.111–126. DOI: 10.1177/1368431015573364.
- Graziano, P. & Vink, M. P. (2013). Europeanization: Concept, Theory, and Methods. In Bulmer, S., Lesquene, C., eds. 2013. *The Member States of the European Union*. Oxford: Oxford University Press, 2ª edição, pp.31-54.
- Hagerty B. M., Lynch-Sauer J., Patusky K. L., Bouwsema M. & Collier P. (1992). Sense of belonging: a vital mental health concept. *Archives of Psychiatric Nursing*, 6(3), pp.172-177. DOI: 10.1016/0883-9417(92)90028-h.
- Hagerty, B., & Patusky, K. (1995). Developing a Measure Of Sense of Belonging. *Nursing Research*, 44, pp.9–13.
- Hagerty, B. M., Williams, R. A., Coyne, J. C., & Early, M. R. (1996). Sense of belonging and indicators of social and psychological functioning. *Archives of Psychiatric Nursing*, 10(4), pp.235–244. DOI: 10.1016/S0883-9417(96)80029-X.
- Hermans, H. J. M. (2002). The Dialogical Self as a Society of Mind: Introduction, Theory & Psychology, 12(2), pp.147–160. DOI: 10.1177/0959354302122001.
- Hogg, M. A., Abrams, D. & Brewer, M. B. (2017). Social identity: The role of self in group processes and intergroup relations. *Group Processes & Intergroup Relations*, 20(5), pp.570–581. DOI: 10.1177/1368430217690909.
- Hooghe, L. (2005). Several Roads Lead to International Norms, but Few via International Socialization: A Case Study of the European Commission. *International Organization*, 59(4), pp.861-898.
- Hüller, T. (2016). Out of time? The democratic limits of EU democracy. *Journal of European Public Policy*, 23(10), pp.1407-1424. DOI: 10.1080/13501763.2015.1088563.

- Hurrelmann, A. (2016). *Demoi-cratic citizenship in Europe: an impossible ideal?*. *Journal of European Public Policy*, 22(1), pp.19–36. DOI: 10.1080/13501763.2014.881413.
- Inglehart, R. (1970). Cognitive Mobilization and European Identity. *Comparative Politics*, 3(1), pp.45–70.
- Ivic, S. (2011). Postmodern Liberal Concept of Citizenship. In R. Danisch, ed. 2011. *Citizens of the World: Pluralism, Migration and Practices of Citizenship*. Belgrade: Rodopi. pp.1-18. DOI: 10.1163/9781848880214_003.
- Jacobs, D. & Maier, R. (1998). European identity: construct, fact and fiction. In, M. Gastelaars & A. de Ruijter, eds. 1998. *A United Europe. The Quest for a Multifaceted Identity*. Maastricht: Utrecht University. pp.13-34.
- James, W. (1890). *The Principles of Psychology*. New York, NY: H. Holt and Company.
- Kaelberer, M. (2004). The Euro and European Identity: Symbols, Power and the Politics of European Monetary Union. *Review of International Studies*, 30(2), pp.161-178.
- Kaelble, H. (2009). Identification with Europe and politicization of the EU since the 1980s. In: J. Checkel, & P. Katzenstein, eds. 2009. *European Identity*. UK: Cambridge University Press. pp. 193-212.
- Keefe, R. (1995). Contingent Identity and Vague Identity. *Analysis*, 55(3), pp.183-190. DOI:10.2307/3328578.
- Kestenberg, M. & Kestenberg, J. S. (1988). The sense of belonging and altruism in children who survived the Holocaust. *Psychoanalytic Review*, 75, pp.533-560.
- Kitanova, M. (2020). Youth political participation in the EU: evidence from a cross-national analysis. *Journal of Youth Studies*, 23(7), pp.819-836. DOI: 10.1080/13676261.2019.1636951.
- Kohli, M., (2000). The Battlegrounds of European Identity. *European Societies*, 2(2), pp.113-137. DOI: 10.1080/146166900412037.
- Kohut, H. (1977). *The Restoration of the Self*. New York: International Universities Press.
- Laclau, E. (1992). Universalism, Particularism, and the Question of Identity. *October*, 61, pp.83-90. DOI: 10.2307/778788.
- Leary, M. R. [et al]. (2013). Construct Validity of the Need to Belong Scale:

- Mapping the Nomological Network. *Journal of Personality Assessment*, 95(6), pp.610-624. DOI: 10.1080/00223891.2013.819511.
- Leary, M. R. (2021). The need to belong, the sociometer, and the pursuit of relational value: Unfinished business. *Self and Identity*, 20(1), pp.126-143. DOI: 10.1080/15298868.2020.1779120.
 - Lee, R. M., & Robbins, S. B. (1995). Measuring belongingness: The Social Connectedness Scale and the Social Assurance Scale. *Journal of Counseling Psychology*, 42, pp.232–241.
 - Lewis, M. (1990). Social Knowledge and Social Development. *Merrill-Palmer Quarterly*, 36(1), pp.93-116.
 - López-Bazo, E., Royuela, V., (2017). “Mapping the determinants of EU citizen’s perception and identification” [pdf] Perceive Project. Disponível em: <https://www.perceiveproject.eu/wp-content/uploads/2017/09/PERCEIVE-Project-Deliverable-2.2_Mapping-the-determinants-of-EU-citizen%E2%80%99s-perception-and-identification.pdf>[Acedido a 3 de maio de 2021].
 - Lowe, E. J. (1989). What is a Criterion of Identity?. *The Philosophical Quarterly* (1950-), 39(154), pp.1-21. DOI:10.2307/2220347.
 - Lowe, E. J. (1999). Vague Identity and Quantum Indeterminacy: Further Reflections. *Analysis*, 59(4), pp.328-330.
 - Mackie, P. & Jago, M. (2006). Transworld Identity. In E. Zalta, ed. 2006. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Stanford: Stanford University. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/win2017/entries/identity-transworld/>> [Acedido a 3 de abril de 2021].
 - Malone, G. [et al]. The General Belongingness Scale (GBS): Assessing achieved belongingness. *Personality and Individual Difference*, 52(3), pp.311-316. DOI: 10.1016/j.paid.2011.10.027.
 - Maslow, L.A. (1954). *Motivation and Personality*. New York: Harper.
 - Mates B. (1979). Identity and Predication in Plato. In S. Knuuttila, J. Hintikka, eds. 1979. *The Logic of Being*. Dordrecht: Springer. DOI: 10.1007/978-94-009-4780-1_2
 - McAdams, D. P. (1990). Unity and purpose in human lives: The emergence of identity as a life story. In A. I. Rabin, R. A. Zucker, R. A. Emmons, & S. Frank, eds. 1990. *Studying persons and lives*. Washington: Springer Publishing Co. pp.148–200.
 - Menzel, C. (2013). Possible Worlds. In E. Zalta, ed. 2013. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Stanford: Stanford University. Disponível em:

<<https://plato.stanford.edu/archives/win2017/entries/possible-mundos/>> [Acedido a 3 de abril de 2021].

- Miller, V. (2008). *The European Union Symbols and their Adoption by the European Parliament*. [pdf] House of Commons Library. Disponível em: <<https://commonslibrary.parliament.uk/research-briefings/sn04874/>> [Acedido a 26 de abril de 2021].
- Neisser, U. (1988). Five kinds of self-knowledge. *Philosophical Psychology*, 1(1), pp.35-59. DOI: 10.1080/09515088808572924.
- Neisser, U. (1993). *The Perceived self: Ecological and Interpersonal Sources of Self Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Nicolaïdis, K. (2004). The new constitution as European ‘demoi-cracy’?, *Critical Review of International Social and Political Philosophy*, 7(1), pp.76-93. DOI: 10.1080/1369823042000235985.
- Nicolaïdis, K. (2013a). The Idea of European Demoicracy. In J. Dickson & P. Eleftheriadis, eds. 2013. *Philosophical Foundations of European Union Law*. Oxford: Oxford Scholarship Online. pp.247-274. DOI:10.1093/acprof:oso/9780199588770.001.0001.
- Nicolaïdis, K. (2013b). European Demoicracy and Its Crisis. *Journal of Common Market Studies*, 51(2), pp.351-369. DOI: 10.1111/jcms.12006.
- Noonan, H. (1990). Vague Identity Yet Again. *Analysis*, 50(3), pp.157-162. DOI:10.2307/3328536.
- Noonan, H. & Curtis, B. (2018). Identity. In E. Zalta, ed. 2013. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Stanford: Stanford University. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2018/entries/identity/>> [Acedido a 1 de março de 2021].
- Noonan, H. (2019). Personal Identity. *Disputatio*, 11(56), pp.9-22. DOI: 10.4324/9781315107240.
- Olsen, E. (2008). The origins of European citizenship in the first two decades of European integration. *Journal of European Public Policy*, 15(1), pp.40-57. DOI: 10.1080/13501760701702157.
- Olson, E. T. (2002). Personal Identity. In E. Zalta, ed. 2002. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Stanford: Stanford University. Disponível em:

<<https://plato.stanford.edu/archives/fall2020/entries/identity-personal/>>. [Acedido a 3 de março de 2021].

- Olson, Eric. T. (2012). In search of the simple view. In G. Gasser & M. Stefan, eds. 2012. *Personal Identity: Complex or Simple?*. Cambridge: Cambridge University Press. pp.44–62.
- Olsen, J. (2002). The Many Faces of Europeanization. *Journal of Common Market Studies*, 40(5), pp.921-952.
- Oyserman, D. (2001). Self-concept and identity. In A. Tesser & N. Schwarz, eds. 2001. *The Blackwell Handbook of Social Psychology*. Malden: Blackwell. pp. 499-517.
- Oyserman, D., Elmore, K. & Smith, G. (2012). Self, self-concept, and 2nd identity. In J. Tangney & M. Leary, eds. 2012. *The Handbook of Self and Identity*. New York: Guilford Press. pp 69-104.
- Parlamento Europeu, (2012). *Parlómetro 2012: Síntese analítica*. Bruxelas: Unidade do Acompanhamento da Opinião Pública da Direção-Geral da Comunicação (DG COMM) do Parlamento Europeu. Disponível em <https://www.europarl.europa.eu/at-your-service/files/be-heard/eurobarometer/2013/one-year-to-go-2014-european-elections/analytical-summary/pt-analytical-summary.pdf>
- Parlamento Europeu, (2014). *Parlómetro 2014: Síntese analítica*. Bruxelas: Unidade do Acompanhamento da Opinião Pública da Direção-Geral da Comunicação (DG COMM) do Parlamento Europeu. Disponível em <https://www.europarl.europa.eu/at-your-service/files/be-heard/eurobarometer/2015/parlemeter-2014/analytical-synthesis/pt-analytical-synthesis-parlemeter-2014.pdf>
- Parlamento Europeu, (2015). *Parlemeter 2015: Analytical Overview*. Bruxelas: Public Opinion Monitoring Unit within the Directorate–General for Communication (DG COMM) of the European Parliament. Disponível em <https://www.europarl.europa.eu/at-your-service/files/be-heard/eurobarometer/2015/parlemeter-2015/analytical-overview/en-analytical-overview-part-2-migration-parlemeter-2015-20151130.pdf>
- Parlamento Europeu, (2016). *Parlómetro 2016: Visão analítica - Eurobarómetro especial do Parlamento Europeu*. Bruxelas: Unidade do Acompanhamento da Opinião Pública da Direção-Geral da Comunicação (DG COMM) do Parlamento Europeu. Disponível em <https://www.europarl.europa.eu/at-your-service/files/be->

[heard/eurobarometer/2016/parlemeter-2016/analytical-overview/pt-analytical-overview-parlemeter-2016.pdf](https://www.europarl.europa.eu/at-your-service/files/be-heard/eurobarometer/2016/parlemeter-2016/analytical-overview/pt-analytical-overview-parlemeter-2016.pdf)

- Parlamento Europeu, (2017). *Parlómetro 2017: Uma voz mais forte – pontos de vista dos cidadãos sobre o parlamento e a UE*. Bruxelas: Unidade do Acompanhamento da Opinião Pública da Direção-Geral da Comunicação (DG COMM) do Parlamento Europeu. Disponível em <https://www.europarl.europa.eu/at-your-service/files/be-heard/eurobarometer/2017/citizens-views-on-ep-and-eu/report/pt-report-citizens-views-on-ep-and-eu-201710.pdf>
- Parlamento Europeu, (2018). *Parlemeter 2018: Taking up the challenge: From (silent) support to actual vote*. Bruxelas: Public Opinion Monitoring Unit within the Directorate-General for Communication (DG COMM) of the European Parliament. Disponível em <https://www.europarl.europa.eu/at-your-service/files/be-heard/eurobarometer/2018/parlemeter-2018/report/en-parlemeter-2018.pdf>
- Parlamento Europeu, (2019). *Parlemeter 2019: Heeding the call beyond the vote a stronger parliament to listen to citizens voices*. Bruxelas: Public Opinion Monitoring Unit within the Directorate-General for Communication (DG COMM) of the European Parliament. Disponível em <https://www.europarl.europa.eu/pdf/eurobarometre/2019/parlemeter-2019-heeding-the-call-beyond-the-vote/report/en-report.pdf>
- Parlamento Europeu, (2020). *Parlemeter 2020: A Glimpse of Certainty in uncertain times*. Bruxelas: Public Opinion Monitoring Unit within the Directorate-General for Communication (DG COMM) of the European Parliament. Disponível em <https://www.europarl.europa.eu/at-your-service/files/be-heard/eurobarometer/2020/parlemeter-2020/en-report.pdf>
- Perceive Project, (2019). *3 years of research and 8 conclusions about Europe* [online]. Disponível em: <<https://www.perceiveproject.eu/project-findings/>> [Acedido a 1 de maio de 2021].
- Peterson, J. (2001). European Integration. In N. J. Smelser & P. B. Baltes, eds. 2001. *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*. Glasgow: University of Glasgow. pp.4923-4925. DOI: 10.1016/B0-08-043076-7/01261-4.
- Pichler, F. (2008). How Real is Cosmopolitanism in Europe?, *Sociology*, 42(6), pp.1107–1126. DOI: 10.1177/0038038508096936.

- Pillow, D. R., Malone, G. P. & Hale, W. J. (2014). The need to belong and its association with fully satisfying relationships: A tale of two measures. *Personality and Individual Differences*, 74(1), pp.259–264.
- Price, R. M. & Reus-Smit, C. (1998). Dangerous liaisons? Constructivism and critical international theory. *European Journal of International Relations*, 4, pp.259-294.
- Risse, T. (2004). European institutions and identity change: What have we learned?. In R. Herrmann, M. Brewer, & T. Risse, eds. 2004. *Identities in Europe and the Institutions of the European Union*. Lanham MD: Rowman & Littlefield. pp.247-274.
- Risse, T. (2009). Social Constructivism and European Integration. In A. Wiener & T. Diaz, eds. 2009. *European Integration Theory*. Oxford: Oxford University Press. pp.144-160. DOI:10.1093/hepl/9780199226092.003.0008
- Roccas, S. & Brewer, M. B. (2002). Social Identity Complexity. *Personality and Social Psychology Review*, 6(2), pp.88–106. DOI: 10.1207/S15327957PSPR0602_01.
- Ronzoni, M. (2017). The European Union as a democracy: Really a third way?. *European Journal of Political Theory*, 16(2), pp.210–234. DOI: 10.1177/1474885116656573.
- Santana-Vega, L. E., González-Morales, O. & Feliciano-García, L. (2020) Are we Europeans? Secondary education students' beliefs and sense of belonging to the European Union. *Journal of Youth Studies*, pp.1-15. DOI: 10.1080/13676261.2020.1839634.
- Spindler, W., 2015. *2015: The year of Europe's refugee crisis*. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/news/stories/2015/12/56ec1ebde/2015-year-europes-refugee-crisis.html>> [Acedido a 2 de maio de 2021].
- Subotic, J. (2011). Europe is a State of Mind: Identity and Europeanization in the Balkans. *International Studies Quarterly*, 55(2), pp.309–330.
- Szkudlarek, T. (2011). Semiotics of Identity: Politics and Education. *Stud Philos Educ* 30, pp.113–125. DOI: 10.1007/s11217-011-9225-z
- Tajfel, H. (1981). Human groups and social categories. *Cambridge: Cambridge University Press*.
- Tambini, D. (2001). Post-national citizenship. *Ethnic and Racial Studies*, 24(2), pp.195-217. DOI: 10.1080/01419870020023418.

- União Europeia, Tratado da União Europeia (versão consolidada), Tratado de Maastricht, 7 de fevereiro de 1992. Jornal Oficial da União Europeia C 202/15; 07/06/2016. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_2&format=PDF> [Acedido a 18 de abril de 2021].
- Vasilopoulou, S. & Wagner, M. (2017). Fear, anger and enthusiasm about the European Union: Effects of emotional reactions on public preferences towards European integration. *European Union Politics*, 18(3), pp.382–405. DOI: 10.1177/1465116517698048.
- Verhaegen, S., Hooghe, M. & Quintelier, E. (2017). The effect of political trust and trust in European citizens on European identity. *European Political Science Review*, 9(2), pp.161-181. DOI: 10.1017/S1755773915000314.
- Wach, K. (2015). Conceptualizing Europeanization: Theoretical Approaches and Research Designs. In P. Stanek & K. Wach, eds. 2015. *Europeanization Processes from the Meso-economic Perspective: Industries and Policies*. Kraków: Krakow University of Economics. pp.11-23.
- Weiler, J. (1991). The Transformation of Europe. *The Yale Law Journal*, 100(8), pp.2403-2483. DOI:10.2307/796898.
- Weiler, J. (2001). Federalism and constitutionalism: Europe's Sonderweg. In J. Weiler, & J. Wind, eds. 2001. *The Federal Vision: Legitimacy and Levels of Governance in the US and the EU*. Oxford: Oxford University Press.
- Wendt, A. (1999). *Social theory of international politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Windt-Val, B. (2012). Personal Names and Identity in Literary Contexts. *OSLa Journal*, 4(2), pp.274-284. DOI: 10.5617/osla.324 .
- Wittgenstein, L. (1958). *The Blue and Brown Books: Preliminary Studies for the "Philosophical Investigations"*. New York: Harper & Row.
- Wolkenstein, F. (2018). Democracy, Transnational Partisanship and the EU. *Journal of Common Market Studies (JCMS)*, 56, pp.284–299. DOI: 10.1111/jcms.12590.
- Woźniak, M. (2018). “I” and “Me”: The Self in the Context of Consciousness. *Frontiers in Psychology*, 9(1656). pp. 1-14. DOI: 10.3389/fpsyg.2018.01656.

- Zalta, E. N. (1995). "Gottlob Frege". In E. Zalta, ed. 1995. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Stanford: Stanford University. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2020/entries/frege/>>. [Acedido a 9 de março de 2021].
- Zehfuss, M. (2001). Constructivism and Identity: A Dangerous Liaison. *European Journal of International Relations*, 7(3), pp.315–348. DOI: 10.1177/1354066101007003002.